

INFOCUS

Revista Multidisciplinar de Ciências Gerais

VOLUME 3 - Nº: 01 ANO: 2024

**Saúde e
Educação
em Sociedade**

Diretoria Geral

Ruy Wagner Astrath

Diretora Acadêmica

Patrícia Paiva Gonçalves Bispo

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa

Prof. Msc. Leonardo Moraes Armesto

Editor Responsável

Prof. Msc. Leonardo Moraes Armesto

Conselho Editorial

Prof. Msc. Leonardo Moraes Armesto

Prof. Dr. Izaque Pereira de Souza

Prof.^a Me. Maria do Carmo da Silva

Prof. Dr. Agnaldo Aparecido Geremias

Prof. Esp. Vitor Matheus Krewer

Capa

Grupo Focus de Educação

Diagramação

Vitor Matheus Krewer

O Grupo Focus de Educação se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a instituição nem os autores assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor. O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Atualizações e erratas: este material é disponibilizado na forma como se apresenta na data de publicação. Atualizações são definidas a critério exclusivo pelo Conselho Editorial da Faculdade Focus, sob análise da direção pedagógica e de revisão técnica. É missão desta instituição oferecer ao acadêmico uma obra sem a incidência de erros técnicos ou disparidades de conteúdo. Caso ocorra alguma incorreção, solicitamos que, atenciosamente, colabore enviando críticas e sugestões, por meio do setor de atendimento através do e-mail editorial@faculdadefocus.com.br.



© 2024, by Grupo Focus de Educação
Rua Maranhão, 924 - Ed. Coliseo - Centro
Cascavel - PR, 85801-050
Tel: (45) 3040-1010
www.faculdadefocus.com.br

Este documento possui recursos de interatividade através da navegação por marcadores.

Acesse a barra de marcadores do seu leitor de PDF e navegue de maneira **RÁPIDA** e **DESCOMPLICADA** pelo conteúdo.

SUMÁRIO

A EMANCIPAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA PERSONAGEM MARIA AUGUSTA, EM “AS TRÊS MARIAS”, DE RAQUEL DE QUEIROZ.....	05
João Batista Martins da Silva	
ANÁLISE DA LEITURA DE PARÂMETROS ELETROFISIOLÓGICOS POR MEIO DO ELETROCARDIOGRAMA (ECG) – ASPECTOS MÉDICOS E MULTIDISCIPLINARES	17
Patrick Cristian Lima Orihuela Isabella Siciliano Montalto Pedro Henrique Veloso de Souza Thaís de Lima Brosco Leonardo Moraes Armesto Eduardo Gregório Chamlian	
ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EMEF PROF ^a LUCIANA PEDRONI, CAIEIRAS/SP.....	26
Sérgio Ricardo de Lima Clariane do Nascimento de Freitas	
CARACTERÍSTICAS PRIMORDIAIS EPISTEMOLÓGICAS DA DOMINAÇÃO SOCIAL QUE FUNDAMENTOU ESTRUTURALMENTE A DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA.....	46
Leandro Barros Ribeiro	
CORRELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE INTERNAÇÕES EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA E A PANDEMIA DO COVID-19 EM ESTADO DE SÃO PAULO- BRASIL.....	63
Pedro Felipe Ferrari Silva Giovana Marques Fargiani Rafael Rodrigues de Carvalho Gustavo de Macedo Knoll Ana Carolina Padilha Segalla Patrick Cristian Lima Orihuela Leonardo Moraes Armesto Eduardo Gregório Chamlian	
CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma breve análise da influência africana na cultura brasileira.....	72
Vanúcia Reis da Silva Araujo	
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E JUSTIÇA SOCIAL: democratização do ensino ou reforço das desigualdades?.....	83
Patrícia Paiva Gonçalves Bispo	
ESTUDO DE FERRAMENTAS PARA PLANO CIRÚRGICO MULTIDISCIPLINAR: uma abordagem sob a ótica operatória.....	89
Leonardo Moraes Armesto Thabata Roberto Alonso Caroline de Oliveira Nieblas Laís Ferreira Stahl Diego Moreira Knobloch Eduardo Gregorio Chamlian	

O PARTO HUMANIZADO COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).....105

Izaque Pereira de Souza

Michele Andressa Woicolesco

O PAPEL DA LEITURA NA FORMAÇÃO SOCIAL: desafios e possibilidades de trabalho na educação infantil..... 125

Laís Maciel Barbosa

NANOTECNOLOGIA NA IMPRESSÃO 3D PARCIAL OU TOTAL DE ESTRUTURAS CARDÍACAS MAL FORMADAS OU PATOLOGICAMENTE ACOMETIDAS.....138

Patrick Cristian Lima Orihuela

Leonardo Moraes Armesto

Thabata Roberto Alonso

Caroline de Oliveira Nieblas

Laís Ferreira Stahl

Diego Moreira Knobloch

Pedro Felipe Ferrari Silva

Gustavo de Macedo Knoll

Giovana Marques Fargiani

Rafael Rodrigues de Carvalho

Isabella Siciliano Montalto

Pedro Henrique Veloso de Souza

Maria Eduarda Meireles Conte

Ana Cláudia Pereira Pinheiro

Eduardo Gregório Chamlian

NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.....140

Fernanda Gomes Alves

POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DO LÍTIO NO TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR (TAB): UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....151

Letícia Hannah de Souza Estanislau

Luiza Nunes Caraciola

Thabata Roberto Alonso

Flávia Ismael

A EMANCIPAÇÃO DA FIGURA FEMININA NA PERSONAGEM MARIA AUGUSTA, EM “AS TRÊS MARIAS”, DE RAQUEL DE QUEIROZ

João Batista Martins da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo discutir a emancipação da figura feminina na personagem Maria Augusta, em “As Três Marias”, obra literária de Raquel de Queiroz. A abordagem deste tema é pertinente, atual e relevante, visto que a representação social da mulher na literatura brasileira costumava ficar em segundo plano, pois a sua construção partia de uma perspectiva masculina. Por isso, neste estudo, adotou-se uma metodologia qualitativa, realizando-se uma pesquisa de caráter bibliográfico. Com efeito, para melhor fundamentação teórica, as contribuições de Beauvoir (1970), Duarte (1996), Scott (1990), Queiroz (2021) e Zilberman (2018) foram essenciais neste trabalho. Estes autores analisam o papel da mulher na literatura e suas relações socioculturais do século XX aos dias atuais. Em síntese, é possível concluir que a postura de autoafirmação e protagonismo feminino de Maria Augusta – a Guta, é um traço característico dessa personagem, que teve destaque frente aos padrões tradicionais de sua época.

PALAVRAS-CHAVE: As Três Marias. Maria Augusta. Emancipação feminina.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise literária da emancipação feminina na personagem Maria Augusta (Guta), presente na obra modernista “As Três Marias”, da escritora cearense Raquel de Queiroz. De fato, Guta foi uma jovem inovadora para a época, visto que desde cedo apresentava personalidade marcante e independente, traços característicos da emancipação feminina que iam em contraposição à sociedade machista onde vivia. Por conseguinte, este estudo surge da necessidade de se discutir o papel da mulher no âmbito da literatura e na sociedade brasileira do século XX.

Por isso, neste artigo, utilizou-se uma abordagem metodológica qualitativa, tomando como procedimento uma pesquisa de caráter bibliográfico. Neste sentido, os fundamentos teóricos foram embasados nos respectivos autores: Beauvoir (1970), Duarte (1996), Scott (1990), Raquel de Queiroz (2021) e Zilberman (2018). Estes teóricos discutem a perspectiva da mulher na sociedade, assim como os enfoques literários pertinentes para a análise e a compreensão da personagem Guta.

¹ Professor Graduado e Especialista em Letras Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA. Especialista em Gestão, Coordenação, Planejamento e Avaliação Escolar pelo Centro Universitário INTA - UNINTA, em Sobral-CE. Atualmente, é Pós-Graduando em Literatura Brasileira pela Faculdade Focus, no Paraná. Além disso, é escritor e faz parte da Academia Camocinense de Ciências, Artes e Letras.

Ademais, este trabalho está dividido em duas seções. A primeira, buscou resumir a obra “As Três Marias”, na perspectiva do século XX, onde as mulheres ocupavam papéis subalternos não só na sociedade como também na literatura. Já a segunda seção descreve a personagem Maria Augusta frente aos costumes e padrões culturais de seu tempo, visto que vivia em uma sociedade patriarcal e, por isso, Guta se apresenta no âmbito da literatura brasileira como exemplo de emancipação feminina.

Sob esta ótica, faz-se uma análise da representação feminina da personagem Maria Augusta, em “As três Marias”. Nesta construção literária, Raquel descreve um tipo de mulher que busca romper com os costumes e ditames sociais pré-determinados. Ela apresenta uma protagonista feminina, mulher independente e que toma suas próprias decisões. Nesse aspecto, de fato, a personagem Guta foi inovadora para a época, pois nesse tempo vigorava o Código Civil Brasileiro de 1918, de cunho patriarcal, que limitava a posição feminina na sociedade.

Diante do exposto, faz-se importante refletir a condição da mulher na sociedade e na literatura, não como sujeitos passivos, mas sim autônomos. Neste sentido, as respectivas contextualizações são importantes para o entendimento salutar deste estudo, pois são tomadas como ponto de partida a fim de compreender a percepção e a emancipação feminina da personagem Guta no âmbito da literatura brasileira.

1. “AS TRÊS MARIAS” NO CONTEXTO DO SÉCULO XX

Em primeira análise, esta seção apresenta uma contextualização da sociedade do século XX. Na sequência, descreve-se os traços biográficos da escritora cearense Raquel de Queiroz e, por fim, há um breve resumo da obra “As Três Marias”, romance modernista lançado em 1939, objeto deste estudo.

Historicamente, a primeira metade do século XX, no Brasil, foi marcada por um contexto de várias mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais. Por exemplo, nos centros urbanos havia a modernização das grandes cidades, além da agitação das indústrias e ferrovias, que geravam empregos e movimentam toda uma vida social. Apesar deste progresso socioeconômico, é oportuno salientar que ainda havia uma sociedade burguesa elitista, patriarcal e conservadora em seus costumes, crenças e tradições.

Para muitas mulheres desse período, a vida na sociedade brasileira do século XX, ainda era muito excludente e limitada. De fato, nesse tempo, as mulheres não possuía autonomia nem poder de decisão. Na política nacional, por exemplo, muitas delas só tiveram o direito ao voto em 1932, direito este conquistado durante o governo do Presidente Getúlio Vargas.

No campo religioso e educacional, também isso não foi diferente, pois estas

instituições funcionavam para o público feminino como mecanismos de doutrinação, boa conduta, aspecto moralizante, devoção, comportamento social, disseminação de valores familiares e cuidados do lar. Sobre isso, Raquel de Queiroz (2021, p.35) relata:

[...] meninas silenciosas, vestidas de xadrez humilde, aprendiam a trabalhar, a coser, a tecer as rendas dos enxovais de noiva que nós vestiríamos mais tarde, a bordar as camisinhas dos filhos que nós teríamos, porque elas eram as pobres do mundo e aprendiam justamente a viver e a penar como pobres.

Portanto, neste trecho, fica claro a visão de ensino e cultura da sociedade do século XX. Nesse sentido, observam-se os costumes e tradições que eram dadas como ofícios desde cedo às meninas nos colégios da época, como aprender a ser esposa, a cuidar dos filhos e a realizar tarefas caseiras. Dessa forma, as mulheres eram mantidas distantes do centro das decisões, assim, os papéis sociais relevantes permaneciam essencialmente dominados por homens.

Diante desses fatos supracitados, na literatura brasileira, esses acontecimentos também não foram diferentes em relação à escritora Raquel de Queiroz. De fato, ela vivia em um contexto social e literário dominado por vozes masculinas, marcadas numa sociedade preconceituosa, discriminatória e machista.

Na verdade, esse paradigma é fruto da desconfiança e de construções sociais estereotipadas que se deram ao longo da história. Por isso, Raquel buscou construir sua narrativa colocando, primeiro, personagens femininas como protagonistas e tentou apresentar uma visão de que a mulher pode ser o que ela quiser ser, como já dizia a filósofa Simone Beauvoir (1970): “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Portanto, o papel social da mulher é mais que desafiador, é uma luta constante por direitos e garantias fundamentais. É nessa perspectiva que, Raquel Franklin de Queiroz, natural de Fortaleza, Ceará, mostrou porque sempre esteve à frente do seu tempo. De acordo com Constância Lima Duarte (1996, p.164):

Como outras mulheres, Rachel colocou-se na vanguarda de sua época ao penetrar no mundo das letras, na redação dos jornais e na célula partidária, espaços entranhadamente masculinos. [...] Na narrativa de O quinze, por exemplo, ao lado de homens fragilizados pela exploração antiquíssima e à catástrofe da seca, a personagem feminina exhibe traços de emancipação e prefere viver sozinha, “pensando por si”, do que aceitar um casamento tradicional. Em João Miguel, são as mulheres do povo que rejeitam a reificação, se entregam à libido e reagem ferindo a face os homens que as abandonam com filhos pequenos. Elódia Xavier, em estudo sobre a trajetória ficcional da

escritora, afirma, a propósito de *As três Marias*, que as personagens representam vários aspectos da condição feminina “como a repressão sexual e a falta de perspectivas existenciais”, e que, ao tomarem contato com a realidade “se defrontam com a monotonia e a estreiteza do casamento burguês, como ‘destino de mulher’, citando Simone de Beauvoir”.

De fato, nas suas obras como escritora romancista, contista, cronista, tradutora e jornalista, ela teve papel de destaque ao colocar suas personagens “femininas” em primeiro plano, autônomas e livres como foi o caso da Maria Augusta, em “*As Três Marias*”.

A escritora foi destaque na Literatura Brasileira, sobretudo para a Literatura do Nordeste. Além disso, Raquel tornou-se uma referência para todas as mulheres, pois ela fez história ao ser introduzida na Academia Brasileira de Letras como a primeira mulher a fazer parte de uma elite pensante neste país, cenário até então com predomínio masculino.

Em vida, esta cearense recebeu prêmios importantes, tais como: Prêmio Jabuti, Machado de Assis, Camões, entre outros. Sua escrita apresenta críticas da realidade brasileira, denunciando a seca, a fome, a pobreza, a miséria e a vida difícil do sertanejo nordestino que tenta fugir deste destino trágico, como em “*O Quinze*”. Além disso, percebe-se na prosa desta escritora o caráter regionalista, particular e universal presente nas suas personagens mulheres com nomes Marias, como em “*As Três Marias*” e “*Memorial de Maria Moura*”, além da linguagem simples, coloquial e verossimilhante.

Diante dessa exposição panorâmica sobre a representação social da mulher no contexto do século XX e a biografia da escritora Raquel de Queiroz, agora será feito um breve resumo da obra “*As Três Marias*”. Este romance é narrado em primeira pessoa por Maria Augusta, personagem conhecida como Guta que descreve suas histórias, vivências e dramas ao lado de suas amigas Maria da Glória e Maria José.

Neste enredo, considerado pela crítica como autobiográfico, são apresentadas três jovens estudantes que se conheceram num colégio interno na cidade de Fortaleza no Ceará, e dessa relação de amizade, a irmã Germana ao chamar a atenção dessas meninas as batiza com o nome de “*As três Marias*”, por viverem sempre juntas e unidas. Na verdade, esse nome é uma alusão às estrelas do Cinturão de Orion.

No decorrer da narrativa, percebe-se que Maria da Glória, Maria José e Maria Augusta partilham de sentimentos comuns ligados à vida familiar. Por exemplo,

Glória é órfã de mãe e pai; já Maria José foi abandonada pelo pai e, Guta, ao perder à sua mãe Isabel, teve que acabar convivendo com a sua bondosa madrasta.

Ao passar dos anos, observa-se que a vida regrada e disciplinada no colégio interno acaba. Agora, já adultas, “As Três Marias”, cada uma segue sua vida. Em síntese, Glória se casa com Afonso e tem um filho; e, Maria José se torna uma mulher muito religiosa, tem emprego como professora e decide viver com a mãe e os irmãos. Maria Augusta, por sua vez, resolve ir à casa do pai morar com sua família, mas ela percebe que sua madrasta quer transformar numa mulher dona de casa, ensinando-a a fazer os serviços domésticos.

Neste ínterim, Guta entende que esse modelo de vida não difere muito dos ensinamentos pregados no colégio. Por isso, ela não aceita essa condição de ser dona do lar, então, resolve voltar à Fortaleza novamente e, desta vez, trabalhando como datilógrafa e indo morar com Maria José, sua amiga de escola. Na narrativa, observa-se que tempos depois Guta se apaixona por Raul, homem casado. No entanto, ela termina este relacionamento ao perceber que ele a deseja apenas como amante.

Ao romper com Raul, a personagem Maria Augusta descobre que o Aluísio, seu amigo, passa a gostar dela. Porém, dias depois, o pobre Aluísio acaba se suicidando e todos culpam Guta por esse episódio. Diante deste fato, ela resolve tirar férias e vai ao Rio de Janeiro, onde lá conhece o personagem Isaac, um homem estrangeiro.

Neste novo relacionamento, Guta se apaixonada por Isaac e tem a primeira noite de amor. Porém, suas férias terminam e Guta precisa regressar à Fortaleza. Quando chega, ela aborta o bebê, filho de Isaac, e depois disso, a personagem Maria Augusta toma a decisão de voltar a morar com sua família, no interior do Ceará, retomando sua vida.

2. A PERSONAGEM MARIA AUGUSTA COMO EXEMPLO DE EMANCIPAÇÃO FEMININA

Nesta seção, discute-se a representação feminina da personagem Maria Augusta na obra “As três Marias” no contexto do início do século XX, uma época marcada por uma sociedade patriarcal. De fato, a mulher estava distante de papéis relevantes na esfera social, visto que estava associada à submissão e dependência de um homem. Portanto, a mulher costumava estar à margem de grandes decisões e era alvo de discriminação na sociedade machista.

Nesse contexto, na literatura, esta disposição também não foi diferente, uma vez que a figura feminina era frequentemente associada a estereótipos negativos e polêmicos. De fato, as personagens femininas sempre estiveram vinculadas a papéis secundários e irrelevantes, distante do protagonismo masculino. Além disso, em muitas culturas e no âmbito da literatura universal, elas tinham suas imagens ligadas a monstros, sereias e bruxas.

Portanto, no âmbito da literatura, as personagens femininas não usufruíam de grandes papéis políticos e sociais, sequer tinham o direito de decidir seus próprios destinos. Nesse sentido, elas eram frequentemente associadas à personagens negativas, infiéis e dissimuladas. No texto literário, a mulher era dotada com características de vilã, com funções subalternas, distante do protagonismo da obra, usual na personagem masculina.

Contudo, esses paradigmas históricos, sociais e literários são rompidos a partir da visão e escrita de Raquel de Queiroz ao construir suas personagens femininas progressistas. Nessa perspectiva, ao produzir o romance “As Três Marias”, Raquel buscou colocar a figura feminina no centro da literatura, a partir da representação da sua personagem, a Maria Augusta. De fato, Guta superou os costumes e preconceitos ao se apresentar de forma independente e determinada frente às limitações do seu tempo.

Em “As Três Marias”, especificamente, observam-se a realidade das três personagens femininas atreladas ao colégio interno, aos fazeres domésticos, casamentos, vida religiosa e aos ditames patriarcais do século XX. De fato, nesse tempo, a mulher estava distante de papéis importantes seja na esfera política ou social, visto que eram associadas à submissão e dependência de um homem.

A respeito de Guta, é importante destacar a sua personalidade e as suas tentativas de emancipação e autonomia feminina. Ela, no decorrer da narrativa se apresenta como uma personagem independente, destemida e dona da sua própria vida, a ponto de decidir o que quer ser.

Nessa perspectiva, conforme discutido anteriormente, a personagem Maria Augusta ao concluir o colegial, voltou a casa de seu pai. Chegando lá, ela vê que a madrasta, a quem chamava de Madrinha, deseja torná-la dona de casa, ensinando-a a realizar tarefas do lar, algo não muito diferente daquilo que era visto na escola. Sobre este aspecto, Queiroz (2021, p.90) descreve:

[...] Madrinha explicou meus novos deveres de filha e irmã mais velha, falou na colaboração que a família esperava de mim. E como me horrorizavam, minha Nossa Senhora, as camas por fazer, as meias por

cerzir, as mesas a pôr e a tirar, as famosas semanas de cozinha que eu deveria revezar com minha madrasta! O fim apologético daquilo tudo era preparar em mim a futura mãe de família, a boa esposa chocadeira e criadeira. Eu, no entanto, sentia apenas que queriam aproveitar minha presença em casa, tirar serviços de mim, e os mais desinteressantes inglórios. E ninguém me entendia, admiravam-se que, depois de tantos anos de reclusão e disciplina, eu só quisesse, só aspirar-se à liberdade e aos prazeres proibidos.

Neste excerto, observa-se como era a situação da mulher na sociedade. Portanto, aqui é exibido um modelo de como poderia ser a vida de Maria Augusta, casada, futura mãe de família, boa esposa e prendada às tarefas do lar. Guta, no entanto, toma uma decisão e não aceita essa condição imposta pela sua família. Por isso, ela busca o quanto antes sua autonomia no trabalho e a liberdade em seus relacionamentos.

De fato, o comportamento de Maria Augusta para os padrões socioculturais da época não eram bem-vistos. No entanto, essa personagem revela um tipo de mulher moderna, progressista e firme em seus posicionamentos e decisões pessoais. Nesse âmbito, Raquel soube muito bem apresentar esse choque existencial conflitivo entre o gênero feminino e o masculino.

Deveras, a personagem Guta simboliza o nascimento e a resistência representativa daquelas mulheres que estavam presas e reclusas à vida em sociedade. Por isso, seu desejo era libertar-se de toda e qualquer forma de reclusão, submissão, imposição familiar, religiosa e educacional, conforme Queiroz (2021, p.92) aponta:

Mas, Deus do céu, ela não via, papai não via, ninguém via, que o único desejo do meu coração era derrancar hábitos, esquecer a escravidão do sino, das rezas, da cama feita? Para que sair do colégio, para que ser afinal uma mulher, se a vida continuava a mesma e o crescimento não me libertara da infância? É difícil exprimir em algumas linhas tudo o que foi para mim esse tempo decisivo, que exigiria talvez um livro, só ele, para dizer as minhas rebeldias, minhas lágrimas à noite, meu desesperado desejo de fuga, que chegou a ser quase uma obsessão.

Nesta citação, vê-se fortemente o sentimento de angústia da personagem Guta. De fato, esse drama vivido por ela não deixa de representar um grito de liberdade, onde muitas mulheres eram presas e vítimas da opressão familiar, religiosa, educacional e político-social daquela época. Essa visão pré-determinada da condição da mulher, desde a infância à fase adulta, já parecia ser definida, pois a mulher ou casava-se ou tinha-se vocação à vida religiosa.

No entanto, essa visão pré-estabelecida em “As Três Marias”, com Guta,

torna-se muito diferente. Pois, a construção da personalidade de Maria Augusta era de rompimento frente aos padrões socioculturais do seu tempo. Por isso, ela apresentava uma identidade madura, com ousadia e poder de escolha sobre suas atitudes, sonhos e planos de vida. Sobre isso, Queiroz (2021, p.92) relata:

[...] quando vi no jornal o edital de um concurso para datilógrafo em Fortaleza, agarrei-me a essa esperança com tanta tenacidade e energia que Madrinha cedeu, papai cedeu, trouxe-me para fazer o concurso, visitou amigos, conseguiu a nomeação. Comecei a trabalhar. E parecia-me que a felicidade começava. Viver sozinha, viver de mim, viver por mim, livrar-me da família, livrar-me das raízes, ser só, ser livre!

Neste trecho, portanto, fica claro o desejo de independência da personagem Maria Augusta, a partir de sua admissão no emprego de datilógrafo. De fato, esta posição social no trabalho, rendia-lhe autonomia, liberdade e, sobretudo, uma forma de emancipação da figura feminina numa sociedade patriarcal, machista e excludente. Além disso, nota-se também, a tamanha alegria de Guta ao viver sozinha e ser livre.

Nesse contexto, Maria Augusta representa a visão da mulher moderna, progressista e esclarecida na sociedade do século XX. Logo, a construção literária dessa personagem, para a crítica feminista, mostra um tipo de mulher independente e com altivez, em oposição àquelas personagens passivas, descritas e pensadas sob a ótica de escritores masculinos. Sobre esse assunto, Zilberman (2018, p.130) esclarece:

O pesquisador norte-americano Jonathan Culler explicita como atua a crítica feminista, que propõe o entendimento da literatura desde a ótica da mulher: [...] “Ler como uma mulher é evitar ler como um homem, identificar as defesas e distorções específicas da leitura masculina e providenciar correção” (CULLER, 1982, p. 54). Com o fito de entender os textos desde a perspectiva da mulher, a crítica feminista avançou na direção da crítica de gênero, quando constatou ser importante levar em conta a perspectiva do gênero (masculino ou feminino; heterossexual ou homossexual) com que o texto é produzido ou lido

Nesta citação, segundo a autora, é correto afirmar que a crítica feminista atua na literatura a partir da perspectiva feminina, pautadas na compreensão da visão da mulher. Portanto, essa corrente de pensamento permite ler e compreender personagens femininas diferentes daquelas narradas por homens. Nesse sentido, Guta é um exemplo disso ao contar em primeira pessoa seu protagonismo e militância feminina.

Nessa perspectiva, as diferentes formas de emancipação da mulher na literatura e na sociedade, ainda apresentam muitas barreiras políticas, sociais, econômicas e culturais. No entanto, do século XX aos dias atuais, a crítica feminina buscou elevar o perfil das mulheres, colocando-as como protagonistas e heroínas, desconstruindo àquela visão de submissão e dependência masculina. Neste assunto, Duarte (1996, p.151) afirma:

Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser.... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

De fato, essas questões sobre o papel da mulher como forma de emancipação política, econômica e social eram inimagináveis à época de Guta. Por isso, é importante reconhecer a atitude inovadora e ousada de Maria Augusta ao lutar pela sua independência enquanto mulher no âmbito do trabalho, da família, em relacionamentos amorosos e no contexto da sociedade em que vivia.

Portanto, o debate desse assunto é uma forma de reeducar também à figura do leitor. Pois, sabe-se que durante muito tempo ele consumiu uma literatura nacional produzida pelo gênero masculino, em que a imagem feminina era deturpada e distorcida sob o viés de uma sociedade marcada pelo machismo. Sobre a emancipação do gênero feminino, a historiadora Joan Scott (1990, p.93) defende:

[...] esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça.

Nesta discussão teórica, Scott (1990) sugere que é necessário refletir estratégias na perspectiva feminina, a fim de buscar uma redefinição e reestruturação dos gêneros masculino e feminino a partir de uma política social de inclusão e igualdade entre ambos. Por conseguinte, é necessário pensar a condição de gênero, refletindo a sua atuação na sociedade e na literatura a partir da escrita de novas possibilidades históricas e socioculturais.

Diante do exposto, a personagem Maria Augusta representa um símbolo de emancipação da figura feminina na sociedade do século XX. No romance, percebe-se o protagonismo de Guta, frente às lutas por independência, igualdade, liberdade

e autoafirmação da mulher. Assim, o objetivo deste trabalho foi discorrer sobre a importância das mulheres, não como sujeitos submissos e com papéis subalternos, mas independentes e autônomos tanto na vida real como na literatura.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta breve descrição do romance “As Três Marias”, as discussões teóricas voltadas a análise do perfil emancipatório da personagem Maria Augusta foram essenciais à coleta dos resultados neste trabalho. Por isso, em síntese, é possível afirmar que dois aspectos foram muito relevantes para apreciação dos resultados.

Primeiro, é o fato de que a personagem Maria Augusta, mesmo estando reclusa a um sistema educacional e religioso tradicional, cuja formação se voltava a boa conduta, aos costumes, a moral e à família, ainda assim, é Guta quem decide o que fazer da sua vida. Portanto, é ela mesma que decide seu próprio destino, se quer ser solteira, casada, religiosa ou independente.

Um segundo fator determinante para a compreensão desta personagem feminina é a sua postura de mulher esclarecida e determinada. De fato, Guta enfrentou as limitações impostas às mulheres de seu tempo, tentando romper com as imposições sociais e patriarcais pré-determinadas. Um exemplo disso foram as tentativas de sua madrastra, a quem chamava de Madrinha, ao ensiná-la a ser dona do lar a fim de ser uma futura esposa e mãe de família.

Em resumo, essas duas imposições socioculturais feitas à personagem Maria Augusta merecem ser destacadas. Mas, Guta não as aceita, pelo contrário, prefere a autonomia e a liberdade de decidir sua própria vida. De fato, esses traços constituem características da personalidade destemida e emancipatória de Guta, pois foram sinais de resistência frente aos costumes e tradições da sociedade do século XX.

A discussão sobre a emancipação feminina através da personagem Maria Augusta, no romance “As Três Marias”, da escritora cearense Raquel de Queiroz trouxe à tona o contexto histórico e literário de produção dessa obra modernista do século XX. Neste sentido, foi feito um breve resumo desse romance, numa perspectiva literária e social acerca de como era vida das mulheres nesse período. Por isso, esta análise se concentrou na personagem Guta, uma jovem independente que procurou romper paradigmas socioculturais vigentes em seu tempo.

Neste estudo, à princípio, buscou-se desenvolver uma metodologia pautada no tipo de pesquisa de revisão bibliográfica. O intuito foi estabelecer uma conexão

com os aportes teóricos fundamentados dentro do próprio romance “As Três Marias”. Por isso, os estudos e contribuições de Queiroz (2021), Beauvoir (1970), Duarte (1996), Scott (1990) e Zilberman (2018) foram determinantes para a leitura, análise e compreensão da personagem Maria Augusta.

Depois desse levantamento teórico, em face à leitura da obra “As Três Marias”, foi possível constatar que a figura feminina tanto na literatura como na sociedade do século XX eram excluídas e discriminadas. Elas ocupam posições sociais inferiores e eram submissas à cultura masculina dominante, que afastava a presença das mulheres dos centros de decisão.

De fato, essa construção histórica, negativa e estereotipada das personagens femininas na sociedade e na literatura ficaram muito evidentes no desenvolvimento desta pesquisa. Mas, esta visão também é quebrada, quando a escritora Raquel constrói a personagem Maria Augusta, dando-lhe autonomia, protagonismo, independência e liberdade. Sobre essa questão, a crítica feminista e os autores acima sugeriram uma política paritária de gênero que inclua as minorias sociais, dê visibilidade e voz às mulheres a partir da ótica delas.

Nessa perspectiva, a representação social das mulheres, em Guta, simboliza portanto, a independência e a liberdade de que a mulher pode sim decidir sobre a sua vida sem coerções políticas, sociais, religiosas e educacionais. Na verdade, o comportamento da personagem Maria Augusta transmite a mensagem de que a mulher pode ser religiosa, solteira, casada e livre, sobretudo para escolher seu caminho.

Diante do exposto, conclui-se que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, pois o estudo da personagem Maria Augusta como exemplo de emancipação feminina representou um marco significativo de autoafirmação e luta feminina. Por isso, o debate sobre a representação das mulheres na sociedade e na literatura brasileira é uma necessidade, sobretudo de respeito aos leitores e às próprias mulheres que sempre lutaram contra todo e qualquer tipo de exclusão, discriminação e preconceitos.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro. 1970.
- DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e Literatura no Brasil**. Natal, UFRN. 1996. Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18402.pdf> > Acesso em: 21 maio 2021.

QUEIROZ, Rachel de. **As Três Marias**. - 32^a. ed.- Rio de Janeiro: José Olympio, 2021.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul/dez, p. 5-22, 1990. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>>

Acesso em: 21 maio 2021.

ZILBERMAN, Regina. **Teoria da literatura I**. – [3. ed.]. – Curitiba [PR]: IESDE Brasil, 2018.

ANÁLISE DA LEITURA DE PARÂMETROS ELETROFISIOLÓGICOS POR MEIO DO ELETROCARDIOGRAMA (ECG) – ASPECTOS MÉDICOS E MULTIDISCIPLINARES

Patrick Cristian Lima Orihuela¹
Isabella Siciliano Montalto²
Pedro Henrique Veloso de Souza³
Thaís de Lima Brosco⁴
Leonardo Moraes Armesto⁵
Eduardo Gregório Chamlian⁶

RESUMO: O surgimento do eletrocardiograma permitiu o desenvolvimento de uma série de estudos envolvendo a identificação de patologias e da eletrofisiologia cardíaca facilitando maior compreensão do sistema cardiovascular. Atualmente o eletrocardiograma facilita novas descobertas da fisiologia cardíaca por métodos gradativamente mais assertivos e inovadores tanto em humanos quanto em animais. O estudo constitui-se de uma revisão integrativa. A busca nas bases de dados foi realizada utilizando os descritores “Eletrofisiologia Cardíaca” e “Eletrocardiografia” nas bases de indexação da BVS, PubMed e SciELO, publicados nos últimos 5 anos nas línguas inglesa e portuguesa com acesso gratuito. Excluíram-se do estudo publicações que estivessem em outras línguas, duplicadas, fora do eixo temático, bem como publicações fora de formato de artigo. Foram encontrados 19 artigos, destes apenas 10 foram incluídos no estudo. Os trabalhos abordaram como o estudo eletrocardiográfico pode ser complementado por intervenções medicamentosas, como o uso de anti-inflamatórios não esteroidais e melatonina, e testados em animais com alterações genéticas específicas. Ademais, foram realizados testes em humanos com patologias diversas para analisar o comportamento eletrocardiográfico frente a certas medidas terapêuticas. Evidencia-se que o eletrocardiograma ainda possui diversas formas inovadoras de analisar a eletrofisiologia cardíaca, propiciando estudos cada vez mais profundos e interpretativos que evidenciem as relações eletrofisiológicas com a morfologia eletrocardiográfica, facilitando, por fim, sua melhor utilização como critério potencial para auxílio diagnóstico e subsídio terapêutico.

PALAVRAS-CHAVE: Eletrofisiologia; Eletrocardiograma; Estudo eletrofisiológico; Sistema cardiovascular; Estudo interdisciplinar.

ABSTRACT: The emergence of the electrocardiogram has enabled the development of a series of studies involving the identification of pathologies and cardiac electrophysiology, facilitating a greater understanding of the cardiovascular system. Currently, the electrocardiogram facilitates new discoveries of cardiac physiology through gradually more assertive and innovative methods in both humans and animals. The study is an integrative review. The databases were searched using the descriptors “Cardiac Electrophysiology” and “Electrocardiography” in the VHL, PubMed and SciELO indexing databases, published in the last 5 years in English and Portuguese with free access. Publications that were in other languages, duplicated, outside the thematic axis, as well as publications not in article format were excluded from the study. A total of 19 articles were found, of which only 10 were included in the study. The papers addressed how electrocardiographic studies can be complemented by drug interventions, such as the use of non-steroidal anti-inflammatory drugs and melatonin, and tested on animals with specific genetic alterations. In addition, tests have been carried out on humans with various pathologies to analyze electrocardiographic behavior in the face of certain therapeutic measures. It is clear that the electrocardiogram still has a number of innovative ways of analyzing cardiac electrophysiology, providing increasingly in-depth and interpretative studies that show electrophysiological relationships with electrocardiographic morphology, ultimately facilitating its better use as a potential criterion for diagnostic aid and therapeutic support.

KEY WORDS: Electrophysiology; Electrocardiogram; Electrophysiological study; Cardiovascular system; Interdisciplinary study.

¹Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: patrickkilimao@live.com

²Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: isabella.montalto@uscsonline.com.br

³Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: pedro.souza1@uscsonline.com.br

⁴Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: thais.brosco@uscsonline.com.br

⁵Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: leonardo.armesto@uscsonline.com.br

⁶Médico/Cirurgião Cardiovascular - Orientador. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: dudachamlian@me.com

INTRODUÇÃO

O eletrocardiograma (ECG) foi inventado em 1902, sendo decisivo na contribuição de uma nova era na medicina marcada pelo uso de tecnologias diagnósticas. O surgimento desse aparelho permitiu o desenvolvimento de estudos envolvendo a identificação de patologias e da eletrofisiologia cardíaca possibilitando maior compreensão do sistema cardiovascular. Atualmente o eletrocardiograma contribui em novas descobertas da fisiologia cardíaca por métodos gradativamente mais assertivos e inovadores tanto em humanos quanto em animais (Giffoni, 2009).

O ECG, é amplamente reconhecido como o método de referência para o diagnóstico não invasivo e indolor de arritmias e distúrbios de condução cardíaca. O mesmo avalia as correntes elétricas geradas e conduzidas no coração, que podem ser detectadas por eletrodos na posicionados na pele do paciente durante o exame (Hall, 2011). Ademais, ele desempenha um papel crucial na avaliação de patologias isquêmicas coronarianas, sendo considerado um importante indicador de doenças cardíacas (Nicolau *et al.*, 2003).

Nicolau *et al.*, (2003) pontua ainda que o método é mais preciso no diagnóstico de arritmias e distúrbios de condução do que na identificação de alterações estruturais ou metabólicas. Entretanto, muitas alterações fisiopatológicas e estruturais podem ser detectadas por meio do ECG. A complexidade nos diagnósticos requerem o complemento com outras modalidades diagnósticas, como exames de imagem e biomarcadores, auxiliando na especificidade e sensibilidade (Giffoni, 2009; Hall, 2011). Todavia, a sobreposição dessas condições pode reduzir sua especificidade em relação a diferentes tipos de doenças cardíacas. Isso ocorre com as alterações na repolarização ventricular, que, apesar de serem as mais frequentes e sensíveis, apresentam baixa especificidade (Nicolau *et al.*, 2003).

Morton *et al.*, (2014) ressaltam que a interpretação do ECG é uma atribuição exclusiva a classe médica. Entretanto, os Conselhos Regionais de Enfermagem endossam que a execução do exame não é restrita a uma única categoria profissional. Eles afirmam que qualquer integrante da equipe de enfermagem pode realizar o procedimento, desde que tenha recebido o treinamento e a capacitação necessários. Além disso, é responsabilidade da enfermagem garantir a formação adequada desses profissionais para a correta realização do exame.

A interdisciplinaridade é essencial para a interpretação deste exame, uma vez que engloba múltiplas áreas da saúde. Portanto, a responsabilidade nessa prática é compartilhada com profissionais da enfermagem, garantindo que todos os envolvidos estejam preparados para utilização do método com excelência (Nicolau, 2003; Silva,

No entanto, apesar de toda sua importância, encontram-se diversos estudos que indicam que acadêmicos egressos e recém-formados em medicina apresentam dificuldades no aprendizado do ECG. As pesquisas também evidenciaram que metodologias voltadas para o ensino da interpretação do exame são eficazes, independentemente do período do curso, da idade ou do sexo dos alunos.

É fundamental que as sociedades médicas e acadêmicas incentivem a realização de pesquisas relacionadas ao ensino do ECG. Esse esforço visa fortalecer o aprendizado desse exame essencial entre os recém-formados, especialmente em contextos de emergência e urgência médica (Silva, 2022).

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Pergunta-Problema e Objetivos

Como os parâmetros eletrofisiológicos obtidos por meio do exame de eletrocardiograma (ECG) podem ser utilizados para melhores intervenções médicas e multidisciplinares no diagnóstico e tratamento de cardiopatias? O objetivo principal deste estudo é revelar como a análise dos parâmetros eletrofisiológicos, realizada por meio do ECG, pode contribuir para um entendimento mais aprofundado de diferentes patologias cardíacas e para a criação de táticas terapêuticas mais eficientes.

1.2 Justificativa e Relevância

Nos últimos anos, despontou-se demanda considerável por meios de diagnósticos e terapêuticas mais precisos e menos invasivos no campo da cardiologia. O eletrocardiograma é uma ferramenta amplamente acessível e não invasiva, e, através de uma análise minuciosa e direcionada, pode-se entender mais das funções cardíacas daquele paciente, sendo crucial na detecção precoce de arritmias e outras disfunções cardíacas. A atualidade do material da pesquisa também se reflete na inclusão de estudos que abordam novas terapias medicamentosas e testes em modelos experimentais, o que contribui para o avanço do conhecimento científico no setor. Desta forma, este estudo adiciona valor ao eixo temático de trabalhos cardíacos, promovendo um entendimento multidisciplinar dos aspectos eletrofisiológicos do coração e ofertando materiais para pesquisas posteriores e evoluções na prática clínica

1.3 Materiais e Métodos

Foi realizado um estudo descritivo nos moldes de uma revisão integrativa da literatura. Foi realizada uma busca por artigos em bases de dados seguindo um método rigoroso a fim de encontrar mais informações que possam responder o

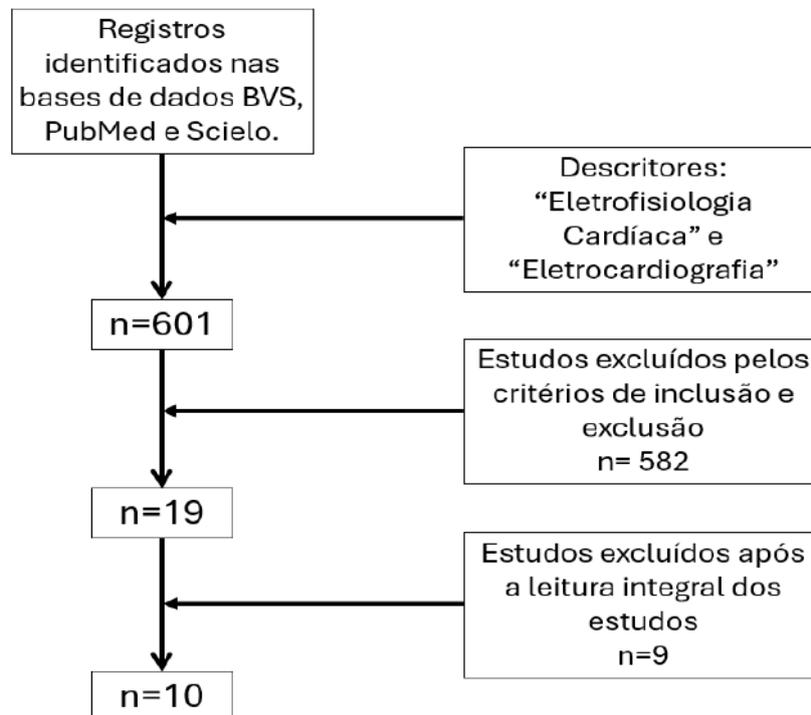
objetivo proposto.

A busca de dados foi realizada utilizando os descritores “Eletrofisiologia Cardíaca” e “Eletrocardiografia” nas bases de indexação de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, PubMed e SciELO. Os critérios de inclusão definidos foram: publicados nos últimos 5 anos nas línguas inglesa e portuguesa com acesso gratuito e eixo temático correspondente ao foco de estudo. Excluíram-se do estudo trabalhos que estivessem em outras línguas que não fossem inglês e português, duplicados, fora do eixo temático, bem como publicações fora de formato de artigo, como teses e editoriais.

1.4 Resultados e Discussão

Foram encontrados 601 artigos sobre os descritores identificados a partir das bases BVS, PUBMED e SCIELO. Destes, 19 artigos correspondiam aos últimos 5 anos e estavam nas línguas inglesa e portuguesa com acesso gratuito. Restando apenas 10, os quais foram incluídos no estudo por se enquadrarem no eixo temático. A Figura 1 demonstra o fluxo metodológico para a seleção dos artigos que compuseram este estudo.

Figura 1: Fluxo para seleção de artigos para inclusão no estudo.



Fonte: Autoria própria

Dos artigos avaliados, 4 (40%) possuíam Qualis A1, 3 (30%) Qualis A4, 2 (20%) Qualis B1 e apenas 1 (10%) não possuía Qualis. O maior fator de impacto foi de 9,1, enquanto o menor foi de 1,2. A relação dos artigos avaliados pode ser observada de forma sistemática por meio da Tabela 1.

Tabela 1- Relação dos resultados encontrados

Artigo	Autor/ano	Periódico
The Wenckebach Phenomenon.	HANSOM <i>et al.</i> , 2021.	Current Cardiology Reviews
Knockdown of the TRPM4 channel alters cardiac electrophysiology and hemodynamics in a sex- and age-dependent manner in mice.	ARULLAMPALAM <i>et al.</i> , 2023.	Physiological Reports
Electrophysiology and Arrhythmogenesis in the Human Right Ventricular Outflow Tract.	ARAS <i>et al.</i> , 2022.	Circulation: Arrhythmia and Electrophysiology
Experimental evidence for proarrhythmic effects of nonsteroidal anti-inflammatory drugs in a sensitive whole-heart model.	WOLFES <i>et al.</i> , 2021.	Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology
Myocardial electrophysiological and mechanical changes caused by moderate hypothermia-A clinical study.	WISLØFF-AASE <i>et al.</i> , 2022.	Physiological Reports
Electrocardiographic and electrophysiological characteristics of idiopathic ventricular arrhythmias originating from the vicinity of tricuspid annulus.	YU <i>et al.</i> , 2021.	Scientific Reports
pyCEPS: A cross-platform electroanatomic mapping data to computational model conversion platform for the calibration of digital twin models of cardiac electrophysiology.	ARNOLD <i>et al.</i> , 2024.	Computer Methods and Programs in Biomedicine
Association Between Antiarrhythmic, Electrophysiological, and Antioxidative Effects of Melatonin in Ischemia/Reperfusion.	SEDOVA <i>et al.</i> , 2019.	International Journal of Molecular Sciences
Electrophysiological Insights into Three Modalities of Left Bundle Branch Area Pacing in Patients Indicated for Pacing Therapy.	ZHANG <i>et al.</i> , 2021.	International Heart Journal
New Parameter of the Second Half of the P-Wave, P-Wave Duration, and Atrial Conduction Times Predict Atrial Fibrillation Electrophysiological Studies.	PUERTA <i>et al.</i> , 2021.	Medical Principles and Practice

Fonte: Própria autoria

Este estudo busca demonstrar como a análise específica desses parâmetros junto de inovações na área podem guiar intervenções diagnósticas e terapêuticas mais assertivas, garantindo maior compreensão da complexidade das patologias cardíacas e um melhor prognóstico para os pacientes. O trabalho de Hansom *et al.*, (2021) demonstrou como padrões eletrocardiográficos podem indicar disfunções específicas do sistema de condução elétrico, sendo de extrema importância na identificação de arritmias, como foi exemplificado pelo fenômeno de Weckenbach, e na escolha de tratamentos específicos de forma precoce, permitindo a resolução do problema antes

do surgimento de complicações mais graves.

Yu *et al.*, (2021) abordou esse tópico de forma similar ao analisar aspectos específicos de arritmias ventriculares oriundas do anel tricúspide permitindo maior agilidade e precisão diagnóstica, além de personalizar o tratamento por meio de métodos ablativos, minimizando os danos teciduais intrínsecos do método, melhorando o prognóstico do paciente. Ademais, o estudo de Puerta *et al.*, (2021) revelou novas medições e parâmetros a serem analisados sobre a duração da curva “P” e sua relação com a condução atrial, que tiveram um valor preditivo positivo considerável para o desenvolvimento de fibrilação atrial em pacientes saudáveis. Demonstrando como pesquisas cada vez mais aprofundadas na área pode aprimorar a utilidade do método e permitir a identificação precoce de pacientes com potencial para desenvolver doenças, o que garante medidas preventivas em públicos estratégicos.

Outros estudos abordaram o impacto de diversos fatores na eletrofisiologia, como fatores genéticos, tal qual foi abordado por Arullampalam *et al.*, (2023), que realizou teste em ratos ao induzir a ausência do canal TRPM4 para compreender mecanismos fisiopatológicos que ainda não foram elucidados e que poderiam ser alvo de medicações e tratamentos específicos. Em outra linha de pesquisa, Wisløff-Aase *et al.*, (2022) observou as alterações eletrocardiográficas induzidas por pacientes com hipotermia moderada. Tendo em vista isso, pode se atestar as capacidades diagnósticas do ECG em condições clínicas em que o sistema cardiovascular não é a etiologia primária ou o órgão lesado. Sendo o exame de extrema importância para áreas de cuidados intensivos, cirurgias cardíacas e reanimação em parada cardiorrespiratória.

Não obstante, o trabalho realizado por Wolfes *et al.*, (2021) avaliou os efeitos pró-arrítmicos de anti-inflamatórios não esteroidais que frequentemente são utilizados de forma contínua sem orientação médica adequada. Em contrapartida, Sedova *et al.*, (2019) evidenciou os efeitos antiarrítmicos e antioxidantes da melatonina em cenários de isquemia/reperfusão. Estes estudos evidenciaram a importância de se observar o paciente como um todo, se atentando em como o uso concomitante de medicamentos sem relação direta com o sistema cardiovascular pode agravar ou melhorar a condição clínica do paciente, levando a decisões mais complexas e condutas mais específicas.

A tecnologia trouxe ferramentas para facilitar e aprimorar a leitura dos dados eletrocardiográficos, a especificidade do exame e os mecanismos terapêuticos. Arnold *et al.*, (2024) apresentou a plataforma pyCEPS que permite converter os dados de um mapeamento eletroanatômico em um modelo computacional interativo. Esse recurso permite melhorias no processo de educação médica, novas abordagens para simulação de terapêuticas invasivas e novas oportunidades para estudos de

eletrofisiologia.

Esse avanço condiz com a tendência em se direcionar para procedimentos minimamente invasivos, reduzindo os efeitos colaterais e a iatrogenia envolvida em processos ablativos e cirúrgicos. Em uma linha similar, Aras *et al.*, (2022) explora a eletrofisiologia da via de saída do ventrículo esquerdo, garantindo uma melhor compreensão sobre sua atuação em cenários de arritmia, permitindo um melhor direcionamento para procedimentos ablativos. Zhang *et al.*, (2021) por outro lado observa a estimulação cardíaca no território do ramo esquerdo, evidenciando a utilidade e benefício de abordagens especializadas em pacientes em terapia de ressincronização cardíaca.

A função do ECG relacionada ao diagnóstico e tratamento de comorbidades cardíacas não se limita apenas a figura do médico. O exame também pode ser subsídio para estudos e intervenções multidisciplinares, como no campo da farmacologia, genética e engenharia biomédica. O próprio trabalho elaborado por Arnold *et al.*, (2024) evidenciou a colaboração entre clínicos e engenheiros para o desenvolvimento de modelos computacionais que garantem avanços na terapia personalizada. Os avanços do ECG reforçam sua função e importância para o desenvolvimento da medicina preventiva e personalizada. A capacidade de prever eventos arrítmicos (Puerta *et al.*, 2021), a elucidação de mecanismos fisiopatológicos (Arullampalam *et al.*, 2023), a análise de parâmetros mais específicos (Aras, 2022; Yu, 2021; Zhang, 2021) e o desenvolvimento de novas tecnologias (Arnold *et al.*, 2024) evidenciaram um futuro em que o estudo eletrocardiográfico será cada vez mais utilizado no monitoramento contínuo e no planejamento preventivo de procedimentos em pacientes de alto risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que o eletrocardiograma, apesar de ter surgido há mais de um século, ainda possui diversas formas inovadoras de analisar a eletrofisiologia cardíaca, propiciando estudos cada vez mais profundos e interpretativos que evidenciem as relações eletrofisiológicas com as características ondulatórias morfológicas do eletrocardiograma, facilitando, por fim, sua melhor utilização como critério potencial para auxílio diagnóstico e subsídio terapêutico.

A integração de descobertas eletrofisiológicas com novas tecnologias e abordagens multidisciplinares, reforça o papel do ECG no desenvolvimento de uma medicina mais personalizada e assertiva, com medidas preventivas mais impactantes e promovendo procedimentos minimamente invasivos. Isso poderá gerar um impacto positivo na qualidade de vida dos pacientes.

Desta forma, é necessário um esforço em conjunto tanto para treinamentos, pesquisas e na integração multiprofissional para potencializar ainda mais a precisão no seu diagnóstico e permitir a evolução do método por meio de mais estudos científicos.

REFERÊNCIAS

ARAS, K. *et al.* **Electrophysiology and Arrhythmogenesis in the Human Right Ventricular Outflow Tract.** *Circulation: Arrhythmia and Electrophysiology*, v. 15, n. 3, 2022. Disponível em: <<https://www.ahajournals.org/doi/10.1161/CIRCEP.121.010630>>

ARNOLD, R. *et al.* **pyCEPS: A cross-platform electroanatomic mapping data to computational model conversion platform for the calibration of digital twin models of cardiac electrophysiology.** *Computer Methods and Programs in Biomedicine*, v. 254, p. 108299–108299, 2024. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0169260724002943>>

ARULLAMPALAM, P. *et al.* **Knockdown of the TRPM4 channel alters cardiac electrophysiology and hemodynamics in a sex- and age-dependent manner in mice.** *Physiological Reports*, v. 11, n. 16, 2023. Disponível em: <<https://physoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.14814/phy2.15783>>

GIFFONI, R. T; TORRES, R. M. **Breve História Da Eletrocardiografia.** *Revista Medicina - Minas Gerais*, v. 20, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-553654>>

HANSOM, S. P; GOLIAN, M; GREEN, M. S. **The Wenckebach Phenomenon.** *Current Cardiology Reviews*, v. 17, n. 1, p. 10–16, 2021. Disponível em: <<https://www.eurekaselect.com/article/108274>>

JANIR, E, *et al.* **Eletrocardiograma: Revisão Da Abordagem Profissional Do Enfermeiro.** In: [...]: *X Semana Acadêmica e I Mostra Científica de Enfermagem*, p. 11, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/anaissamcenf/article/view/7127>>

JESUS, B. L. S. de *et al.* **The Importance of the Nurse in the Interpretation of Electrocardiogram: Quality Care.** *Revista UNINGÁ*, v. 58, p. eUJ3986, 2021. Disponível em: <<https://revista.uninga.br/uninga/article/view/3986>>

NICOLAU, J. C. *et al.* **Diretriz de interpretação de eletrocardiograma de repouso.** *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 80, p. 1–18, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abc/a/JcS5MCwnr6jgn7CnMpVNz9c/>>

PATRICIA GONCE MORTON; FONTAINE, D. K; AL, E. **Cuidados Críticos De Enfermagem: Uma Abordagem Holística.** Rio De Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

PUERTA, R. C. *et al.* **New Parameter of the Second Half of the P-Wave, P-Wave Duration, and Atrial Conduction Times Predict Atrial Fibrillation during Electrophysiological Studies.** *Medical Principles and Practice*, v. 30, n. 5, p. 462–

<<https://karger.com/mpp/article/30/5/462/825005/New-Parameter-of-the-Second-Half-of-the-P-Wave-P>>

SEDOVA, K. A. *et al.* **Association Between Antiarrhythmic, Electrophysiological, and Antioxidative Effects of Melatonin in Ischemia/Reperfusion.** *International Journal of Molecular Sciences*, v. 20, n. 24, p. 6331, 2019. Disponível em: <<https://www.mdpi.com/1422-0067/20/24/6331>>

SILVA, A. de S. S. *et al.* **Conhecimento de Enfermeiros sobre a Execução e Interpretação do ECG: Uma Revisão Integrativa.** *Revista InterScientia*, v. 7, n. 2, p. 98–108, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unipe.br/index.php/interscientia/article/view/1015>>

SILVA, M. C. A. de; ASSUNÇÃO, M. E. L. S. de M. **Eficácia de Metodologia Ativa de Aprendizagem do ECG no Internato em Clínica Médica.** *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, v. 119, n. 5, v. 1, p. 22–26, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/abc/a/kQbTwV5VCBZYDHPMQb4qCvm/>>

WISLØFF-AAASE, K. *et al.* **Myocardial electrophysiological and mechanical changes caused by moderate hypothermia - A clinical study.** *Physiological Reports*, v. 10, n. 8, 2022. Disponível em: <<https://physoc.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.14814/phy2.15259>>

WOLFES, J. *et al.* **Experimental evidence for proarrhythmic effects of nonsteroidal anti-inflammatory drugs in a sensitive whole-heart model.** *Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology*, v. 130, n. 1, p. 103–109, 2021. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/bcpt.13671>>

YU, M. *et al.* **Electrocardiographic and electrophysiological characteristics of idiopathic ventricular arrhythmias originating from the vicinity of tricuspid annulus.** *Nature - Scientific Reports*, v. 11, n. 1, 21 2021. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41598-021-88036-7>>

ZHANG, J. F. *et al.* **Electrophysiological Insights into Three Modalities of Left Bundle Branch Area Pacing in Patients Indicated for Pacing Therapy.** *International Heart Journal*, v. 62, n. 1, p. 78–86, 2021. Disponível em: <https://www.jstage.jst.go.jp/article/ihj/62/1/62_20-490/_pdf/-char/en>

ATUAÇÃO DO CONSELHO ESCOLAR NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EMEF PROF^a LUCIANA PEDRONI, CAIEIRAS/SP.

Sérgio Ricardo de Lima¹
Clariane do Nascimento de Freitas²

RESUMO: O presente trabalho aborda a percepção da comunidade escolar acerca da gestão democrática e a atuação do Conselho Escolar da escola pública municipal, localizada em Caieiras, São Paulo. A partir dos questionamentos: Qual a percepção da comunidade escolar a respeito da gestão democrática? Como deve atuar o conselho escolar na perspectiva da comunidade escolar? Esta pesquisa teve como objetivo geral investigar a efetivação da gestão democrática através do conselho escolar de uma escola pública. Para tanto, os objetivos específicos foram assim definidos: verificar a percepção sobre gestão democrática pela comunidade escolar; conhecer a atuação do Conselho Escolar na gestão escolar; verificar o conhecimento da comunidade escolar a respeito da convocação do Conselho Escolar e identificar a forma de participação da comunidade escolar. Este estudo assumiu um caráter qualitativo em relação ao levantamento e trato dos dados. A coleta de dados ocorreu através de entrevistas e questionários, com questões fechadas, propostas aos grupos da comunidade escolar. Os dados foram analisados qualitativamente através do procedimento de análise de conteúdo. Acredita-se que este estudo contribui como fomento para o desenvolvimento de ações e práticas visando ampliar a participação da comunidade escolar em colegiados e processos de tomada de decisões, podendo auxiliar no delineamento de estratégias que tornem relevante o papel do Conselho Escolar, bem como criar condições para participação e inclusão de pautas pela comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão democrática; Conselho escolar; Comunidade escolar.

ABSTRACT: This work addresses the school community's perception of democratic management and the performance of the School Council of the municipal public school, located in Caieiras, São Paulo. Based on the questions: What is the school community's perception regarding democratic management? How should the school council act from the perspective of the school community? This research had the general objective of investigating the implementation of democratic management through the school council of a public school. To this end, the specific objectives were defined as follows: verify the perception of democratic management by the school community; learn about the role of the School Council in school management; verify the school community's knowledge regarding the School Council call and identify how the school community can participate. This study assumed a qualitative nature in relation to data collection and processing. Data collection occurred through interviews and questionnaires, with closed questions, proposed to groups in the school community. The data were analyzed qualitatively through the content analysis procedure. It is believed that this study contributes to the development of actions and practices aimed at expanding the participation of the school community in collegial bodies and decision-making processes and can assist in the design of strategies that make the role of the School Council relevant, as well as creating conditions for participation and inclusion of agendas by the school community.

KEY-WORDS: Democratic management. School board. School community.

INTRODUÇÃO

Em tempos de questionamentos do regime democrático como forma de governo, a escolha do tema relacionado à gestão democrática e a atuação do Conselho Escolar na escola pública municipal justifica-se pela necessidade de verificar o entendimento, convicções e pensamentos da comunidade escolar, uma vez

¹Especialista em Gestão Educacional pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM.

²Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pedagoga.

que a escola contribui para a formação do indivíduo.

Durante o estudo das disciplinas do Curso de Especialização em Gestão Educacional da UFSM/RS fui impactado com os conhecimentos que me provocaram reflexões acerca do quanto a escola necessita ser um local em que se inspira e expira ares democráticos. Nessa sintonia, o conselho de escola é um órgão de suma importância para a gestão escolar, pois sua atuação reflete, na essência, o conceito de gestão democrática, que, por previsão legal norteia os caminhos da escola pública.

No entanto, a gestão democrática traz em seu bojo o compartilhamento de decisões e informações, a preocupação com a qualidade da educação e a transparência quanto ao uso dos recursos financeiros. Desta forma, ao distribuir o poder de tomada de decisões às Instituições Educacionais, não estão perdendo poder e sim dividindo responsabilidades (Paro, 2010), portanto significa envolver familiares, estudantes, docentes, equipe de apoio e outras pessoas da comunidade na administração escolar no intuito de que as decisões tomadas contribuam para a qualidade do ensino e da escola, o engajamento se torna mais efetivo e a probabilidade de acerto aumenta. Dentre os mecanismos de participação da comunidade na escola, os conselhos escolares já se fazem presentes em muitas instituições no país. Por vezes, se estabelecem pela obrigatoriedade e não funcionam como deveriam, pois as funções dos conselhos escolares perpassam por orientar, opinar e decidir por tudo que se refere à qualidade do ensino e da escola. Outras atribuições relevantes são a participação na construção do Projeto Político-Pedagógico, dos planejamentos anuais, a avaliação dos resultados da administração, a ajuda na busca de meios administrativos e pedagógicos, a análise de previsão de gastos e a aprovação da prestação de contas da escola.

Reputo os valores democráticos como parte dos bens inalienáveis de cada indivíduo e por isso o direito de participação na escola pública precisa ser respeitado e garantido como instrumento de construção e fortalecimento da democracia, uma vez que a escola é local de conflito em que se compartilha conhecimentos, vivências, experiências, opiniões e também se aprende a lidar com sentimentos. Estudar parte da complexidade que é gerir uma escola pública possibilita entender e, posteriormente, colaborar para os processos de gestão educacional. Sendo assim, a escolha do tema deste trabalho advém da crença na escola pública, por meio da participação e da autonomia; e ainda por entender que a Educação não se limita a ensinar a ler e a escrever, mas formar o indivíduo na sua integralidade e tudo que se ensina e se aprende com os estudantes refletirá na constituição da sociedade local. Na gestão democrática, o gestor lida com os conflitos como parte do processo de ensino aprendizagem buscando alternativas que atendam aos interesses da

comunidade escolar.

Para tanto, respeita a individualidade e busca o trabalho coletivo. A inquietude para investigar surgiu da necessidade de conhecer e identificar os aspectos que diferenciam a participação dos indivíduos da comunidade escolar. Esta pesquisa investiga a atuação do conselho escolar como efetivação da gestão democrática e a percepção da comunidade escolar acerca das suas participações no colegiado da escola pública municipal, localizada no município de Caieiras, em São Paulo.

O estudo ocorreu no período entre abril de 2023 e maio de 2024 tendo como embasamento a legislação vigente (Brasil, 1988; 1996) e autores como Freire (1992,1999,2001), Paro (2010), Vieira (2007), Werle (2003), e outros, os quais pelas obras e dedicação ao tema Gestão Democrática e participação do Conselho Escolar possibilitam o desenvolvimento do estudo que vislumbra encontrar subsídios para responder a seguinte problemática: Qual a percepção da comunidade escolar da EMEF Prof^a Luciana Pedroni, no município de Caieiras/SP, a respeito da gestão democrática? Como atua o Conselho Escolar na efetivação de uma gestão democrática? Com base nestas inquietudes, a pesquisa tem como objetivo geral investigar a efetivação da gestão democrática através do conselho escolar de uma escola pública municipal em Caieiras/SP. Para tanto, tem-se como objetivos específicos: (I) verificar a percepção sobre gestão democrática pela comunidade escolar; (II) conhecer a atuação do Conselho Escolar na gestão escolar; (III) verificar o conhecimento da comunidade escolar a respeito da convocação do Conselho Escolar e, por fim, (IV) identificar a forma de participação da comunidade escolar.

1. DESENVOLVIMENTO

Ataques recentes à democracia e ao Estado de direito trazem preocupações para a sociedade e particularmente para a comunidade escolar. Analisando as estruturas da escola e da gestão escolar se pode compreender o caminho que a tem guiado, ou seja, se o espaço escolar é de reconstrução e de inovação, com mecanismos de participação na tomada de decisões ou se é um espaço de retração e autoritarismo. A partir da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual trouxe no seu bojo a definição de gestão democrática do ensino público como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI) se espera que a legislação constitucional esteja sendo cumprida e aprimorada, pois a Lei Nº 9394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional trouxe.

Art.14 o detalhamento da gestão democrática:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Assim, ao regulamentar a gestão democrática do ensino público na educação básica, a LDB estabelece a autonomia para atendimento das especificidades e a participação da comunidade escolar nos processos de tomada de decisões, no intuito de que seja atingida uma educação de qualidade, que, necessariamente, requer a colaboração de todos. Nesse sentido, Bobbio (1979, p.22) indica que, a democracia é “um conjunto de regras e procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”. Somente quando as decisões são tomadas de forma coletiva é que se está diante do verdadeiro conceito de democracia.

A participação se apresenta de forma irrefutável como fator de democratização da gestão e, conseqüentemente, da melhoria da qualidade de ensino, uma vez que, todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação.

Portanto, a participação da comunidade escolar é defendida por inúmeros autores para o exercício da democracia nas instituições de ensino público, pois, para que uma gestão democrática se concretize, é imprescindível a existência de espaços de integração da comunidade escolar. Dentre os espaços de participação se tem o Conselho Escolar, o Grêmio Estudantil e a Associação de Pais e Mestres (APM). Sendo assim, a verdadeira ideia de gestão democrática, muitas vezes não é contemplada na prática, no chão da escola, pois fica restrita ao plano teórico, ou seja, as ações são efetivadas apenas no papel e não se traduz na participação da comunidade escolar por falta de engajamento.

1.1. Gestão Democrática da Educação

Ao adotar na sua legislação o princípio da gestão democrática, a Educação no Brasil rompeu com um construto elitista que foi responsável pela implantação da educação escolar no período imperial. Desde os tempos da Independência, a educação escolar teve um tratamento que a desvinculou das lutas sociais, Leher (2002) comenta o trecho da Constituição Federal outorgada em 1824, que propõe que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”.

Ocorreu que tal princípio foi negado aos índios, negros libertos, crianças e jovens de classe baixa, os quais foram impedidos de frequentar as escolas por falta de oportunidade impostas por formas arcaicas de dominação, ou seja, as oportunidades de escolaridade na prática só eram possíveis para os cidadãos das classes abastadas.

As elites também dominaram o discurso e prática da educação no período do Império e, por meio do militarismo, chegou-se à República através de um processo de revolução passiva e com o advento do capitalismo e o fim da escravatura, ocorre uma divisão de classes, surgindo as classes operárias; mais de cento e trinta anos depois, a educação se coloca subordinada à lógica do capital. Sendo assim, as políticas de educação para Cury (2007) têm origem nas demandas sociais e políticas que não se conformam com os desígnios particulares que muitas vezes são tomados como regra para a construção dessas políticas.

O termo “gestão democrática” foi utilizado pela primeira vez no Congresso Nacional durante a constituinte. A Constituição Federal de 1988 contemplou a expressão “gestão democrática do ensino público”, sendo ratificada na Lei N° 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A gestão democrática se contrapõe aos modelos anteriores, Paro (2010) menciona que ao se falar em gestão democrática da escola já está necessariamente implícita a participação da população em tal processo. Então, a gestão democrática nada mais é do que “uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia” (Brasil, 1988). Desta forma seus princípios estão previstos na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, p.123), sendo:

- a) Descentralização: as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de maneira não hierarquizada;
- b) Participação: toda comunidade escolar deve participar da gestão: professores, alunos, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que realizam ou participam de projetos na escola e na comunidade;
- c) Transparência: toda decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A legislação brasileira, primeiro na Constituição Federal de 1988 no seu art.206 e, posteriormente no art. 3º da Lei N° 9.394/96 (LDB), estabelecem que a gestão democrática do ensino público é um dos princípios que norteiam a educação escolar, portanto, o desafio da escola pública é contar com a participação de todos e o texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional reforça este entendimento no seu art. 14, assim descrito:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as peculiaridades, conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolares e local em conselhos escolares ou equivalentes. (Brasil, 1996).

A partir dessas legislações, inicia-se a construção da gestão democrática, sendo a participação um componente imprescindível para sua concretização, logo floresce o termo cidadania e o que é ser cidadão? “cidadão”, nos ensinamentos de Freire (2001, p.59), é ser “político”, com capacidade de questionar, reivindicar, participar e contribuir na transformação social, tornando-a mais justa e igualitária.

Na nossa sociedade, a escola pública tem atribuição social de formar cidadãos, embora não seja exclusividade, pois integra um sistema que oferece apenas parte da educação, existindo outros atores de relevância no processo de formação do cidadão. Contudo, parte da sociedade atribui somente à escola essa responsabilidade. A Educação Básica, que se inicia na Educação Infantil e termina no Ensino Médio, busca cumprir sua função social de formar cidadãos, ou seja, construir conhecimentos capazes de tornar o estudante um ser crítico, participativo e com opinião própria.

A escola pública, adotando uma gestão democrática contribui para a democratização da sociedade, pois por ser um ambiente de aprendizagem privilegiado, o exercício da democracia se torna imperioso e a democracia participativa exige uma gestão democrática na escola e uma das estratégias para contribuir com a gestão democrática é o conselho escolar. O olhar para como funciona a democracia na escola precisa estar atento para que não se legitime uma democracia autoritária, pois se confunde a ideia de liberal com democracia como Paro (2010, p.18):

[...] há pessoas trabalhando na escola, especialmente na gestão, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque “compartilham” ou “permitem” que façam parte desta ou daquela decisão, no entanto o que esse discurso não consegue encobrir é que, se a participação está atrelada a alguém que lhe de abertura ou que permita sua manifestação, logo a prática em que essa participação é exercida não pode ser considerada democrática, uma vez que democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”.

Desta forma, o que torna o ambiente escolar democrático são os mecanismos que constroem o processo democrático. Nesse sentido, o autor supracitado afirma que não é possível caminhar para uma democratização da escola pública apenas com concessões de diretores, é preciso criar mecanismos que construam um processo democrático na escola, os quais serão instituídos com a ajuda daqueles que atuam na escola e fora dela, a comunidade escolar, pois é o “andar junto” que fornece subsídios para os gestores democráticos. Werle (2003) indica que falar de participação na educação se reporta à compreensão de que a qualidade se busca com a inserção de todos os envolvidos nos processos de gestão e problematizar as articulações entre

compromissos técnicos e políticos contribui para uma ampla compreensão da gestão da educação. Nessa perspectiva de gestão democrática, a escola pública deve estar pautada na participação da comunidade, desde a execução das metas até a tomada de decisões, sempre engajada com a comunidade escolar e local.

1.2. Conselho Escolar

No contexto das escolas públicas fala-se muito em reunião do conselho escolar, mas afinal o que são conselhos escolares? Segundo a definição de Antunes (2002) o conselho escolar é um colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: família, estudantes, docentes, gestão e equipe de apoio. Através dele, todas as pessoas ligadas à escola podem se fazer representar e decidir sobre aspectos administrativos, financeiros, pedagógicos e disciplinares.

Assim, este colegiado torna-se não só um canal de participação, mas também um instrumento de gestão da própria escola. O diretor de escola é membro nato do conselho escolar, e, obviamente, aqueles que compactuam com a gestão democrática sentem-se seguros em contar com a participação deste colegiado; assim, os gestores terão respaldo em qualquer decisão que forem tomadas em conjunto, pois todos objetivam um ensino de qualidade. A autonomia e a liberdade da escola refletem a natureza do ato pedagógico, remetendo ao cumprimento de regras e orientações que culmina na composição de ações criadas pela própria comunidade escolar e para experienciar uma gestão participativa está prevista no art. 17 da LDB:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público (BRASIL, 1996).

Assim, a legislação educacional assegura espaço para a gestão democrática e a criação dos conselhos escolares na escola. O processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola é um exemplo da importância do conselho escolar, pois compete ao colegiado dar opiniões, questionar, definir prioridades para a realidade daquela escola, uma vez que esse projeto não é uma “receita” que serve para qualquer escola, ele tem que ser construído, conjuntamente, diariamente, por todos os envolvidos no ambiente escolar. Se o PPP fosse elaborado apenas por especialistas, certamente, não conseguiria representar os anseios da comunidade escolar, por isso ele deve ser elaborado, coordenado e acompanhado por todos os membros dessa comunidade.

1.3. Comunidade Escolar

A integração entre a escola e a comunidade local é essencial para construir um processo de democratização, sendo que o diálogo entre comunidade escolar e comunidade local já acontece de forma expressiva, onde docentes, estudantes, equipe de apoio e moradores das comunidades, com o poder público assumem responsabilidade de construir um Projeto de Educação e Gestão Participativa.

Contudo, o que é feito nesse sentido ainda é pouco, considerando os desafios impostos para a construção de um país democrático, que é o de ter voz, o de ganhar voz e não apenas o de falar. Assim, o conselho de escola se apresenta como uma das oportunidades, sendo um dos meios de que se dispõe para ter voz.

No entanto há o outro lado, principalmente entre diretores de escola e docentes, o entendimento de que a comunidade não tem interesse em participar nas decisões da escola, mas pesquisas realizadas sobre a participação da comunidade no âmbito escolar (Avancine, 1990; Oliveira, 2007; Paro, 2010 entre outros) tendem a revelar que essa percepção não se consolida na realidade das escolas e, na verdade, o que ocorre, muitas vezes, é a resistência da própria instituição de ensino em convidar a comunidade para participar. Neste sentido, Paro (2010, p.27) adverte:

A falta de aproximação, dessa postura de ouvir o outro, parece explicar em grande parte o fracasso de iniciativas paternalistas de gestão colegiada e de participação que, por mais bem-intencionadas que sejam, procuram agir “em nome da comunidade”, sem antes ouvir as pessoas e os grupos pretensamente favorecidos com o processo e sem dar-lhes acesso ao questionamento da própria forma de “participação”.

A cultura da comunidade faz parte do estudante. Quando ele ingressa na escola, traz consigo uma bagagem de conhecimento e costumes adquiridos na comunidade de onde ele vive. Ali o estudante aprende os seus primeiros hábitos, atitudes, sentidos e competências. Por todas essas razões é que a família e a escola têm que andar lado a lado para juntos, desenvolver o processo da formação escolar. Navarro (2004, p.11) aborda que: “A cultura, o saber e o patrimônio cultural da comunidade são parte integrante e indispensável do currículo de uma escola que contribui para a formação humana das crianças, adolescentes e jovens”. Para que a escola ofereça essa contribuição é preciso respeitar a história de vida dos estudantes, seus valores, sua sensibilidade e outras características do indivíduo, adquiridos na convivência com a comunidade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

2.1. Desenho da Pesquisa

De acordo com Hair *et al.*, (2005), o processo de pesquisa compreende a formulação, execução e análise. Desse modo, este estudo foi desenvolvido em três fases: Fase 1 – Etapa Inicial e Aporte Teórico; Fase II – Operacionalização do Estudo; Fase III – Resultados e Considerações. A fase I teve como foco a definição da problemática, dos objetivos, justificativa do estudo e apresentação da base teórica que alicerça o desenvolvimento do estudo, respaldada nos conceitos de: Gestão Democrática da Educação, Conselho Escolar e Comunidade Escolar; a fase II refere-se à execução do estudo contemplando os procedimentos metodológicos que possibilitaram a operacionalização da pesquisa; a fase III culminou na análise de dados, sua apresentação e discussão dos resultados e por fim as considerações finais.

2.2. Estratégia de Pesquisa e Método Adotado

A presente pesquisa adota a análise qualitativa. Sampieri, Lúcio e Collado (2006) indicam que a pesquisa qualitativa aprofunda a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas; nesse sentido, Minayo e Sanches (1993) acrescentam que o objetivo das pesquisas qualitativas permite ao pesquisador a compreensão acerca da complexidade do fenômeno investigado. No intuito de responder ao problema de pesquisa em alinhamento com os objetivos propostos, optou-se pela escolha de uma pesquisa descritiva que fosse acolhida pela comunidade escolar e que fornecesse as informações para análise.

No entendimento de Triviños (2007) a pesquisa descritiva descreve com exatidão fatos e fenômenos de determinada realidade e ainda informa ao pesquisador sobre situações, fatos, opiniões ou comportamentos da população analisada; sendo usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão. Em relação ao método, o presente estudo foi classificado como estudo de caso, pois investiga um fenômeno contemporâneo dentro do contexto da escola pública, segundo Yin (2006) os estudos de caso único e de casos múltiplos não apresentam distinções significativas, diferenciando-se basicamente pelo número de contextos investigados, mantendo a mesma estrutura metodológica; ainda indica que a preferência pelo estudo de caso deve ser para os eventos contemporâneos, em situações em que os comportamentos não podem ser manipulados, sendo possível se fazer observações diretas e entrevistas sistemáticas; portanto é nesse contexto que a pesquisa se desenvolveu.

2.3. Caracterização da Escola Estudada e dos Participantes

A EMEF Prof.^a Luciana Pedroni, foi escolhida por ser uma escola pública municipal e por atender a intenção e a conveniência para a realização da pesquisa. Segundo Hair *et al.*, (2005), a escolha precisa dispor da seleção de elementos e oferecer as informações necessárias para a realização do estudo. Durante o ano de 2023, esse pesquisador manteve vínculo de trabalho com a escola escolhida e iniciou o projeto de pesquisa, além de ter construído um vínculo com a comunidade escolar. O cenário desta investigação ocorreu na escola pública municipal, acima citada, na cidade de Caieiras no Estado de São Paulo, no período de abril a maio de 2024; a escola está localizada no bairro Portal das Laranjeiras, foi municipalizada no ano de 2010 e para suprir a demanda, a escola foi ampliada no ano de 2020, passando a atender todos os cinco anos do ensino fundamental I; em dois períodos, das 8h às 13h e das 13h30min às 18h30min. A comunidade escolar conta com 40 docentes, 20 pessoas na equipe de apoio e 742 estudantes matriculados no Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano) com idade média de 06 a 11 anos.

A coleta de dados foi realizada através de dois instrumentos: entrevista com a diretora e duas coordenadoras; e questionário específico para cada grupo de representantes da comunidade escolar. Por se tratar de pesquisa qualitativa foi realizada uma abordagem com os diferentes grupos no intuito de que o objetivo do estudo despertasse o interesse para a participação. Desta forma, a coleta de dados ocorreu em momentos distintos. Durante o conselho de classe, em 15 de abril de 2024, 20 docentes colaboraram respondendo o questionário e, na mesma data, o instrumento foi respondido por 10 pessoas da equipe de apoio. Durante a reunião com as famílias, em 18 de abril, 60 familiares aceitaram participar e, dentre os estudantes, entre o 2º e 5º ano, 90 responderam ao questionário entre os dias 15 e 16 de abril.

A Diretora é formada em Educação Física e Pedagogia, trabalha na rede municipal a 14 anos, sendo que ocupa o cargo a 02 anos; a Coordenadora da tarde é formada em Pedagogia, trabalha na rede municipal a 14 anos e a 02 anos como coordenadora pedagógica, enquanto que a Coordenadora da manhã é formada em Pedagogia, trabalha na rede municipal a 06 anos e está a 01 ano na função; dentre os docentes respondentes, dois são formados em Educação Física e 18 em Pedagogia; a equipe de apoio divide-se em diversas funções: administrativa, cozinha e limpeza.

2.4. Técnica de Coleta dos Dados

A coleta dos dados qualitativos ocorreu através de entrevistas e questionários com questões fechadas e abertas que foram distribuídos pelo pesquisador aos participantes, sendo prestadas informações aos respondentes sobre

os objetivos da pesquisa e do caráter voluntário (ver apêndice A - TCLE); foram realizadas três entrevistas e distribuídos cento e oitenta questionários específicos para cada grupo de representantes da comunidade escolar assim divididos: 20 docentes, 10 pessoas da equipe de apoio, 90 estudantes e 60 familiares. O questionário foi elaborado considerando a especificidade de cada grupo da comunidade escolar. Desta forma, seguiu regras práticas indicadas por Gil (2007), que destaca a importância de que as perguntas sejam formuladas de maneira clara, concreta e precisa.

Assim, nas entrevistas os diálogos tiveram como pauta perguntas norteadoras (ver apêndice C); já nos questionários (ver apêndice B) foram utilizadas perguntas fechadas com intuito de que os colaboradores expressassem suas opiniões na intenção de se obter a percepção a respeito da gestão democrática, identificar a participação da comunidade escolar e ainda conhecer a atuação e convocação do conselho escolar; outro aspecto a ser destacado em relação à elaboração das perguntas é que foram preparadas basicamente as mesmas questões para todos os grupos.

2.5. Análise dos Dados

A análise dos dados qualitativos ocorreu por meio do procedimento “Análise de Conteúdo”, descrito por Bardin (1979) como: um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção de mensagens. A análise de conteúdo, segundo o entendimento da autora supracitada pressupõe três fases essenciais denominadas: pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial.

Na fase de pré-análise, os questionários foram lidos e tabulados com atenção no sentido de identificar opiniões que permitissem qualificar os objetivos propostos no estudo, bem como mapear temas emergentes; na fase de descrição analítica procurou-se explorar os dados coletados, com maior profundidade, analisando-se as percepções dos respondentes por segmento representado no estudo e na fase de interpretação referencial, os dados foram analisados de modo reflexivo, procurando-se estabelecer relações com o referencial teórico que balizou o desenvolvimento do estudo e objetivando agrupar as respostas de forma a responderem os objetivos específicos propostos no intuito de se analisar a percepção a respeito da gestão democrática, bem como, a participação do conselho de escola e da comunidade escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estes construtos foram analisados segundo a percepção dos participantes do estudo, considerando-se a particularidade dos segmentos da comunidade escolar. A coleta de dados contemplou todos os segmentos, sendo pautada na legalidade, pois a gestão democrática, o conselho de escola e a participação da comunidade estão asseguradas na Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e o Regimento Escolar Único das Escolas Públicas do Município de Caieiras, Decreto Lei nº 8228 de 06 de março de 2020.

3.1. Gestão Democrática, Conselho Escolar e Participação da Comunidade Escolar: Visão das Gestoras

As entrevistas foram realizadas individualmente e em momentos distintos com a Diretora e Coordenadora da tarde, em 02 maio de 2024, e com a Coordenadora da manhã, em 03 maio de 2024. Quanto ao entendimento da “gestão democrática” houve consenso entre elas em afirmar que foi o modelo escolhido para iniciar o trabalho, portanto implantaram e estão implementando, a cada dia, na prática, nas relações e demandas da comunidade escolar. Em relação a constituição do conselho de escola e a construção do Projeto Político Pedagógico, todas as entrevistadas indicaram ter ocorrido um processo democrático e participativo, sendo destacado que o PPP não é um documento engessado, precisando ser revisto e atualizado no intuito de se aproveitar as oportunidades do momento.

Quando questionadas a respeito da participação da comunidade local, foi descrito pelas entrevistadas o caminho percorrido, ou seja, tiveram um início marcado por atritos, uma vez que as demandas eram simplesmente apresentadas, mas à medida em que passaram a buscar solução dos problemas com a participação dos interessados, foram ganhando respeito da comunidade e efetivando uma parceria para a discussão e resolução de problemas. Exemplo dessa parceria dado pela Diretora foi a pintura da quadra e melhoria na iluminação dos refletores e acesso ao estacionamento dos docentes. Desta forma, há entendimento por parte das gestoras de que a comunidade é comprometida, e que no processo democrático para se iniciar projetos ou melhorias a principal ação é “manter a escuta ativa de todos os grupos envolvidos e assim tirar a gestão democrática do papel para que haja um ambiente saudável e em constante evolução” (Coordenadora da manhã).

A respeito da atuação do conselho da escola esclareceram que este é atuante e é convocado em momentos específicos para resolver problemas, sendo que nas ocasiões em que foi convocado, respondeu a contento e na organização da escola para que a educação ocorra com parâmetros democráticos.

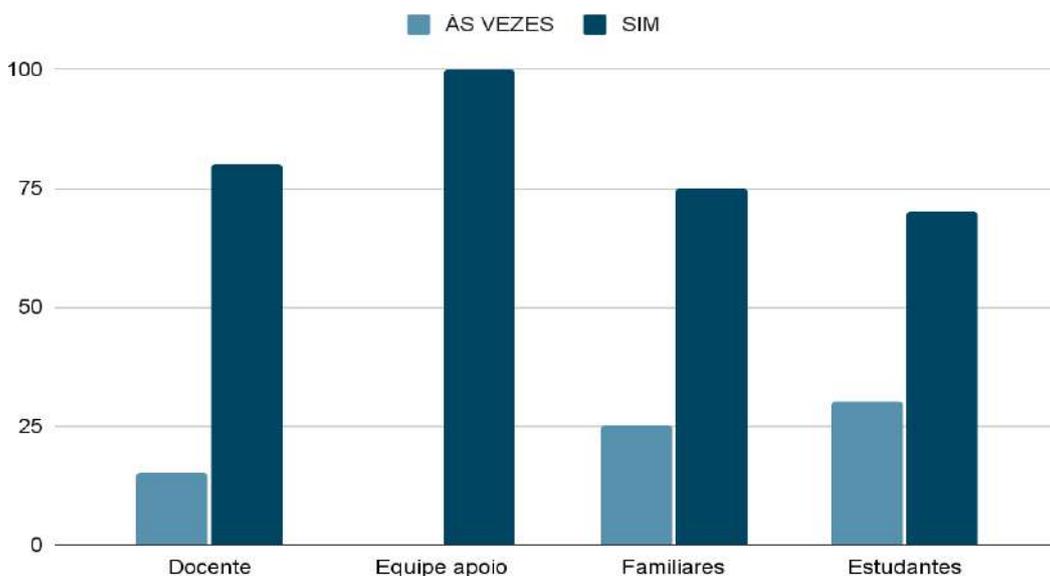
Foi salientado pela equipe gestora que a Unidade escolar é muito viva e realiza reuniões com os diferentes grupos, para os quais dá voz de forma democrática seguindo e respeitando seus princípios e decisões, inclusive destacando que o movimento democrático alcança as crianças. Como exemplo, a Coordenadora da tarde citou a tomada de decisão e construção de valores democráticos, pois na semana que antecedeu a semana do brincar, os estudantes escolheram e decidiram a respeito do que brincar.

3.2. Gestão Democrática, Conselho Escolar e Participação da Comunidade Escolar na Visão dos Docentes, Equipe de Apoio, Familiares e Estudantes

Os gráficos abaixo demonstram em forma de percentual, após a tabulação das respostas aos questionários, a opinião dos diferentes grupos da comunidade escolar sobre os seguintes tópicos: a percepção da gestão democrática, atuação do conselho da escola, a necessidade da convocação do conselho de escola para discutir e resolver problemas e ainda a participação de cada segmento da comunidade na gestão escolar.

O gráfico 1 representa a percepção dos participantes do estudo em relação à gestão democrática em resposta à pergunta: “No seu entendimento a escola exerce uma gestão democrática, com a participação da comunidade escolar?”, sendo que 80% dos docentes acreditam no trabalho e 15% indicaram que às vezes; a equipe de apoio se posicionou 100% favoráveis, enquanto os familiares apresentaram percentuais de 75% posicionando positivamente e 25% se posicionaram às vezes, por fim os estudantes se posicionaram com 70% respondendo sim e 30% às vezes.

Figura 1 - Percepção sobre a gestão Democrática pela comunidade escolar

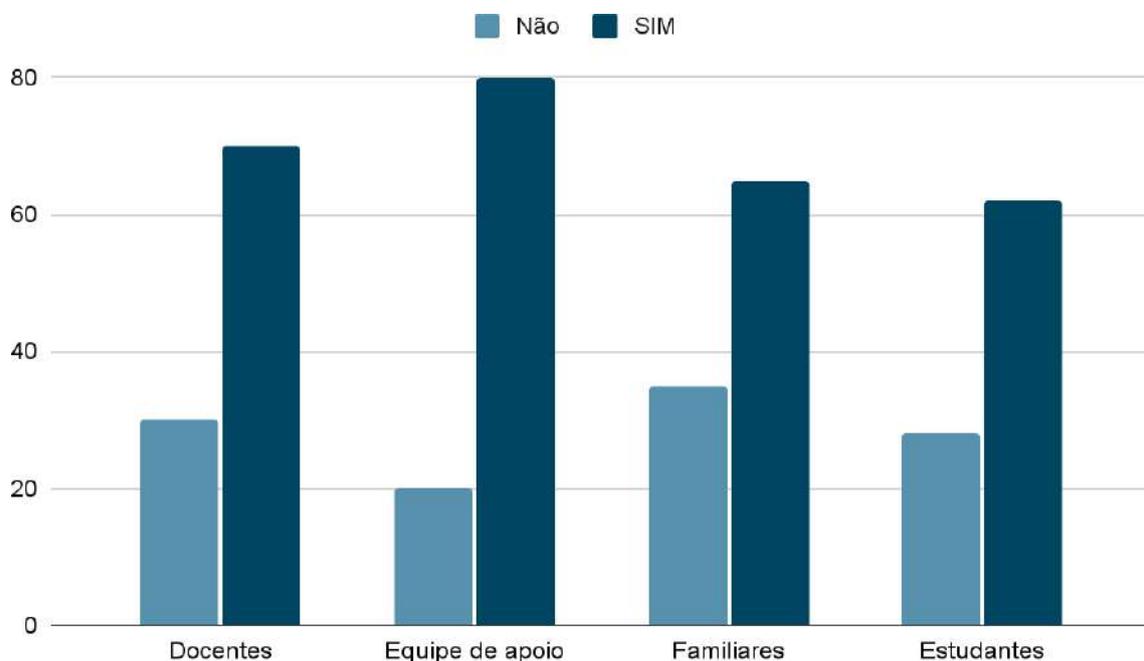


Fonte: Própria autoria

Desta forma percebeu-se que a gestão democrática é um ponto forte da gestão escolar enquanto estratégia e cumprimento das diretrizes da Educação, mas acima de tudo constatou-se que a gestão da escola compreende o valor público da gestão democrática e trabalha para sua implementação com uma perspectiva política. Tais dimensões são defendidas por Vieira (2007, p.59) ao afirmar que “nenhuma gestão será bem-sucedida se passar ao largo dessas duas dimensões”. Cabendo ainda salientar que para concretização de uma sugestão, uma mudança há de observar suas condições de implementação e sua aceitabilidade que se traduz na sua condição política.

A figura 2 representa a percepção dos participantes do estudo em relação à atuação do conselho escolar em resposta à pergunta: “Você acredita que um conselho escolar atuante contribui para tornar a escola democrática? Ao analisar se o conselho escolar é atuante buscou-se a interpretação segundo a proposição de Navarro (2004) que afirma que os conselhos escolares têm como atribuição, além de deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito da escola, devem também analisar as ações e meios que a escola utiliza para o cumprimento de suas finalidades, sendo verificado que para 70% dos professores sim, enquanto para os funcionários o percentual sobe para 80%; já os pais/responsáveis indicaram 65% e no grupo de alunos, 62% dos que acreditam na atuação do conselho escolar.

Figura 2 - Percepção sobre a atuação do conselho escolar na gestão escolar



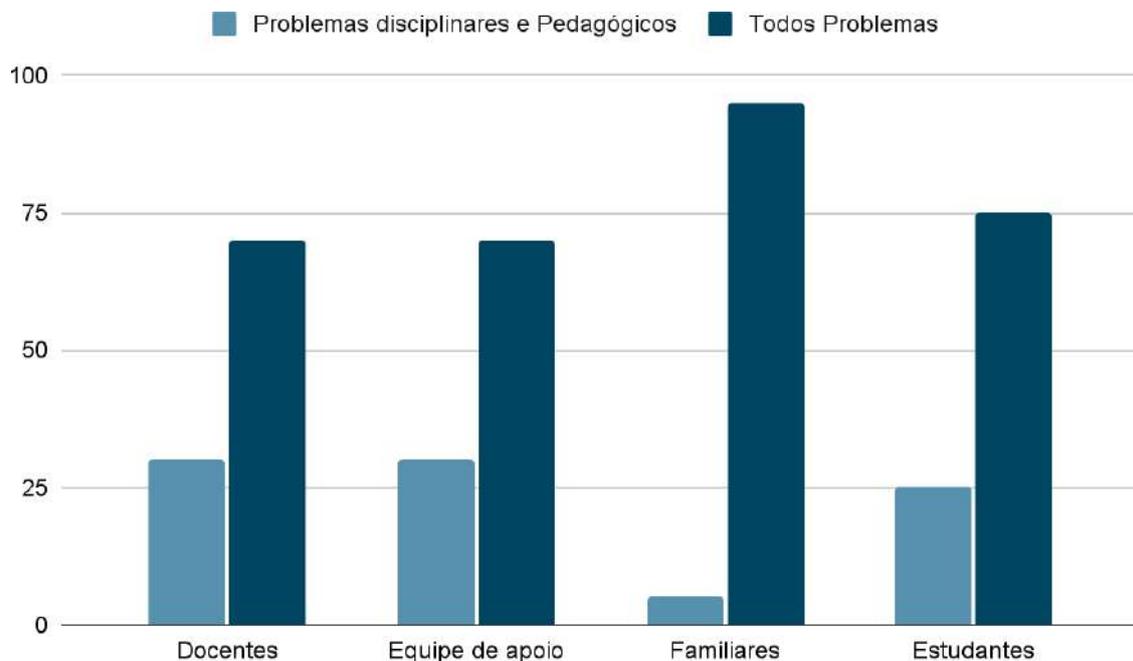
Fonte: Própria autoria

A atuação do conselho escolar por vezes ainda soa como um trabalho extra, a expressão convocação está atrelada a obrigação e no contexto de uma gestão

democrática a atuação do conselho escolar necessita ser mais participativa e deliberar sobre assuntos propostos pela comunidade escolar, ampliando sua atuação e agregando valor as decisões da gestão escolar.

A figura 3 representa a percepção dos participantes do estudo em relação à convocação do conselho escolar para discutir e resolver problemas da escola em resposta à pergunta: “Na sua opinião, quando o conselho escolar deveria ser convocado?”. A convocação do conselho escolar para discutir ou resolver problemas é refletida pela comunidade escolar com ênfase nos problemas pedagógicos e disciplinares, fato é que o pedagógico prevalece sobre as demais questões como argumentam os defensores da organização da gestão escolar em dimensões, “pois está mais diretamente envolvida com o foco da escola que é o de promover a aprendizagem e a formação dos alunos” (Luck, 2009, p. 95).

Figura 3 - Percepção sobre a convocação do Conselho Escolar para resolver e discutir problemas



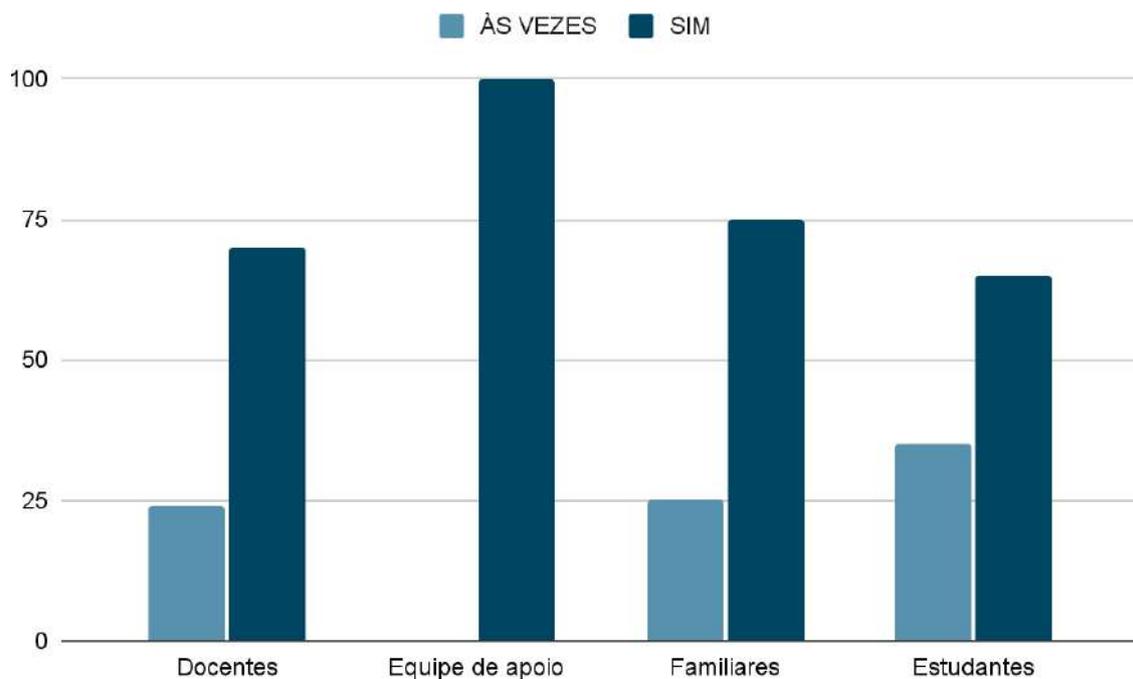
Fonte: Própria autoria

Sendo assim, 70% dos docentes indicaram problemas de disciplina, finanças, pedagógicos e administrativos, enquanto 30% indicaram somente disciplina e pedagógico; a equipe de apoio ratificou o percentual apresentado pelos docentes; a questão da disciplina e pedagógica fica latente no percentual indicado pelos familiares, haja vista que 95% apontaram que deve ocorrer para tratar e resolver problemas de disciplina e pedagógico, enquanto 5% todos problemas, inclusive segurança; os estudantes ampliam os problemas a serem discutidos e resolvidos, desta forma 75% responderam problemas disciplinares, pedagógicos, finanças, administrativos, de

limpeza dos banheiros, alimentação saudável, laboratórios de ciências e informática e outros 25% indicaram somente problemas disciplinares e pedagógicos.

A figura 4 representa a percepção dos participantes do estudo em relação à participação da comunidade escolar na situação em que cada segmento da comunidade escolar contribui na discussão e tomada de decisões junto à gestão escolar. A participação da comunidade escolar é reflexo do trabalho de uma gestão democrática e participativa, pois parte de uma escola que é vista como organismo vivo, articulando e sendo articulada para atender às necessidades da comunidade escolar. Segundo Luck (2006) esta dinâmica das interações ocorre em função do trabalho em equipe voltado para o social; portanto, é importante perceber que a participação de toda a comunidade escolar é imprescindível para se garantir o desenvolvimento integral dos alunos e proporcionar que se tornem cidadãos prontos para viverem em sociedade.

Figura 4 - Percepção sobre a participação da comunidade escolar



Fonte: Própria autoria

Quando se aferiu a percepção dos docentes se analisou a sua participação nas decisões da escola e 70% indicaram que participam, enquanto 30% participam às vezes das decisões; já para a equipe de apoio e familiares, no momento da aplicação do questionário a explicação abrangeu o conceito de participação, sendo assim os 100% da equipe de apoio indicou sim, enquanto os familiares apresentaram percentuais na ordem de 75% para sim e 25% para às vezes. A percepção dos estudantes foi analisada a partir do questionamento: “a gestão e os docentes pedem

sua opinião para as mudanças feitas na escola?” e se chegou a 65% para participativa e 35% para às vezes, demonstrado pelo grupo que a sua percepção se relaciona diretamente às ações e condutas dos docentes, equipe de apoio e gestão.

Desta forma verificou-se que as decisões da gestão escolar têm se respaldado na participação de cada um dos grupos da comunidade escolar, mesmo em face da alteridade do processo de atribuição de docentes e da continuidade dos estudantes pelo período máximo de 5 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de caso teve como objetivo geral avaliar a percepção da comunidade escolar a respeito da gestão democrática, do conselho escolar como efetivação da gestão democrática e da participação da comunidade escolar na gestão da escola. No que se refere à gestão democrática, pode-se perceber que as gestoras da escola conhecem e aplicam os princípios, haja vista o percentual elevado de aceitação da comunidade escolar, cabendo destaque para a equipe de apoio que atua diretamente com as gestoras, aliado ao fato da média dos percentuais dos demais grupos respaldarem o trabalho e nortear a gestão. Como argumentam Gadotti e Romão (1997) a participação influencia na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino, inclusive havendo melhor compreensão por parte dos segmentos da comunidade escolar quanto às questões administrativas e educacionais.

Quanto ao Conselho Escolar percebeu-se que tem se mostrado atuante na gestão escolar e que o resultado é fruto de uma comunidade escolar participativa, “viva” como reportado pela Diretora da escola, assim contribui de forma efetiva para a gestão democrática da escola. Gestão escolar que prima pelo voluntariado dos membros para sua composição, entendendo que os grupos que compõem a comunidade escolar são parceiros na construção de um ambiente de melhor qualidade para todos. Os destaques acima ratificam o quão é importante a participação da comunidade escolar e os resultados apresentados indicam que tanto a gestão democrática, quanto a atuação do conselho se iniciam a partir do movimento que prioriza a participação como instrumento de democratização da escola. Assim se constata que este estudo indica que a participação é um fator preponderante na gestão da EMEF Prof.^a Luciana Pedroni.

Os resultados apresentados ainda remetem à compreensão de que a comunidade escolar tem conhecimento da importância da parceria e participação nos processos decisórios da escola e que atuam para conscientizar a comunidade local para se engajarem na preservação e manutenção da unidade escolar. Na perspectiva

de suas contribuições, este estudo de caso fornece importantes implicações para o desenvolvimento e manutenção de ações práticas visando ampliar a motivação e a participação da comunidade escolar em colegiados e nos processos de tomada de decisões da escola. Também contribui para o delineamento de estratégias que permitam ampliar a atuação do conselho escolar, bem como, criar condições para que haja inclusão de novas pautas para discussão e tomada de decisão pela comunidade escolar.

Outra contribuição relevante que o estudo proporciona refere-se a nortear a Secretaria Municipal de Educação na construção da divulgação do caso de sucesso na intenção de que a gestão democrática se consolide nas demais escolas, uma vez que os resultados apresentados da EMEF Prof.^a Luciana Pedroni indicam evidências positivas em relação a gestão democrática, atuação do conselho escolar e participação da comunidade escolar. Espera-se ainda que este estudo provoque reflexões que conduzam à realização de novos estudos, adicionando direcionamento para a gestão democrática, principalmente a participação da comunidade escolar que refletirá no processo democrático do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Â. **Aceita um conselho? Como organizar o Colegiado Escolar.** São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire – Guia da escola cidadã; v. 8, 2002.

AVANCINE, S. **Daqui ninguém nos tira: Mães na gestão colegiada da escola pública.** São Paulo, v. 194, 1990.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1979.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.> Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. **Lei nº. 9.394,** de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases para Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br?ccivil_03/Leis/L9394.htm.> Acesso em: mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares.** NAVARRO, I. P. Conselhos Escolares: democratização da escola e construção da cidadania. Brasília: UnB / CEAD, 2004.

BOBBIO, N. **O Futuro da Democracia.** Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000.

- _____. **O marxismo e o estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CIDADE DE CAIEIRAS/SP. **Decreto Lei nº 8228**, de 06 de março de 2020. Regimento Escolar Único das Escolas Públicas do Município de Caieiras.
- CURY, C. R. J. **A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação**. *Revista Brasileira de Política e Administração Escolar*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 64
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- _____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.
- _____. **Educação como prática de liberdade**. 23ª ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, M; ROMÃO, J. E. (org.). **Autonomia da Escola: princípios e propósito**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- HAIR, J; *et al.* **Fundamentos de Métodos de pesquisa em administração**. Bookman Companhia Ed. 2005.
- LEHER, R. **Democracia e Construção do Público: no pensamento Educacional Brasileiro**, 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- LÜCK, H. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LÜCK, H. **Planejamento em orientação educacional**. Vozes, 2009.
- MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** *Cadernos de Saúde Pública*, v. 9, n.3, p. 239-262, 1993.
- NAVARRO, I. P; *et al.* **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: MEC, cad., v. 5, 2004.
- OLIVEIRA, O. S. de; *et al.* **Gestão democrática da escola pública: a participação da comunidade**. 2007.
- PARO, V. H. **Gestão democrática e a escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2010.
- PARO, V. H. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum**

em educação. 2 ed. São Paulo – 2010.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa.** 3. Ed, São Paulo: McGraw Hill, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, S. L. **Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples.** *Revista brasileira de política e administração da educação*, v. 23, n. 1, 2007.

WERLE, F. O. C. **Conselhos escolares: implicações na gestão da escola básica.** Rio de janeiro: DP&A, v. 1, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Bookman editora, 2006.

CARACTERÍSTICAS PRIMORDIAIS EPISTEMOLÓGICAS DA DOMINAÇÃO SOCIAL QUE FUNDAMENTOU ESTRUTURALMENTE A DESIGUALDADE SOCIAL BRASILEIRA

Leandro Barros Ribeiro¹

RESUMO: O texto explora as bases epistemológicas da dominação social que estruturam a desigualdade no Brasil, utilizando a sociologia compreensiva de Max Weber como referência teórica. O estudo enfatiza a análise de condutas e ações sociais individuais para compreender os processos estruturais de desigualdade, destacando o papel da ação social como central à sociologia weberiana. Ele também aborda a "neutralidade axiológica", defendida por Weber como forma de minimizar vieses do pesquisador, preservando a objetividade na interpretação das ações sociais. A investigação relaciona a formação histórica brasileira, marcada pela escravidão, com o racismo estrutural e as desigualdades socioculturais contemporâneas, destacando o uso de narrativas ideológicas pelas elites para legitimar sua dominação. A metodologia macro-micro-macro de Weber é aplicada para mostrar como fenômenos macroestruturais emergem de interações individuais e microestruturais, criando uma interdependência entre cultura e estrutura. O trabalho conclui que o racismo e as desigualdades sociais são perpetuados por processos históricos e estruturais, e sugere aprofundar estudos sobre os impactos de tais dinâmicas no Brasil e na América Latina. A pesquisa reforça a necessidade de análises críticas e decoloniais para desvelar mecanismos de exploração e exclusão, propondo uma abordagem interdisciplinar para enfrentar essas questões.

PALAVRAS-CHAVE: Dominação Social; Sociologia Compreensiva; Desigualdade Estrutural; Racismo Estrutural.

1. COMPREENDENDO AS BASES METODOLÓGICAS

Com a preocupação de apresentar, com maior nível de detalhamento, a principal referência metodológica utilizada nesta investigação, julgamos ser necessária a abordagem de alguns pontos fundamentais do método organizado por Max Weber. Buscando garantir a qualidade do estudo realizado, ao longo de todo o seu processo, foram aplicados os caminhos metodológicos sugeridos por este pensador, como a forma mais fidedigna de compreensão de realidades sociais complexas, quando se tem, como no caso em tela, o propósito de verificação dos sentidos de determinadas condutas e de ações sociais de indivíduos participantes da sociedade, em contexto histórico específico.

A seguir destacam-se as perspectivas teóricas da sociologia weberiana que foram utilizadas neste trabalho, que possibilitaram a condução da investigação e a coleta de dados por meio da revisão de literatura realizada e que, após terem sido

¹Bacharel em Sociologia. professorleandro.ribeiro@gmail.com

interpretados e analisados de acordo com as premissas de Weber, permitiram proposições manifestadas como resultados finais.

1.1 A sociologia compreensiva de Max Weber

As contribuições do pensamento de Max Weber se inserem historicamente em fins do século XIX e início do século XX, onde se processavam as primeiras disputas sobre a metodologia das Ciências Sociais europeias, criando-se um movimento que buscava fazer uma evidente separação com as Ciências Naturais, que já possuíam notoriedade de desenvolvimento (TOMAZETTE, 2008). O método compreensivo proposto por Weber se apresentava como o mais ideal para as Ciências Sociais, em contraposição ao método explicativo, que era reconhecido como o adequado para as Ciências Naturais (Idem, 2008).

As Ciências Sociais (ou Ciências do Espírito) se caracterizariam, sobretudo, pela identificação do sujeito e do objeto, isto é, os “seres humanos como objetos desta ciência, agentes socialmente competentes, que interpretam o mundo que os rodeia para melhor agirem nele e sobre ele” (SANTOS, 2003, p. 56). Por sua vez, explica o autor, nas Ciências Naturais são estudados objetos que são exteriores ao sujeito, como os animais, planetas, materiais. E ainda, as Ciências Sociais se caracterizam pela unidade inseparável dos julgamentos de fato e de valor, e pela necessidade de compreender a significação vivenciada dos fatos sociais, enquanto que as Ciências Naturais podem se limitar a uma explicação exterior dos fenômenos, não necessitando compreendê-los (Ibidem, 2003).

Max Weber construiu um programa de pesquisa científica onde havia um núcleo firme, ou seja, uma condição básica que não pudesse ser imediatamente falsificada, portanto, considerado passível de retransmissão, aceita por convenção provisória e protegido por um cinturão de teorias, onde aí se desenvolveriam a heurística positiva e negativa (SCHLUCHTER, 2021). Esta heurística, em outras palavras, o processo metodologicamente criado com o objetivo de se encontrar soluções para um dado problema, deveria ter a sua vertente positiva (heurística positiva) - o que poderia ser refutável, modificado ou aperfeiçoado - e a sua vertente negativa (heurística negativa) – que seriam as ideias perenes, consideradas irrefutáveis dentro do programa de pesquisa (Idem, 2021).

Ao contrário de Émile Durkheim e de Karl Marx, Max Weber não buscava a análise do todo, da sociedade de forma geral, para procurar compreender as suas partes, ou seja, as pessoas e as instituições; de forma diferenciada, procurava entender os indivíduos para, a partir de suas condutas e ações, organizar uma compreensão da sociedade (DA PAIXÃO, 2012). Weber formulou uma sociologia

compreensiva como uma ciência empírica da ação humana, uma sociologia com toda a rigorosidade necessária de método e de objeto (SCHLUCHTER, 2014).

O núcleo firme do programa de Weber era a Antropologia² e a sua suposição era de que: “o homem, como um ser sensorial e sensato, é capaz de conduzir a sua vida” (SCHLUCHTER, 2021). A sociologia weberiana procurava compreender como o ator ou agente dava sentido à sua conduta, ou seja, à sua ação social, que poderia ser racionalmente orientada, uma vez que, para ele, o indivíduo seria sempre portador de uma intencionalidade (DA PAIXÃO, 2012). Em perspectiva comparada, Weber procurou analisar as condutas de vida relacionando condições passadas e modernas, através de uma sociologia interpretativa, tendo como premissa o entendimento de que o indivíduo seria orientado para objetivos com significados (SCHLUCHTER, 2021).

Max Weber defendia que examinar o indivíduo e a sua intencionalidade poderia ajudar a compreender os comportamentos individuais, de grupos e de instituições (DA PAIXÃO, 2012). O método da sociologia compreensiva pregava que a ação do sujeito deveria ser explicada de maneira compreensiva, ou seja, esta ação deveria ser significativamente compreendida e, dessa forma, ser causalmente explicada no seu curso e nos seus efeitos (SCHLUCHTER, 2014). Esta sociologia weberiana seria uma ciência que pretendia compreender interpretativamente a ação social (WEBER, 1998).

Os sentidos atribuídos pelo indivíduo à sua ação podem ser muito variados, sendo, portanto, um ponto chave na sociologia weberiana (DA PAIXÃO, 2012). Assim sendo, a sociologia compreensiva buscava determinar qual o sentido das ações sociais, ou seja, compreender por que os indivíduos realizavam determinados comportamentos (Idem, 2012).

A sociologia compreensiva, como ciência empírica da ação, possuía como marcas distintivas, a compreensão e a explicação combinadas como “compreensão explicativa” ou como “explicação compreensiva”, onde o “motivo”, ao mesmo tempo sendo “justificativa” e “motivação”, poderia ser analisado como “causa”, em outras palavras, um “motivo significativo” (SCHLUCHTER, 2014). Assim sendo, a

² A **Antropologia** é uma ciência das humanidades que estuda as diferenças entre várias culturas, povos e grupos sociais, surgindo do encontro do mundo ocidental com os “outros” mundos, das “descobertas”, feitas pelos europeus (MOSCAL & FRIGO, 2020). Segundo as autoras, a Antropologia, principalmente a Antropologia social, nasceu do encontro mencionado e do etnocentrismo, mas buscou superá-lo ao longo de sua história, e ainda procura superar as explicações do senso comum sobre a diversidade humana. A Antropologia, explicam, entende os seres humanos com características biológicas e comportamentais em comum, no entanto, busca explicar como vivem de formas tão distintas, sendo que cada uma destas formas não são, de forma alguma, mais corretas ou melhores que as outras possíveis. Para Bronislaw Malinowski, o objetivo da Antropologia seria compreender o funcionamento das instituições e suas relações (políticas, religiosas, morais, econômicas etc.), que estariam ambas ligadas a um determinado sistema cultural (RIBEIRO, 2016). A cultura, para Malinowski, teria como finalidade unicamente satisfazer as necessidades humanas primárias, por isso o foco de análise da Antropologia não deveria ser a cultura em si, mas as instituições sociais, ou seja, os elementos concretos da cultura, uma vez que são estes que organizam e regulam a ação humana (Idem, 2016).

compreensão explicativa seria uma compreensão motivacional da ação social analisada (Idem, 2014).

1.2 O objeto de estudo da sociologia, na visão de Max Weber

O objeto de estudo da sociologia, para Max Weber, seria a ação do indivíduo isoladamente considerado, incluindo-se também o omitir ou o permitir, caracterizados por um sentido (subjetivo) em relação a certos objetos, seja esse sentido já dado, seja ele intencionado, consciente ou não (SCHLUCHTER, 2014). Essa relação da ação com objetos inclui entes físicos, culturais e sociais, ou seja, também outros indivíduos (Idem, 2014). A ação social, na sociologia weberiana, é uma atitude tomada pelo indivíduo influenciado por outros indivíduos, sendo, portanto, um comportamento que possui um sentido orientado pela ação dos outros (DA PAIXÃO, 2012).

Para apreender um comportamento como ação, o raciocínio causal demanda que o seu significado seja captado, por mais precário que esse procedimento possa ser e, dando seguimento à análise deste significado, após a interpretação deve se seguir a “prova da experiência”, devendo haver sempre uma congruência entre adequação de sentido e adequação causal (SCHLUCHTER, 2014). A ação social só ocorre quando o indivíduo atribui um sentido à sua conduta, havendo uma relação significativa desta conduta com o comportamento dos outros indivíduos, o qual é levado em consideração no seu ato (DA PAIXÃO, 2012).

A própria sociologia como ciência, para Max Weber, tem a missão de compreender, significativamente e explicar causalmente, em seu curso e em seus efeitos, a ação social (SCHLUCHTER, 2014). O objeto de estudo da sociologia, para Weber, é a captação de sentido destas ações sociais (TOMAZETTE, 2008). O objetivo primordial da sociologia weberiana, compreensiva, não consiste em explicar exclusivamente as ações individuais, mas também as formas e os processos de estruturação social (SCHLUCHTER, 2014).

Tendo, portanto, a ação social destaque básico na Sociologia Compreensiva, torna-se relevante detalhar suas características mais importantes, o que será feito a seguir.

1.3 A ação social em detalhes, objeto da sociologia weberiana

Ação, puramente, seria qualquer conduta humana e ação social pode ser entendida como uma “ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, refere-se ao comportamento de outros, orientando-se por este em seu

curso” (WEBER, 1998, p. 3). Já a relação social seria a “conduta de múltiplos agentes que se orientam reciprocamente em conformidade com um conteúdo do próprio sentido das suas ações” (AMORIM, 2001, p. 85-86).

A ação especificamente importante para a Sociologia Compreensiva é um comportamento, no qual: (a) o sentido subjetivamente visado do ator se relaciona com o comportamento de outros; (b) por meio dele codetermina, em seu curso, a relação de sentido; (c) cujo sentido subjetivo visado também é explicável de maneira compreensiva (SCHLUCHTER, 2014, p. 201). A ação social entendida como comportamento humano é, portanto, o objeto da sociologia, independente de se tratar de um fazer interno ou externo, permissão ou omissão, quando e na medida em que este comportamento esteja interligado com um sentido subjetivo, representante de determinados valores, validades, que se tornam a causa de uma ação (Idem, 2014).

Para explicar as ações sociais, segundo Weber, é preciso compreendê-las como fatos cheios de sentido, isto é, como algo que se relaciona com outros fatos e somente em função disto é que podem ser compreendidas (TOMAZETTE, 2008). Assim sendo, pode-se definir, uma vez mais, o método da sociologia compreensiva como aquele que procura entender (compreender³) o sentido que as ações sociais de um indivíduo contêm⁴ e não apenas o aspecto exterior dessas mesmas ações (Idem, 2008). Para a sociologia weberiana, mais que explicar a realidade social, era necessário que o pesquisador, fazendo uso de sua subjetividade, pudesse compreender as motivações individuais, realmente íntimas, dos indivíduos ao agirem (LACERDA, 2016)

De acordo com Weber, não é possível captar todos os sentidos das ações sociais em uma realidade social, mas somente uma parte dessa realidade (DA PAIXÃO, 2012). Complementando, o pensador aponta que não se pode analisar uma ação social isoladamente, mas sim a partir de seus nexos com outras ações, nas suas conexões singulares e de maneira relativa (TOMAZETTE, 2008).

A tentativa de compreensão das ações sociais é um processo subjetivo, onde, sempre, estarão presentes os valores do investigador. Em função deste aspecto,

³ Pode ser entendida como **compreensão**, a apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido de um fenômeno frequente, a busca por entender quais são as intenções subjetivas dos agentes. Compreensão é a capacidade de compreender, entender ou assimilar algo, sendo um processo cognitivo, ou seja, relativo ao conhecimento, onde é necessária a interpretação de determinada coisa para que seja apreendida pelo indivíduo (<https://www.significados.com.br/compreensao/>). Na Sociologia Compreensiva de Max Weber, é essencial captar o conteúdo, o sentido das ações sociais humanas impresso pelos sujeitos praticantes (TOMAZETTE, 2008).

⁴ O **conteúdo** pode ser compreendido como aquilo que está contido ou encerrado em algo ou aquilo de que algo é constituído. A oposição conteúdo/forma serve a analogia entre significado (conteúdo) e significante (forma). A forma de apresentar uma mensagem é a estrutura (é como se diz), o conteúdo, por sua vez, é a unidade de sentido da mensagem (é aquilo que se diz) (<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/conteudo>).

Weber construiu a “neutralidade axiológica”, para que, neste processo subjetivo de análise do investigador, não fosse comprometida a objetividade do conhecimento (DA PAIXÃO, 2012). Veremos, na sequência, do que se trata este constructo.

1.4 A neutralidade axiológica

Na obra de Max Weber e, por conseguinte, na sua vida individual, a neutralidade axiológica⁵ ou precisamente, a “isenção de valores” (*Wertfreiheit*) assume um papel fundamental e, por sinal, onipresente, em seus postulados teóricos (PEREIRA, 2013). Weber acreditava ser esta uma das características essenciais do trabalho científico (MATA, 2010).

Na época de Weber, o uso da objetividade em contraposição à subjetividade era uma aspiração intelectual no campo do positivismo do século XIX e significava a independência completa dos valores e posições do investigador, denotando, basicamente, a análise pura de um objeto, sem intermediários (PEREIRA, 2013). Assim agindo, a compreensão dos fenômenos sociais e políticos, em termos científicos, só teriam validade a partir do momento em que o cientista social abnegasse de seus valores e concepções pessoais, realizando uma análise precisa de um determinado fenômeno, sem mediações e não influenciado por ideologias (Idem, 2013).

Na conjuntura da época de Max Weber, no contexto histórico-cultural da República de Weimer na Alemanha, instaurada logo após a Primeira Guerra Mundial, havia uma hegemonia das Ciências Naturais e do Positivismo, com as universidades alemãs sendo impregnadas de ideologias e de profissões de fé em relação à política e à religião (PEREIRA, 2013). Em função disto, Weber buscou valorizar um conhecimento objetivo, longe de juízos de valores e comprometido com a realidade concreta, ou seja, com a neutralidade científica (Idem, 2013).

No entanto, Weber sempre problematizou a ideia de objetividade, colocando-a em discussão (MATA, 2010). O próprio Max Weber afirmava que a neutralidade seria impossível nas ações humanas, uma vez que estas sempre são motivadas por uma razão (racionalismo) (CORRÊA, 2021). Deve-se reconhecer o avanço intelectual de Max Weber, em sua tentativa, mesmo que cheia de falhas e lacunas teórico-metodológicas, de defender a isenção de valores, justificando a possibilidade de distanciamento dos tratamentos convencionais, ingênuos e acrílicos, através da

⁵ A **Axiologia** é a Ciência dos Valores ou, mais adiante, um ramo científico que, para além das questões valorativas, preocupa-se em elaborar um conhecimento, por assim dizer, objetivo. Analisando a axiologia do ponto de vista prático e não somente teórico, conclui-se, de fato, que é uma proposta de difícil aplicação (VIANA, 2007).

adoção da neutralidade axiológica (PEREIRA, 2013).

No processo subjetivo de investigação da realidade, para não comprometer a objetividade do conhecimento, segundo Weber, o pesquisador deve “levar em conta os seus próprios valores” na interpretação das ações sociais, isolando-os, identificando-os, e não os atribuindo a aqueles que efetivamente praticam a ação social analisada (DA PAIXÃO, 2012, p. 119). Weber pregava uma separação entre os valores alimentados pelo investigador e suas conclusões na pesquisa científica, significando uma contenção dos próprios julgamentos, para que os dados obtidos permanecessem bem claros, tanto em face de fatos desejados, como daqueles ditos desconfortáveis (TOMAZETTE, 2008). No propósito de compreender verdadeiramente a ação dos homens, Weber defendia que o cientista social deveria evitar a contaminação do conhecimento científico obtido com os “resíduos” valorativos dele próprio, mantendo um distanciamento com o objeto analisado (Idem, 2008).

Em relação às orientações teórico-práticas da neutralidade axiológica, o próprio Weber afirmava que não poderia existir qualquer análise objetiva “pura” da vida cultural, uma vez que seria impossível conseguir independência de certas perspectivas especiais e parciais que já estariam condicionadas no próprio processo de escolha do objeto da pesquisa e já vinculadas aos valores do investigador (TOMAZETTE, 2008). No entanto, segundo Weber, o que se deve buscar é uma postura que não comprometa os resultados da investigação, ou seja, que não esteja contaminada com valores pessoais preconcebidos (Idem, 2008). As perguntas da investigação são, verdadeiramente, oriundas da perspectiva do pesquisador, mas, as respostas devem constituir-se livres de julgamentos ideológicos (WEBER, 2006).

Como já foi dito anteriormente, Max Weber apontava que a sociedade não é superior ao indivíduo, ou uma estrutura que se impõe. A realidade social apareceria como uma “teia” formada pelas relações entre os indivíduos. Na sociologia compreensiva, caberia ao sociólogo estudar qual é o sentido que o indivíduo confere à ação que executa, sendo estes sentidos infinitos. Neste processo, não haveria “leis gerais” que orientariam ou determinariam previamente as interações sociais, uma vez que estas não existem. (DA PAIXÃO, 2012).

No desenrolar das ações compreensíveis também penetram elementos não compreensíveis que podem apenas ser observados, segundo Weber (SCHLUCHTER, 2014). O observador, neste caso, nem sempre pode reconhecer o verdadeiro motivo do observado, seja porque os motivos da ação estão ocultos, seja porque o motivo da ação é inacessível ao próprio observado-ator. Weber, portanto, privilegia na investigação, as “conexões de sentido racionalmente compreensíveis

da ação” (Idem, 2014, p. 204).

Max Weber entendia a Sociologia como uma ciência que explica porque o comportamento das pessoas é exatamente de uma forma e de nenhuma outra forma (SOUZA, 2021a). Este teórico afirmava que as “cabeças” das pessoas poderiam estar “cheias de ideias”, mas o que importava, para o analista social, era como elas se comportavam. Como as pessoas estão imersas em uma determinada cultura, e para Weber, toda cultura tem um racionalismo, ou seja, uma forma de perceber o mundo nas três dimensões possíveis, quais sejam: em relação à subjetividade, ao mundo externo e a dimensão moral, as formas como as pessoas se comportam em relação a essas três formas ou dimensões vão dizer quem elas são (Idem, 2021a).

Para Weber, o ser humano é construído pela sociedade e não um indivíduo atomizado. As formas como o ser humano percebe o mundo são construções sociais e para que isto aconteça, é fundamental a interveniência das instituições, que permitem ao investigador estudar e compreender qual é o racionalismo específico de cada cultura. Veremos em seguida, o que são as instituições, na visão de Max Weber.

1.5 A ligação macro-micro-macro no método da Sociologia Compreensiva

O sociólogo estadunidense James Coleman defendeu que o estudo de Max Weber, “A ética protestante e o espírito do capitalismo”, escrito em 1904-1905 e revisto em 1920, pode ser considerado um modelo explicativo viável na Ciência Sociológica, por fazer a necessária ligação “macro-micro-macro” (SCHLUCHTER, 2021). Com este estudo e usando desta metodologia, Weber foi bem sucedido aderindo ao Individualismo Metodológico para explicar os fenômenos macroestruturais na sociedade (Idem, 2021). Esta metodologia possui algumas premissas importantes, sendo as principais apontadas a seguir (SCHLUCHTER, 2021; DA PAIXÃO, 2012):

a) para escapar dos “problemas de fundo” envolvidos na compreensão das ações, Weber privilegia o esquema interpretativo de tipo racional final⁶, pragmática e objetiva, na qual os atores se encontram, em outras palavras, as “conexões de sentido racionalmente compreensíveis das ações” (SCHLUCHTER, 2021, p. 204).

b) para Weber, o indivíduo é sempre portador de uma racionalidade, em maior ou menor grau, uma vez que ele atribui sentido à sua ação. A ação, portanto, é

⁶ Na Sociologia Compreensiva de Max Weber, existem os “Tipos Ideais” que são teorizações, idealizações, construções mentais feitas pelo investigador para a análise das ações sociais. A “**ação social racional com relação a fins**” é aquela onde o indivíduo age tendo em vista os meios mais adequados para alcançar os fins desejados, de forma racional (DA PAIXÃO, 2012).

dotada de intencionalidade.

c) no entanto, Weber também admite as interpretações psicológicas, ou seja, em relação ao ator da ação vai haver uma racionalidade subjetiva final e uma racionalidade subjetiva valorativa. Junto da compreensão pragmática vai existir a compreensão psicológica, com motivos racionais e motivos irracionais.

d) o indivíduo age levando em consideração o comportamento dos outros e as normas sociais institucionalizadas na sociedade (formais e informais⁷).

e) a legitimidade ou legitimação é o processo de obedecer às normas sociais institucionalizadas, formais e informais, guiando o comportamento (conduta) pela existência delas, em função do temor pela punição que elas impõem e em função do convencimento de que elas são verdadeiras.

f) as pessoas que exercem a dominação, ou seja, que conseguem impor a sua vontade, que contam com a obediência daqueles que teoricamente devem obedecer, são capazes de ditar as normas sociais, institucionalizando-as, por fim, legitimando-as.

g) Weber demonstrou que a cultura possui uma força viável a fim de fazer surgir novas culturas que interajam com as estruturas. Esta combinação foi possível de ser analisada através da sua visão de “Afinidade Eletiva⁸”. Para Weber, não é a cultura que produz a estrutura, nem a estrutura que produz a cultura. Elas possuem causas independentes e interdependentes, ou seja, afinidades eletivas. Sempre deve ser necessário fazer uso da análise bilateral e não unilateral.

h) Max Weber chamou de “Racionalização”, “Secularização” ou “Desencantamento do Mundo” ao processo da Sociedade Moderna, na sua ordem social, na organização da vida com base nas normas sociais institucionalizadas, de abandono das concepções mágicas, tradicionais, religiosas, acríticas, para adesão às formas baseadas no conhecimento técnico, científico e burocratizado para alcançar os fins desejados.

A racionalização, segundo Max Weber, pode ser positiva, quando torna a sociedade mais organizada e inteligível para as pessoas ou negativa, quando

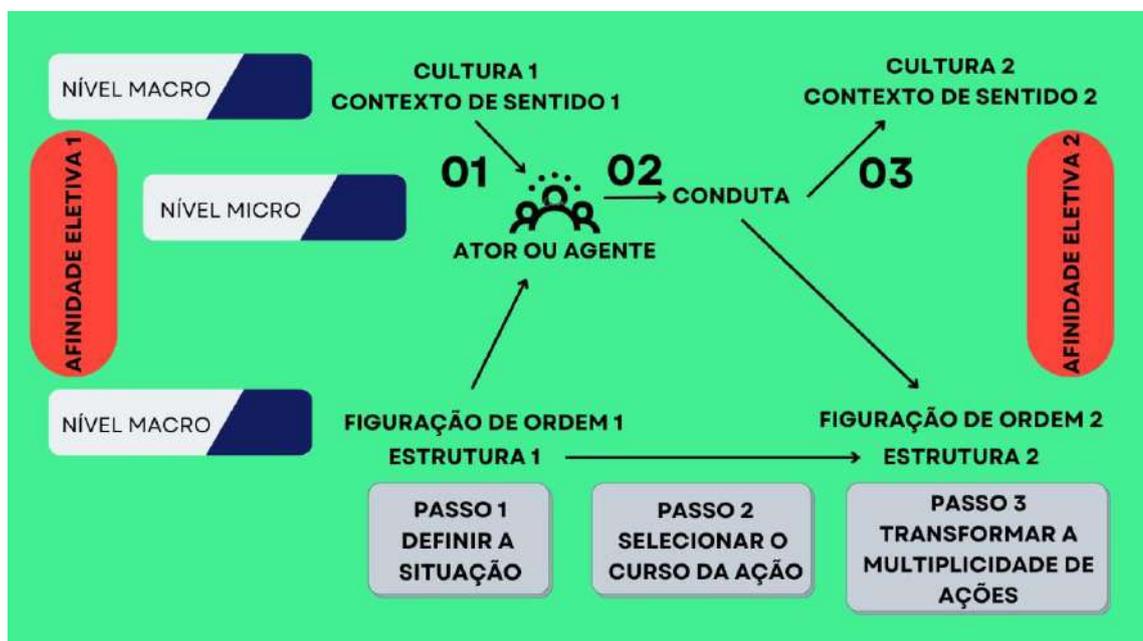
⁷ As **normas formais** são as leis, as **normas informais** são os costumes. Os indivíduos produzem leis e costumes, sendo orientados por ambos, e ainda, sendo produtores e produtos das normas sociais. As normas sociais formais produzem o modo de agir em sociedade, ou seja, com base nas leis. As normas sociais informais produzem o modo de agir em comunidade, com base nos costumes (DA PAIXÃO, 2012).

⁸ A **Afinidade Eletiva** é um constructo criado por Max Weber através do qual ele afirma que não é a interpretação da causa de dois fenômenos que causam um ao outro. A afinidade é um tipo de correlação entre dois fenômenos. A correlação não causa a interpretação. Os dois fenômenos podem surgir juntos, mas isso não significa que um fenômeno foi causador do outro (SCHLUCHTER, 2021). A noção central para a interpretação dessa complexa multicausalidade dos fenômenos, através dos principais elementos da conduta prática, analisados pela afinidade eletiva (*Wahlverwandschaft*), está presente no “tratamento das relações de reciprocidade entre as diversas esferas da sociedade, sem reduzir uma como simples função de outras”. Ao invés de necessidades ou funções refere-se Weber sempre a “chances” ou “probabilidades” (SOUZA, 2021b, p. 64).

exagera no número de regras e normas, quando inibe a criatividade e a inventividade dos indivíduos, retirando sua autonomia e aprisionando os sujeitos em uma “jaula de ferro”, ou seja, ao simples cumprimento de regras, perdendo o sentido das ações e a liberdade (DA PAIXÃO, 2012).

O modelo explicativo “macro-micro-macro”, adotado por Max Weber, onde estão presentes as premissas descritas anteriormente, pode ser resumido na imagem nº 1 a seguir.

Imagem 1 – Descrição resumida do modelo de explicação da formação dos fenômenos macro- estruturais a partir da análise aprofundada dos processos micro- estruturais, segundo Max Weber.



Fonte: elaboração própria a partir dos estudos de Wolfgang Schluchter (2014).

A partir das descrições da imagem nº 1, pode-se desenvolver a seguinte explicação do modelo teórico de Max Weber sobre como se formam, no decorrer dos contextos históricos, os fenômenos institucionais macroestruturais nas sociedades e, como eles podem ser analisados sociologicamente (SCHLUCHTER, 2021, 2014):

- a relação existente entre dois fenômenos macroestruturais não é direta. O estudo desta relação é alcançada através da análise microestrutural.
- é preciso desviar, do nível macro para o nível micro e, depois, do nível micro novamente para o nível macro.
- é preciso formular um “problema de análise”, em três passos: (1º) definir a situação, que é a ligação macro-micro, onde há uma cultura 1, um contexto de sentido 1, que figuram uma ordem social 1 e uma estrutura macrosocial 1. A

- ligação macro-micro é realizada por meio da internalização e pela sanção das pessoas, de atores, de agências. No processo de socialização e educação, são gerados certos valores em seus adeptos; (2º) é preciso selecionar um curso de ação, que é a ligação micro-micro, onde o ator ou agente, atores e agentes, apresentam motivações, tipos de condução da vida (conduta) em coletividade. Indivíduos com certos valores citados no passo 1º adotam certos tipos de orientação para o comportamento (conduta) como um “dever de vocação”; (3º) a ligação micro-
- macro é representada por uma nova legitimação, necessária para um novo cancelamento e para que uma nova apropriação dos meios de produção e coisas do tipo, possam ser alcançadas. Certas orientações para o comportamento, citadas no passo 2º, da parte dos indivíduos, com diversas ações combinadas, ajudam a trazer uma organização na sociedade. Com as novas condutas legitimadas, há a formação de uma cultura 2, um contexto de sentido 2, que figuram uma ordem social 2 e uma estrutura macrossocial 2, havendo uma multiplicidade de ações nestes fenômenos macro.
 - Segundo Weber, o ator ou agência é o ponto fundamental para a conexão entre o nível macro, em primeiro nível (cultura 1; estrutura macrossocial 1) com o nível macro, em segundo nível (cultura 2; estrutura macrossocial 2) (SCHLUCHTER, 2021). Os atores mediam as relações macro-macro, em outras palavras, os fenômenos estruturais, fenômenos estes mediados, como dito, na forma de atores, sejam eles indivíduos ou coletividades, ou de estratos de classe, ou de classes inteiras. Os atores são, portanto, tomadores de decisão e perseguem seus interesses pessoais, fazendo isso, até certo ponto, de uma forma racional. (Idem, 2014).
 - É importante destacar aqui, que qualquer ação do ator tem não apenas consequências intencionais, mas também consequências não intencionais ou imprevistas. Isso pode promover tanto o bem comum, como destruí-lo. E ainda, os planos dos atores nunca se materializam totalmente (WEBER, 2006).
 - A Sociologia Compreensiva de Max Weber visa oferecer explicações baseadas no estudo aprofundado a nível microestrutural, no contexto de análises de múltiplos níveis e bilaterais (como se dá o controle, como se processa a dominação, institucional e estrutural) (SCHLUCHTER, 2021). Estes múltiplos níveis são inter-relacionados em macro e micro, pela ação de atores que possuem orientação e são capazes de coordenação⁹ (Idem, 2021).

⁹ Para Max Weber, dois ou mais atores estão conectados entre si, por modos de **coordenação da ação**, realizando interações, pelas formas de usos, costumes, interesses e crenças na validade e na verdade. Por sinal, a dominação sempre vai estar conectada à crença na validade. (SCHLUCHTER, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz parte da natureza do conhecimento, gerar o desconhecimento. Quanto mais o conhecimento avança, mais desconhecimento gera. Por suposto, gerar novos conhecimentos significa também gerar a capacidade de fazer novas perguntas que antes eram impossíveis de ser feitas. Os conhecimentos são “amplificadores da realidade”, que aumentam nossa capacidade de questionamento da visão que temos sobre a realidade que conhecemos e sobre o mundo. As perguntas produzidas, portanto, são capazes de fazer avançar a busca pelo conhecimento.

O fato de que a ciência não seja capaz de responder a todas as perguntas criadas não significa que ela seja débil ou que seja um fracasso da racionalidade humana, pelo contrário, significa que o método científico possui suas limitações e que somente é capaz de lidar com determinados tipos de questionamentos. Podemos concluir, então, que o desconhecimento é infinito. A curiosidade que manifestamos a respeito de determinados fenômenos que fazem parte de nossa vida social nos possibilita perguntar sobre o “novo”, fazendo o conhecimento aumentar, assim como também aumentar o desconhecimento.

À medida que ganhamos conhecimento, temos que nos tornar humildes frente ao que ainda permanece desconhecido. Isto enriquece a ciência e contribui no propósito de dar sentido à vida, justamente através da busca pelo conhecimento. Fazer perguntas sobre algo que não conhecemos, por tanto, nos faz crescer. Crescemos quando perguntamos. Perguntar é nossa maior forma de crescimento, como seres humanos, como cidadãos, como parte dos elementos do planeta. A curiosidade e o sentido de “mistério” são capazes de nutrir o crescimento do ser humano.

Neste processo de maturidade humana, compreendemos que a ciência não é a verdade absoluta, senão uma aproximação da verdade. A ciência constrói narrativas explicativas da realidade compreensível, que vão modificando e se autocorrigindo ao longo do tempo. O conhecimento, portanto, sempre será incompleto e imperfeito. Nessa busca, como investigadores, parece ser sempre por novos “cenários viáveis”, porém nunca por uma resposta final e definitiva. O desconhecimento estará sempre presente nesse caminho interminável.

Em se tratando das Ciências Sociais, da Sociologia, principalmente no contexto da América Latina, encontramos ao longo das décadas um campo de estudo privilegiado de oportunidades para nos ajudar na compreensão das “verdades visíveis” e das “verdades ocultas”, por exemplo, em relação ao complexo

processo da real formação de nossas sociedades, da construção das comunidades latinoamericanas contemporâneas, amplamente exploradas e marginalizadas pelas elites econômicas internacionais e nacionais, parceiras dos sistemas de governo estatais, que por sua vez, são aliados aos mercados capitalistas estrangeiros, de natureza financeira-especulativa, que manipulam as políticas de educação, de economia, as políticas sociais, principalmente, para manter sua posição dominante de poder. Particularmente, a educação e a comunicação de massa na América Latina têm sido escorchadas, de maneira frequente, e utilizadas fortemente como mecanismos de manutenção da ordem social imperialista, extrativa e excludente, através da ideologia das elites dominantes.

Na procura por respostas nesse sentido, este estudo teve como propósito, a partir da perspectiva da Sociologia Compreensiva de Max Weber, compreender os principais elementos das condutas práticas de determinados atores da sociedade brasileira, que criaram e legitimaram fortes processos estruturados de dominação e de exploração de uns indivíduos sobre os outros, ao longo do processo histórico. Fazendo uso de uma revisão de literatura, a presente investigação foi construída e pautada nas publicações que tiveram como foco de atenção o tema da dominação social, que fundamentou a criação de estruturas de desigualdade social, efetivamente aplicadas no Brasil. Tendo como alicerce o núcleo firme desta investigação, portanto “qual seria o processo primordial de dominação social criador de desigualdades sociais na sociedade brasileira?”. Esta pergunta foi a base de nossa curiosidade acadêmica.

Neste processo, compreendemos que a dinâmica global das transformações sociais ocorre, simultaneamente, pela ação de forças externas e internas, umas interagindo e influenciando as outras, em um movimento complexo e interminável. Na ânsia de compreender as dinâmicas internas das instituições sociais articuladoras da vida social brasileira, vimos o quanto esta se encontrava permanentemente influenciada pelas ações e reações do grande sistema macrosocial vigente no Brasil, herdado da escravidão, se constituindo na realidade, como a verdadeira gênese da sociedade brasileira desigual, e da estratificação de classes (ou castas) baseada no racismo estrutural, somadas às inúmeras influências psicossociais e sociológicas do contexto microsocial solidamente criado nas comunidades populares, retratando a forte construção e manutenção do poder elitista dominante sobre as pessoas pobres e vulneráveis.

Os indivíduos pertencentes às classes sociais tornadas marginalizadas e excluídas do país sofrem, fortemente, como vítimas cotidianas, das mazelas provenientes do racismo multidimensional, ou seja, do racismo de raça, de gênero,

de classe e de cultura a eles direcionado. Analisamos e concluímos, através deste estudo, que as elites dominantes, produtoras da ideologia, fabricam histórias imaginárias que nada mais são do que uma forma de legitimar a sua dominação. Desta forma, compreende-se por que a história ideológica vai ser sempre uma história narrada do ponto de vista do vencedor ou dos poderosos.

Não possuímos acesso à história dos escravizados, nem dos colocados à servidão eterna, nem a dos trabalhadores vencidos. Não só suas ações não são registradas pelos historiadores e intelectuais, mas também os dominantes não permitem que restem vestígios dessa história, praticando, portanto, o genocídio.

Os vencedores ou poderosos são transformados em únicos sujeitos da história, não só porque impediram que houvesse a história dos vencidos, mas simplesmente porque sua ação histórica consiste em eliminar fisicamente os vencidos, ou, então, se precisam do trabalho deles, eliminam sua memória, fazendo com que se lembrem apenas dos feitos dos vencedores. Não existe direito à memória para os negros, nem para os índios, nem para os camponeses, nem para os operários trabalhadores no Brasil.

Agregamos que nosso estudo tem o valor de sistematizar um importante trabalho que vem sistematizar, dentro das nossas visíveis limitações cognitivas e de acordo com as nossas possibilidades de alcance intelectual em função da riqueza do material estudado, as principais estratégias utilizadas pelas elites no seu largo processo histórico de construção e legitimação da dominação social, produtora da desigualdade social aberrante no Brasil. O texto construído, aqui apresentado, parece dar conta de um trabalho não somente intelectual e pedagógico, mas também, antes de tudo, político e social.

Esta investigação aponta resultados que necessitam de ser estendidos com novos parâmetros, mais além das condições manejadas até este momento, com vistas a alcançar magnitudes mais amplas. Desta maneira, estariam sendo incentivados outros estudos em relação a alguns pontos, como por exemplo, o refino e o aprofundamento nas obras de autores brasileiros e latinoamericanos, que dedicaram sua vida intelectual para a análise da dominação social sofrida pelos povos colonizados.

É difícil considerar totalmente concluído este trabalho de investigação em um sentido literal, posto que o número de exemplos e situações analisados, bem como o escopo das obras estudadas, poderiam ser ampliados e refinados, com novos estudos tão interessantes e importantes como os já detalhados. No entanto, cremos que, chegado a este ponto, compreendemos que obtemos todo o possível do nosso método de coleta de informações e concluímos que foi cumprido o objetivo principal

de aportar evidência teórica e empírica, a partir da análise das obras de grandes intelectuais decoloniais e contra-hegemônicos, sobre o processo epistemológico de construção da dominação social criadora de distinções e de desigualdades sociais, com foco na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Aluízio Batista de. **Elementos de sociologia do direito em Max Weber**. Florianópolis: Insular, 2001.

CORRÊA, Elói. **Sociologia da religião**. Curso de Bacharelado em Sociologia, Centro Universitário Internacional – UNINTER. Curitiba: UNINTER, 2021.

DA PAIXÃO, Alessandro Ezequiel. **Sociologia geral**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **Introdução à sociologia política**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MATA, Sérgio da. **O dever-ser é coisa do Diabo? Sobre o problema da neutralidade axiológica em Max Weber**. Revista Dimensões, 2010.

MOSCAL, Janaína & FRIGO, Simone. **Algumas questões de antropologia contemporânea**. Curitiba: Intersaberes, 2020.

PEREIRA, Alan Ricardo Duarte. **A neutralidade axiológica em Max Weber à luz do pensamento histórico: crítica e convergência de um debate**. Anais do III Simpósio Nacional de História da Universidade Estadual de Goiás, 2013.

RIBEIRO, Alessandra Stremel Pesce. **Teoria e prática em antropologia**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. (Traduzido do alemão por Carlos Eduardo Sell). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

_____. **Para compreender Max Weber**. Curso online. Instituto Conhecimento Liberta – ICL; Universidade de Heidelberg, 2021.

SOUZA, Jessé. **Sociologia para compreender o Brasil**. Curso online. Instituto Conhecimento Liberta – ICL, 2021a.

_____. **Patologias da modernidade: um diálogo entre Habermas e Weber**. 2. ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2021b.

_____. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021c.

_____. **Grandes pensadores: a formação do senso crítico como cidadão**. Curso online. Instituto Conhecimento Liberta – ICL, 2021d.

_____. **Classes sociais no Brasil**. Curso online. Instituto Conhecimento Liberta – ICL, 2021e.

_____. **A guerra contra o Brasil: como os Estados Unidos da América se uniram a uma organização criminosa para destruir o sonho brasileiro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

_____. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

_____. **A tolice da inteligência brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite**. Rio de Janeiro: Leya, 2015.

_____. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

TOMAZETTE, Marlon. A contribuição metodológica de Max Weber para a pesquisa em ciências sociais. **Revista *Universitas Jus***, v. 17, jul/dez, 2008, pp. 23-53.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

_____. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. (Traduzido do alemão por Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa). 4. ed. Brasília: UNB, 1998.

WILKERSON, Isabel. **Casta: as origens de nosso mal-estar.** (Traduzido do inglês por Denise Bottmann e Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CORRELAÇÃO ENTRE NÚMERO DE INTERNAÇÕES EM PACIENTES COM INSUFICIÊNCIA CARDÍACA E A PANDEMIA DO COVID-19 EM ESTADO DE SÃO PAULO- BRASIL

Pedro Felipe Ferrari Silva¹
Giovana Marques Fargiani²
Rafael Rodrigues de Carvalho³
Gustavo de Macedo Knoll⁴
Ana Carolina Padilha Segalla⁵
Patrick Cristian Lima Orihuela⁶
Leonardo Moraes Armesto⁷
Eduardo Gregório Chamliam⁸

RESUMO: A pandemia de COVID-19 impactou significativamente o manejo de doenças crônicas, como a insuficiência cardíaca (IC), levando a uma redução global e nacional nas internações por essa condição, especialmente em 2020. Este estudo analisou internações por IC no Brasil de 2019 a 2024, com foco no estado de São Paulo (SP), utilizando dados do SIH/SUS via DATASUS. Os resultados apontaram uma queda de 16,23% nas internações em 2020 em comparação a 2019, devido às restrições sanitárias e ao temor dos pacientes de buscar atendimento. Em 2021, os números permaneceram estáveis, mas a partir de 2022 houve uma recuperação de 19,32%, refletindo a retomada gradual dos atendimentos. São Paulo representou 19,47% das internações em 2019 e, em 2020, elevou sua participação para 20,38% devido à redução mais acentuada em outras regiões. Em 2024, São Paulo respondeu por 21,02% do total nacional, indicando uma recuperação proporcional ao restante do país. Globalmente, quedas similares foram observadas em países como Alemanha e Inglaterra, atribuídas ao uso da telemedicina, distanciamento social e redirecionamento de recursos hospitalares. O estudo reforça a importância de estratégias que garantam continuidade no atendimento de pacientes com IC em crises futuras.

PALAVRAS-CHAVE: HEART FAILURE; HOSPITALIZATION; SARS COV-2; PANDEMIC

ABSTRACT: The COVID-19 pandemic significantly impacted the management of chronic diseases, such as heart failure (HF), leading to global and national reductions in hospitalizations, particularly in 2020. This study analyzed HF hospitalizations in Brazil from 2019 to 2024, focusing on São Paulo, using data from SIH/SUS via DATASUS. Results showed a 16.23% decrease in hospitalizations in 2020 compared to 2019, driven by health restrictions and patients' fear of seeking care. Numbers remained stable in 2021 but began recovering in 2022 with a 19.32% increase, reflecting a gradual resumption of services. São Paulo accounted for 19.47% of hospitalizations in 2019 and increased its share to 20.38% in 2020 due to sharper declines in other regions. By 2024, São Paulo represented 21.02% of national hospitalizations, indicating proportional recovery to the rest of the country. Globally, similar declines were observed in countries like Germany and England, attributed to telemedicine use, social distancing, and reallocation of hospital resources. The study highlights the importance of strategies ensuring continuity of care for HF patients during future crises.

KEY WORDS: HEART FAILURE; HOSPITALIZATION; SARS COV-2; PANDEMIC

¹Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: pedro.silva9@uscsonline.com.br

²Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: giovana.fargiani@uscsonline.com.br

³Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: rafael.carvalho4582@uscsonline.com.br

⁴Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: gustavo.knoll@uscsonline.com.br

⁵Graduanda em Med.Veterinária. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: ana.segala@uscsonline.com.br

⁶Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: patrickilimao@live.com

⁷Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: leonardo.armesto@uscsonline.com.br

⁸Médico/Cirurgião Cardiovascular - Orientador. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: dudachamliam@me.com

INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 não apenas transformou a dinâmica da saúde pública, mas também alterou significativamente a abordagem e o manejo de doenças crônicas, como a insuficiência cardíaca (IC). Em um cenário marcado por incertezas e desafios logísticos, os sistemas de saúde se viram obrigados a se adaptar rapidamente, resultando em uma diminuição notável nas internações hospitalares por diversas condições, incluindo a IC. Este fenômeno levanta importantes questões sobre as consequências a longo prazo da pandemia na gestão de doenças crônicas, especialmente em um contexto onde a IC já era uma preocupação crescente devido ao seu impacto na qualidade de vida e nos custos associados ao tratamento (Costa; Almeida, 2021; Silva *et al.*, 2020). A justificativa para a realização deste trabalho reside na necessidade de entender as implicações da redução das internações por IC durante e após a pandemia, tanto para a saúde pública quanto para as políticas de gestão em saúde. A IC é uma das principais causas de internações hospitalares no Brasil e em muitos outros países, e sua subnotificação ou o não tratamento adequado durante períodos críticos pode levar a desfechos adversos, incluindo aumento da mortalidade e complicações a longo prazo (Barbosa; Melo, 2022). Além disso, a análise da redução das internações pode oferecer insights valiosos sobre a eficiência dos serviços de saúde em tempos de crise, permitindo que sejam desenvolvidas estratégias de enfrentamento mais eficazes no futuro (Pereira; Gomes, 2023).

Diversos estudos já abordaram a relação entre a pandemia e a assistência a pacientes com doenças crônicas, evidenciando a redução das consultas ambulatoriais e o adiamento de procedimentos eletivos (Martins *et al.*, 2021; Santos; Lima, 2022). No entanto, poucos se debruçaram especificamente sobre a IC e a correlação entre a pandemia de COVID-19 e as internações hospitalares por essa condição. Este trabalho pretende preencher essa lacuna, contribuindo para o entendimento da relação entre a pandemia e o manejo da IC, além de se alinhar a um crescente corpo de literatura que busca analisar o impacto da COVID-19 em diferentes aspectos da saúde pública (Rodrigues; Oliveira, 2023). O objetivo deste estudo é analisar os dados de internações por insuficiência cardíaca, conforme o CID-10 I50, no período de 2019 a 2024, com ênfase nos dados do Estado de São Paulo. Buscaremos identificar as tendências de internação, compreender as causas subjacentes da redução observada e avaliar o impacto das medidas de restrição adotadas durante a pandemia. Para tanto, utilizaremos uma abordagem metodológica de análise descritiva retrospectiva, com a coleta e análise de dados provenientes do Sistema de Informação Hospitalar do Sistema Único de Saúde (SIH/SUS) via DATASUS.

Na seção seguinte, abordaremos a revisão da literatura pertinente, analisando estudos anteriores que exploraram temas relacionados, como a COVID-19 e doenças cardiovasculares, além de discussões sobre a gestão de internações durante crises sanitárias. Em seguida, detalharemos a metodologia empregada neste estudo, incluindo a seleção dos dados e os critérios de inclusão. Por fim, apresentaremos os resultados obtidos, discorrendo sobre a evolução das internações por IC no Brasil e em São Paulo ao longo do período estudado, seguidos de uma discussão que contextualiza nossas descobertas no âmbito da saúde pública e da gestão de doenças crônicas.

Ao concluir, pretendemos oferecer uma visão abrangente e crítica sobre o impacto da pandemia de COVID-19 nas internações por insuficiência cardíaca, sugerindo recomendações para futuras políticas de saúde que possam mitigar os efeitos adversos de crises semelhantes. A relevância deste estudo se dá não apenas pela urgência da situação atual, mas também pela necessidade de um planejamento estratégico que considere as lições aprendidas durante a pandemia para garantir uma resposta mais eficaz às futuras emergências de saúde.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Pergunta-Problema e Objetivos

Com o surgimento da pandemia do COVID-19, os sistemas de saúde enfrentaram uma pressão inédita, que forçou a suspensão e o adiamento de diversos atendimentos, especialmente aqueles não relacionados ao vírus. Neste contexto, o gerenciamento de condições crônicas, como a insuficiência cardíaca (IC), foi diretamente afetado, suscitando a seguinte questão: de que forma a pandemia impactou as internações por IC no Brasil, com foco específico no estado de São Paulo? A pesquisa se propõe a explorar se as medidas sanitárias adotadas comprometeram o atendimento a esses pacientes e se existiram variações no padrão de internações nos últimos anos, especialmente em comparação com o cenário nacional.

Dessa forma, o objetivo principal deste estudo é examinar os dados hospitalares relacionados às internações por insuficiência cardíaca no Brasil entre 2019 e 2024, com um olhar atento ao estado de São Paulo. Buscamos identificar tendências e mudanças nos volumes de internações, bem como discutir o papel das políticas de saúde implementadas durante a pandemia. De forma secundária, o estudo pretende oferecer uma análise comparativa entre São Paulo e o contexto geral do Brasil, investigando se a resposta ao manejo de IC apresentou peculiaridades regionais ou seguiu uma linha uniforme.

1.2 Justificativa e Relevância

É de extrema importância compreender os impactos das crises sanitárias sobre o tratamento de doenças crônicas. A insuficiência cardíaca é uma condição que gera custos expressivos para o sistema de saúde e exige uma atenção contínua para evitar complicações. No entanto, a pandemia trouxe à tona o dilema entre alocar recursos e garantir o suporte adequado a pacientes com IC. Ao estudar esses efeitos sobre as internações hospitalares, especialmente em um período de recuperação, este trabalho busca trazer informações valiosas para a formulação de políticas de saúde mais robustas e flexíveis.

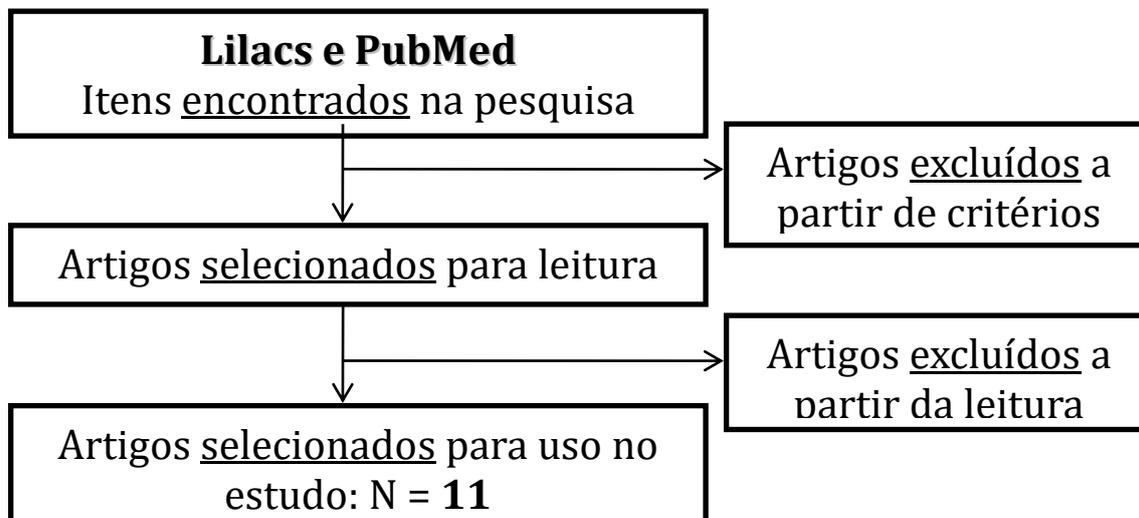
O valor deste estudo está, sobretudo, em sua capacidade de oferecer uma visão regional detalhada das respostas de saúde pública em São Paulo, uma área que representa um importante termômetro para o comportamento das políticas de saúde em outras regiões. Este enfoque regional, alinhado a uma análise mais ampla do cenário brasileiro, permite não apenas um mapeamento do impacto da pandemia sobre as internações por IC, mas também fornece subsídios para aprimorar o planejamento de respostas futuras a emergências em saúde, promovendo a continuidade do atendimento a doenças crônicas em momentos críticos.

1.3 Materiais e Métodos

O estudo se deu tanto com base na análise descritiva retrospectiva dos dados do SIH/SUS via DATASUS, filtrando por CID-10 I50 (Insuficiência Cardíaca) no período de 2019-2024 no Brasil e no Estado de São Paulo, quanto em interface literária por intermédio de levantamento de artigos nas bases de dados da PubMed e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), escritos ou traduzidos para os idiomas português ou inglês, disponibilizados/abertos e com acesso integral, publicados nos últimos cinco anos(2019-2024).

Para a realização da busca de artigos foram utilizados os descritores “COVID”, “COVID-19”, “SARS-CoV-2”, “Hospitalization”, “Pandemic”, “Heart Failure”. Em detalhe, na PubMed, a estratégia de busca foi adaptada para incluir os termos nos campos de título e resumo, a fim de reduzir artigos irrelevantes e focar na relação entre os tópicos. NaLilacs, os descritores foram utilizados diretamente devido à estrutura da base. Não obstante, como critérios de exclusão, foram adotadas as seguintes medidas: artigos publicados em revistas não indexadas, teses, artigos que não estivessem escritos em inglês ou português, artigos que não estavam disponíveis nas bases de dados descritas, que foram publicados fora do período estipulado e cujas temáticas não abordavam os descritores selecionados.

Figura 1 - Fluxograma das etapas de seleção dos artigos



Fonte: Própria autoria

1.4 Resultados e Discussão

As admissões hospitalares no Brasil e no Estado de São Paulo por insuficiência cardíaca (IC) indicaram variações significativas no período entre 2018 a 2024, impactadas em sua maioria pela pandemia do COVID-19. No ano de 2018, foram registrados 38.517 hospitalizações em SP, número que foi conservado em 2019, com 38.850 casos. Nesse mesmo período, o Brasil registrou 199.858 internações, sendo SP responsável por aproximadamente 19,47% do total nacional.

No auge da pandemia, no ano de 2020, as internações por IC reduziram em 11,34% ao ano anterior, totalizando o número de hospitalizações em 34.443 (tabela 1). Enquanto isso, no Brasil, houve uma queda de 16,23%, com 167.374 internações registradas. Nesse cenário, a representatividade de SP aumentou para 20,38% do total nacional, evidenciando uma redução proporcional mais acentuada em outras regiões. Esse declínio foi atribuído ao receio de contágio, à realocação de recursos hospitalares para tratamento da COVID-19 e à ampliação do uso da telemedicina, entre outros fatores (Palazzuoli *et al.*, 2021).

Tabela 1 – atendimentos regionais em relação ao aspecto nacional

Ano de atendimento	SP	Brasil
2019	38912	199858
2020	34113	167374
2021	33754	167618
2022	40706	201613
2023	41237	205558

Total**190488****954367**

Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares - (SIH/SUS), 2024.

O receio de contaminação por COVID-19 foi um dos principais fatores que afastaram os pacientes dos hospitais durante o pico da pandemia. Estudos apontam que muitos evitavam buscar atendimento médico mesmo em situações de emergência devido ao medo de exposição ao vírus, o que contribuiu para a redução significativa das hospitalizações em 2020 (Bashir *et al.*, 2023; Palazzuoli *et al.*, 2021). Além disso, as restrições sanitárias, como o distanciamento social e as ordens de quarentena, também limitaram o acesso físico aos serviços de saúde, prejudicando especialmente aqueles com condições crônicas como a IC (Martins *et al.*, 2021).

Outro motivo importante foi o redirecionamento de recursos hospitalares para atendimento de pacientes com COVID-19. Muitos hospitais tiveram suas unidades adaptadas exclusivamente para atender casos da doença, reduzindo a capacidade de atendimento para outras condições (Bromage *et al.*, 2020). Essa reorganização afetou a disponibilidade de leitos e serviços para doenças cardiovasculares e atrasou diagnósticos e tratamentos essenciais para pacientes com IC (Rodrigues; Oliveira, 2023). Adicionalmente, o aumento no uso de telemedicina permitiu que pacientes com sintomas menos graves fossem acompanhados remotamente, reduzindo a necessidade de hospitalizações. Embora eficaz em muitos casos, essa abordagem apresentou limitações para condições como IC, que frequentemente exigem exames presenciais para avaliação clínica completa (Palazzuoli *et al.*, 2021).

Estudos internacionais demonstraram fenômenos similares. Na Alemanha, as internações por IC caíram 27% nos primeiros meses da pandemia (Bashir *et al.*, 2023), enquanto em Londres houve uma redução expressiva em relação ao período pré-pandêmico (Bromage *et al.*, 2020). Na Itália, evidências indicam que o medo de infecção e as restrições impostas afetaram o comportamento dos pacientes, levando à redução nas buscas por cuidados hospitalares (Palazzuoli *et al.*, 2021).

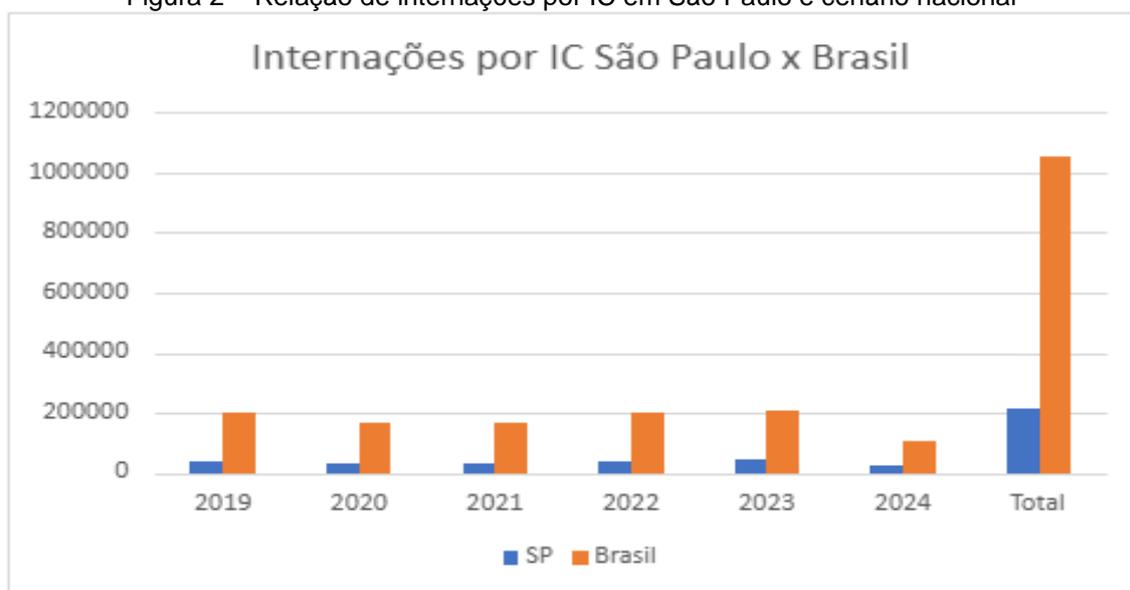
Os dados brasileiros indicam que a tendência de queda continuou em 2021, com 33.373 internações em SP. Com a flexibilização das restrições a partir de 2022, foi gerado um aumento de 22,03% de internações, ou seja, 40.659 casos no Estado. Esse crescimento foi semelhante ao observado no Brasil, que teve um aumento de 19,32% no mesmo período, passando de 167.374 em 2020 para 201.613 em 2022. São Paulo, entretanto, manteve uma recuperação proporcional ao volume nacional, correspondendo a 20,18% do total nacional em 2022.

No ano seguinte, em 2023, um novo incremento de 1,75% foi registrado, com

41.370 hospitalizações em SP (figura 2). No Brasil, o aumento no mesmo período foi de 1,9%, com um total de 205.558 internações. São Paulo respondeu por 20,06% desse total, demonstrando uma recuperação alinhada ao restante do país.

Dados preliminares até julho de 2024 indicam 22.979 internações, apontando para a continuidade da tendência de crescimento observada nos anos anteriores (Chouairi *et al.*, 2023). Apesar da tendência, a obtenção do segundo semestre do ano podem mudar o cursor. Isso demonstra que, apesar do impacto inicial, o estado conseguiu retomar sua capacidade de atendimento de maneira alinhada à média nacional.

Figura 2 – Relação de internações por IC em São Paulo e cenário nacional



Fonte: Adaptado de Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares - (SIH/SUS), 2024.

A redução nas hospitalizações trouxe consequências graves para os pacientes que eventualmente procuraram atendimento. Bashir *et al.*, (2023), constataram que pacientes com IC e níveis elevados de troponina apresentaram risco dobrado de mortalidade e maior probabilidade de re-hospitalização nos seis meses seguintes. Nos Estados Unidos, pacientes com diagnósticos de IC e COVID-19 simultâneos apresentaram tempos de internação mais longos, custos hospitalares elevados e taxas de mortalidade superiores, além de uma maior necessidade de ventilação mecânica (Chouairi *et al.*, 2023), ressaltando o impacto da pandemia nessa população vulnerável.

Concluindo, a análise dos dados brasileiros, complementada pela literatura internacional, reforça que a pandemia de COVID-19 afetou profundamente as internações por IC, com uma acentuada queda em 2020 e uma recuperação gradual a partir de 2022. Esses dados reforçam a importância de estratégias de monitoramento e

suporte contínuo para pacientes com IC, especialmente em contextos de crise sanitária, visando minimizar a gravidade dos casos e melhorar o prognóstico dos pacientes (Palazzuoli *et al.*, 2021; Chouairi *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados, observou-se que as admissões hospitalares por insuficiência cardíaca no Brasil entre 2018 e 2024 foram significativamente impactadas pela pandemia de COVID-19. Inicialmente, as internações se mantiveram estáveis, entretanto, uma queda acentuada foi registrada em 2020, correspondendo ao auge da pandemia. Esse acontecimento pode ser atribuído a múltiplos fatores, como o receio da população de exposição ao vírus em ambiente hospitalar, a redistribuição de recursos assistenciais para o enfrentamento da COVID-19 e o aumento da utilização de serviços de telemedicina.

Com a gradual flexibilização das restrições e retomada de serviços, em 2022, verificou-se um aumento progressivo das internações, indicando uma recuperação da demanda por cuidados hospitalares específicos para insuficiência cardíaca. Estes achados ressaltam a relevância de políticas públicas que assegurem a continuidade e segurança do atendimento a pacientes com doenças crônicas, sobretudo em contextos de crise de saúde pública, a fim de minimizar os efeitos adversos na saúde da população.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F. *et al.* **COVID-19 e suas implicações na saúde cardiovascular.** *Revista Brasileira de Cardiologia*, v. 112, n. 5, p. 425-432, 2021.
- BARBOSA, L. S.; MELO, R. F. **Efeitos da pandemia sobre internações por doenças crônicas.** *Jornal de Saúde Pública*, v. 38, n. 3, p. 310-317, 2022.
- BASHIR, H. *et al.* **A Review of Heart Failure in Patients with COVID-19.** *Heart Failure Clinics*, v. 19, n. 2, p. e1–e8, 2023.
- BROMAGE, D. I. *et al.* **The impact of COVID-19 on heart failure hospitalization and management: report from a Heart Failure Unit in London during the peak of the pandemic.** *European Journal of Heart Failure*, v. 22, n. 6, jun. 2020.
- CHOUAIRI, F. *et al.* **Effects of COVID-19 on heart failure admissions.** *American Heart Journal*, v. 263, p. 183–187, 2023.
- GONZÁLEZ MANZANARES, R. *et al.* **Hospitalización por insuficiencia cardíaca durante la pandemia de COVID-19.** *Medicina de Familia. SEMERGEN*, v. 46, p. 91–92, 2020.

ISATH, A. *et al.* **COVID-19, Heart Failure Hospitalizations, and Outcomes: A Nation wide Analysis.** *Current Problems in Cardiology*, p. 101541, 2022.

MARTINS, T. S. *et al.* **Consequências da pandemia sobre a saúde cardiovascular.** *Revista de Cardiologia*, v. 29, n. 1, p. 78-85, 2021.

PALAZZUOLI, A. *et al.* **Screening, detection, and management of heart failure in the SARS-CoV2 (COVID-19) pandemic.** *Heart Failure Reviews*, 2021.

PEREIRA, V. L.; GOMES, J. A. **A análise das internações durante crises sanitárias.** *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 24, n. 6, p. 1125-1134, 2023.

RODRIGUES, C. A.; OLIVEIRA, L. M. **A insuficiência cardíaca na era da COVID-19: uma análise crítica.** *Jornal de Cardiologia*, v. 44, n. 3, p. 220-228, 2023.

CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma breve análise da influência africana na cultura brasileira

Vanúcia Reis da Silva Araujo¹

RESUMO: A pesquisa objetiva-se apresentar de maneira breve a análise de alguns aspectos da cultura do Brasil que foram influenciados pela cultura africana. A história brasileira é construída em pluralidade de povos, essa diversidade de etnias no Brasil teve seu início no período colonial, momento em que escravos africanos de diferentes regiões eram trazidos para o país. Dessa maneira, o presente trabalho tem como problematização analisar as contribuições culturais dos africanos na construção da cultura brasileira. No cenário atual, a cada dia se faz mais necessárias abordagens do tema em questão. Conhecer a influência do povo africano na cultura brasileira, nos permite compreender não somente a trajetória dos africanos em terras brasileiras, mas sobretudo da sua rica contribuição na pluralidade de nossa cultura atual. Com a chegada dos africanos a cultura existente foi incrementada, apesar da situação sofrida que essas pessoas se encontravam não deixaram os costumes e crenças de sua terra de origem, contribuindo assim em vários aspectos na formação da cultura do Brasil. A título de exemplo, podemos citar a música, a língua, a dança, a culinária, a religião a arte entre tantos outros. Em síntese, podemos dizer que a cultura africana no Brasil não permaneceu intacta, mas foi acrescentado a ela traços de outras culturas, portuguesa e indígena. Para a realização do artigo, nos apoiamos em informações coletadas de natureza bibliográfica fazendo uso de livros, teses e artigos fidedignos que fazem abordagem sobre assuntos pertinentes ao tema em questão, o objetivo desse estudo identifica-se de forma exploratória e descritiva com abordagem qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura brasileira. Influência africana. Cultura afro-brasileira.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui o tema “CULTURA AFRO-BRASILEIRA: uma breve análise da influência africana na cultura brasileira” o tema em questão abraça a proposta de conhecer a influência da cultura africana na formação da cultura brasileira.

A história brasileira é construída em pluralidade de povos, essa diversidade de etnias no Brasil teve seu início no período colonial, momento em que escravos africanos de diferentes regiões eram trazidos para o país. Dessa maneira, o presente trabalho tem como problematização analisar as contribuições culturais dos africanos na construção da cultura brasileira.

O Brasil certamente se destaca pela beleza da sua diversidade cultural. O povo brasileiro apresenta a resultância de misturas de culturas e características de pessoas de várias partes do mundo. Sendo eles, portugueses, indígenas, africanos, alemães, italianos, espanhóis entre outros. Mas foram os portugueses os causadores por trazerem os africanos para o Brasil.

Antes da chegada dos portugueses, nosso país era povoado absolutamente

¹ Graduada em História. vanuciareis3@gmail.com

por indígenas, sendo eles de diferentes tribos. Na tentativa de escravizá-los, muitas dessas tribos foram dizimadas pelos portugueses, enquanto outras escapavam para regiões de difícil acesso da mata. Assim, os portugueses optaram pela escravidão negra de origem africana.

Com a chegada dos africanos a cultura existente foi incrementada, apesar da situação sofrida que essas pessoas se encontravam não deixaram os costumes e crenças de sua terra de origem, contribuindo assim em vários aspectos na formação da cultura do Brasil. A título de exemplo, podemos citar a música, a língua, a dança, a culinária, a religião a arte entre tantos outros.

No cenário atual, a cada dia se faz mais necessárias abordagens do tema em questão. Conhecer a influência do povo africano na cultura brasileira, nos permite compreender não somente a trajetória dos africanos em terras brasileiras, mas sobretudo da sua rica contribuição na pluralidade de nossa cultura atual.

O tema proposto externa informação que gera conhecimento sobre a nossa história, a história brasileira. Nos faz refletir sobre práticas tão presentes em nosso cotidiano que passam muitas vezes despercebidos silenciando sua história e significado que carregam.

A cultura afro-brasileira é presente e muito forte em nossa sociedade, conhecê-la é importante para desmistificar ideias que deturpam o seu reconhecimento, ademais a pesquisa reforça possibilidades de discussões políticas e sociais que visem o respeito à diversidade.

Em linhas gerais o trabalho objetiva-se apresentar de maneira breve a análise de alguns aspectos da cultura do Brasil que foram influenciados pela cultura africana. O artigo foi embasado em informações coletadas de natureza bibliográficas, fazendo uso de livros, teses e artigos fidedignos que fazem abordagem sobre assuntos pertinentes ao tema em questão, o objetivo desse estudo identifica-se de forma exploratória e descritiva com abordagem qualitativa.

1. DIVERSIDADE DA CULTURA AFRICANA

O continente africano possui uma diversidade étnica, sua cultura é extensa levando em consideração que sofreu influências de povos de diferentes regiões, sendo eles europeus e povos do oriente médio. Por esse motivo, o continente africano é conhecido como pluricultural, pois nele possuem povos que falam diferentes línguas e cultuam religiões distintas.

Geopoliticamente, o continente se divide entre África Saariana e África subsaariana, ambas com culturas diferentes. A região saariana é pertencente ao norte, quanto a subsaariana está situada na parte sul do continente. O território norte é

formado pelos países da Argélia, Tunísia, Egito, Marrocos e Líbia. As religiões que predominam nessas terras são o islamismo e o cristianismo.

Na localidade da África subsaariana residem povos de distintas etnias, saliento os Jeje, Bantos e Nagô. Apesar de praticarem também religiões diferentes entre as tribos, em sua maior parte a base do culto são bastante semelhantes, cultuam deuses que de acordo com suas crenças estão ligados a natureza e que representam proteção. Nos dias de hoje, nessa mesma região também é forte a presença de cristãos e muçumanos.

Antes de conhecer de forma breve os costumes desses dois povos, é importante sobretudo compreender o significado de cultura. De acordo com o dicionário online de português, cultura está relacionada com o “Conjunto dos hábitos sociais e religiosos, das manifestações intelectuais e artísticas, que caracterizam uma sociedade diferenciando-a de outras” (CULTURA, 2022).

Definir o termo cultura consiste em uma tarefa complexa, visto que seu conceito ao longo do tempo passa por várias alterações na perspectiva de alguns estudiosos em melhor compreender de forma sistemática a cultura humana. Conforme Santos (2006, p. 21-22) “Cultura está muito associada a estudo, educação, formação escolar. Por vezes se fala de cultura para se referir unicamente às manifestações artísticas, como o teatro, a música, a pintura, a escultura.” Ainda de acordo José Luiz dos Santos:

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é "algo natural", não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção da cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. Cultura é um território bem atual das lutas sociais por um destino melhor. É uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade. (SANTOS, 2006, p. 45).

Compreendendo melhor sobre cultura, podemos retomar de onde paramos, como já explanado, os povos do continente africano são diversificados, assim, seus costumes e hábitos também. Por ocuparem a maior parte do território, as populações da região sul dispõem de uma extensa cultura e por essa razão heterogênea.

Alguns dos idiomas falados nessa região são Inglês, Sepedi, Africâner, Língua Zulu, Língua Suázi, Sesotho e Língua Xossa. Sua culinária é a base de carnes bovinas e suínas, mas também consomem carnes de avestruz e jacaré.

Já a parte norte do continente possuem seus costumes e hábitos atrelados com o islamismo, no ambiente familiar impera o modelo patriarcal. As mulheres mulçumanas por sua vez, praticam o hábito do uso de véu sobre a cabeça. Em síntese a cultura do norte da África gira em todo da religião predominante que é o islã.

Para Silva (2014, p. 29), [...] “a contribuição do povo africano para a formação brasileira foi primordial tanto na composição física da população quanto na conformação do que viria a ser cultura.” “O negro contribuiu com a cultura brasileira em seus vários aspectos, desde as artes, língua, religião, economia e indústria.”

2. CULTURA AFROBRASILEIRA

Para compreendermos melhor a influência da cultura africana na formação da cultura brasileira, antes é preciso conhecer a história da vinda desses povos para o Brasil. A chegada dos africanos se deu a partir do tráfico negreiro, “Vendo os portugueses que o trabalho com os índios não estava dando o resultado esperado, resolveram ir até as suas colônias na África e escravizar os negros habitantes daquelas colônias.” (SOUZA e GUASTI, 2018, n.p.).

Nesse período, milhares de africanos eram obrigados a deixarem seu país e eram trazidos ao Brasil para serem escravizados, exercendo atividades desumanas. Mesmo longe do seu local de origem e debaixo das mãos escravagistas dos portugueses, os africanos não deixaram suas crenças e costumes. Segundo Santos (2016, p. 219), eles “Organizavam festas, adornavam os corpos, lembravam suas origens tais como o Rei Congo, congada, música carregada de sofrimento em contraste com os raros momentos de alegria, em que a língua de origem sobressaía no canto.”

Como estratégia, os portugueses trouxeram povos africanos de diferentes regiões para evitar uma possível união ou organização entre eles. Assim, os povos se dividiam entre sudaneses e bantos como poderemos ver a seguir:

A maior parte dos africanos trazidos para o Brasil veio da África Atlântica, ou seja, da parte ocidental e centro ocidental, destacando-se dois grandes grupos, segundo as suas procedências e características culturais e linguísticas: sudaneses e bantos. Sudaneses oriundos da África Ocidental, Sudão e da Costa da Guiné, trazidos principalmente para a Bahia [...] Bantos: oriundos de Angola, Congo, Moçambique e Cambinda (Sul da África) que predominavam no sudeste [...] existindo também em menor escala no Ceará, Maranhão, Pernambuco, Alagoas e litoral do Pará [...] também não se podem esquecer as minorias fulas e mandes (malês), carregado de fortes influências mulçumanas [...] (FARIAS, 2015, p.27, *Apud* SOUZA e GUASTI, 2018, n.p.)

Conforme está no Portal da Cultura Afro-brasileira, os povos Bantos, juntamente com Nagôs e Jejes foram os responsáveis de dar origem às religiões afro-brasileiras. Entretanto, foi difícil manter a cultura com a intervenção da igreja católica, “Assim como a indígena, a cultura africana foi geralmente suprimida pelos colonizadores.” (PORTAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA). Contudo, conforme afirma Santos (2015, p. 10):

[...] os Bantos traziam consigo uma especificidade cultural destacada na linguística, em seus costumes, em sua região. Pelo fato de terem vivido no Brasil, um país respeitador das crenças católicas, acabaram sendo influenciadas pela mesma, porém, nem de longe deixaram de resguardar e praticar sua religião aqui.

A mesma autora ainda destaca característica do segundo grupo, oriundos da parte ocidental da África. Segundo ela:

[...] os Sudaneses, advindos da África Ocidental, mais especificamente do Sudão e da Costa da Guiné, trouxe também grande contribuição para a cultura brasileira de uma forma positiva, principalmente através de sua prática religiosa, destacando o candomblé e seus escravos sudaneses.(SANTOS, 2015, p.10).

Cabe salientar que o “cruzamento cultural entre estes povos africanos propiciou a construção de uma identidade cultural brasileira, ou cultura afro-brasileira [...] resultado de um longo processo que propiciou uma riqueza cultural peculiar ao Brasil.” (SANTOS, 2015, p.11). Várias palavras que hoje é pertencente ao vocabulário brasileiro é proveniente desse encontro de povos e línguas diferentes. Podemos destacar algumas, como: farofa, jiló, mandinga; quitute, calombo, caxumba, canjica, cachaça, berimbau, samba, vatapá, abadá, cochilar, tanga, dengo, banguela, marimbondo entre tantos outros.

De acordo com Santos (2015, p. 11), “a influência africana foi se tornando visível em vários seguimentos da sociedade colonial, tais como culinária, práticas religiosas, danças, dentre outros valores culturais que foram incorporados pela população brasileira.” Mas a aceitação da cultura africana, seus costumes e crenças por eles praticados não eram bem aceitos, sofriam discriminação e preconceito e algumas delas por um tempo foram proibidas.

A multiculturalidade pertencente ao Brasil que tanto se destaca é formada por uma miscigenação entre indígenas, portugueses e Africanos. Dessa maneira, cabe dizer que a cultura brasileira não foi construída em acorde. É importante esclarecer que o processo de formação da nossa cultura foi lento e conflituoso com muitas

alterações e conquistas.

A matriz cultural de origem africana não foi valorizada quanto se devia no Brasil colonial. No século XIX a cultura europeia se sobressaía, assim manifestações culturais afro-brasileiras como culto religiosos e a capoeira foram acudadas pelas competências da época.

Apenas por volta do século XX, de forma paulatina alguns elementos da cultura afro-brasileira passaram a ser aceitos pela alta sociedade, a começar pelo samba que ganhou grande visibilidade nesse século. No governo de Getúlio Vargas foram criadas políticas de incentivo do nacionalismo, essa foi a oportunidade que a cultura afro-brasileira obteve para conquistar um pouco mais de espaço, e como resultado tiveram autorização oficial para os desfiles das escolas de samba.

Outra conquista foi o reconhecimento da capoeira, antes era vista como algo impróprio, mas “Em 15 de julho de 2008, a capoeira foi reconhecida como Patrimônio Cultural Brasileiro e registrada como Bem Cultural de Natureza Imaterial.” (SILVA, 2014, p.30).

Em 09 de janeiro de 2003, é publicada a lei nº 10.639, aprovada pelo Conselho Nacional de Educação essa lei passa a exigir o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Segundo Santos (2015, p. 53), o “principal objetivo esta Lei quer ajudar a superar os preconceitos e eliminar as atitudes discriminatórias através de práticas pedagógicas que demonstrem maior qualidade e que incluam o estudo da influência africana na cultura nacional.”

Santos (2015) A multicolor do Brasil é graças a costumes de outros povos que juntos formaram seu jeito próprio de crer, dançar, comer entre tantos outros hábitos e costumes de acordo com os nossos antepassados nos deixaram como legado.

3. INFLUÊNCIAS AFRO-BRASILEIRA

3.1 Culinária

A gastronomia brasileira é uma mistura de sabores e grande parte dos pratos, ingredientes e especiarias tem origem africana. “Mesclaram-se artigos da cozinha indígena com a europeia para transformarem-se em comida brasileira. Hoje, é impossível falar da influência dos africanos sem lembrar a herança que eles deixaram para a nossa alimentação.” (SILVA, 2014, p. 31).

Os povos africanos ao chegarem no Brasil, precisaram reinventar a forma que cozinham. Tiveram que improvisar receitas com elementos da culinária indígena e europeia. Segundo Santos, (2016, p. 221);

Essa influência foi tanto no modo de preparar e temperar os

alimentos como na introdução de novos ingredientes na culinária brasileira. Responsáveis pela alimentação dos senhores brancos e com a necessidade de suprir sua própria demanda, os negros passaram a adaptar seus hábitos culinários aos ingredientes da colônia. Na falta do inhame, usaram a mandioca; carentes das pimentas africanas usaram e abusaram do azeite-de-dendê, que já conheciam da África. O modo africano de cozinhar e temperar incorporou elementos culinários e pratos típicos portugueses e indígenas, transformando as receitas originais e dando forma à cozinha brasileira.

A títulos de exemplo, podemos citar o acarajé, vatapá, farofa, cocada, mungunzá, sarapatel, baba de moça, bala de coco, banana, inhame, cará, aluá, xinxim de galinha, aluá, quibebe, açaçá, abrazô, abará e aberém. Também foram introduzidos aos hábitos alimentares dos brasileiros o cuscuz, a pamonha, o angu e a

feijoada, essa última, existe a hipótese que originou-se nas senzalas a partir de sobras de comidas dos senhores. Em seus pratos estavam muito presentes o uso de temperos e pimentas, azeite de dendê, leite de coco, e os utensílios como colheres de pau e panela de barro.

3.2 Música

Boa parte de nossa esfera musical tem influência da música africana, “A arte de cantar e dançar sempre fez parte da alma sofrida dos escravos. Para os africanos, a música e a dança tinham ligação com mundo espiritual e poder de comunicação.” (SANTOS, 2016, p. 219).

A influência africana na música brasileira pode ser percebida no ritmos de alguns gêneros musicais, mas sem sombra de dúvidas, o que se destaca é o samba. Esse estilo musical ganhou tanta visibilidade que caiu no gosto do povo, atualmente é um dos principais ícones musicais do país, atraindo muitos turistas pela alegria rítmica envolvente que o samba tem.

Segundo Santos (2015, p. 50), “O samba verdadeiro, por sua vez era a expressão do lamento do negro, dessa forma ele lamentava sua vida traduzindo sentimentos que grande parte deles tinha, porém, não podiam dizer.”

Na atualidade, é possível perceber que o samba possui suas próprias particularidades, e desse ritmo forte surge variados subgêneros, que inclusive fazem parte do carnaval, festa popularmente conhecida do Brasil. Alguns gêneros musicais que nasceram do samba são: o samba breque, samba enredo, samba canção e a bossa nova.

3.3 Instrumentos musicais

Ainda nessa esfera musical cabe salientar também a presença dos instrumentos musicais afro-brasileiros nesses ambientes, alguns que podemos citar: o **berimbau**; instrumento usado em rodas de capoeira, sua matéria prima é uma vara de madeira com um fio de aço ligando suas extremidades e uma cabaça que funciona como caixa de ressonância. Ou seja, é um instrumento de corda que para ser tocado é necessário o uso de outros elementos sendo eles, a vareta, uma pedra ou moeda e o caxixi.

Ainda temos o **Afoxé**; instrumento de percussão feito por uma cabaça vestida por uma rede de bolinhas. O som do instrumento é produzido quando girado a cabaça em sentido oposto. Esse instrumento é utilizados em cultos religiosos afro-brasileiros e em algumas bandas musicais de reggae e samba.

Existe também o **Agogô**: é um instrumento constituído por um sino único ou duplo feito de metal. Seu som é produzido quando os sinos são golpeado pelo o instrumentista com uma vara de metal ou madeira. É bastante utilizados em rituais religiosos afro-brasileiros, no samba, na capoeira e maracatu.

3.4 Dança

Nos dias atuais, podemos considerar que a dança afro-brasileira é uma das manifestações que mais se destacam na cultura negra de nosso país. Mas nem sempre foi assim, “Muitos senhores inibiam a prática das danças trazidas pela cultura africana, e principalmente algumas delas, tais como o “Batuque”, pois acreditavam que fossem muito eróticas e obscenas.” (SANTOS, 2015, p. 49).

Mas com o passar do tempo a dança afro-brasileira foi ganhando espaço e a cada dia se fortalecendo passando a ter suas próprias características. Algumas estão em destaque como:

Frevo: Consiste em uma dança coletiva feita com o uso de um sombrinha, esse elemento é utilizado para darequilíbrio ao dançarino e incrementar a estética da dança. Segundo Souza e Guasti (2018, n.p.), essa dança inicialmente era empregada “[...]como arma de defesa dos passistas que remetem diretamente à luta, resistência e camuflagem, herdada da capoeira e dos capoeiristas, que faziam uso de porretes ou cabos de velhos guarda-chuvas como arma contra grupos rivais.” Essa dança tão marcante é considerado atualmente patrimônio cultural imaterial do Brasil.

Maracatu: é uma dança, ritmo musical, e ritual relacionado ao sincretismo religioso cristão juntamente as crenças africanas. Se deu primeiramente no estado de Pernambuco. “A tradição teve início pela necessidade dos chefes tribais, vindos do Congo e de Angola, de expor sua força e seu poder, mesmo com a escravidão.” (SILVA, 2014, p. 30).

Existem dois tipos, a distinção pode ser feita através do baque ou batida. Baque solto; diz respeito ao Maracatu rural característico da zona da mata norte de Pernambuco. Já o baque virado é o Maracatu nação, praticado na região

metropolitana de Recife. A coreografia do maracatu se diferencia das outras danças dramáticas e das danças negras em geral. Isso devido a forma mística na maneira com que se dança o Maracatu, que remete as danças de cultos religiosos afro-brasileiro, como o Candomblé. (SOUZA e GUASTI, 2018).

Carimbó: é uma dança famosa pela batida dos tambores, sons de instrumentos de corda, sendo ele o banjo e sons de chocalhos. “O carimbó é considerado um gênero de dança de origem indígena, porém, como diversas outras manifestações culturais brasileiras, miscigenou-se, recebendo outras influências, principalmente de negros.” (SOUZA e GUASTI, 2018, n.p.). É pertencente ao litoral do Pará e suas características é a sensualidade da dança, com giros e movimentos feitos pela mulher na tentativa de cobrir o homem com a saia, que por sinal são vestes coloridas e de comprimento longo.

Capoeira: considerada uma dança e ao mesmo tempo arte marcial, a capoeira originária da Angola “[...] inicialmente, não era praticada como luta, mas como dança religiosa. Mas, no século XVI, para resistir às expedições que pretendiam exterminar Palmares, os escravos foragidos aplicavam os movimentos da capoeira como recurso de ataque e defesa.” (SILVA, 2014, p. 30). Nos dias atuais, a capoeira dispõe de três estilos que se diferenciam pelo movimento e ritmo que cada um possui. São eles; capoeira angola, capoeira regional e capoeira contemporânea.

Os participantes usam apenas os pés, calcanhares, pernas e cabeça, sendo proibido o uso das mãos. A roda de capoeira consiste em um círculo formado pelos capoeiristas com os instrumentos e a capoeira sendo jogada, cantada e tocada. Enquanto dois ficam no centro do círculo jogando, os demais ficam cantando e batendo palma, é um momento de apresentação e divertimento.

Mas as danças afro-brasileiras são muitas ainda podemos citar o batuque, jongo, lundu, tambor de crioula, congo, coco, samba de roda e Moçambique entre tantas outras frutos trazidos pelos africanos.

3.5 Religião

Os africanos ao chegarem no Brasil, trouxeram consigo seus preceitos religiosos, mas na condição de escravizados não puderam exercer suas crenças. Com a intervenção do catolicismo, encontraram no sincretismo com a igreja católica uma maneira de preservar suas tradições.

De maneira breve, podemos dizer que as mais notáveis religiões afro-

brasileiras, são o candomblé e a umbanda com forte influência no Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul.

As cerimônias do Candomblé acontecem em ambientes titulados como territórios e conforme Sousa e Guasti (2018, n. p.), “Sua preparação é fechada e envolve muitas vezes o sacrifício de pequenos animais. São celebrados em língua africana e marcados por cantos e o ritmo dos atabaques (tambores), que variam segundo o orixá homenageado.”

Por sua vez, a umbanda consiste em uma mistura de crenças, é a junção de rituais africanos com europeus. “A raiz umbandista encontra-se em duas religiões trazidas da África pelos escravos: a cabula, dos bantos, e o candomblé, na nação nagô.” (SOUSA e GUASTI, 2018, n. p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos trabalhos pesquisados foram possíveis identificar não apenas as influências afro-brasileiras em nossa cultura, mas também a força que ela representa, não somente em suas manifestações, mas sobretudo por sua história.

Mediante as leituras analisamos que apesar das rupturas e transformações sofridas ao longo do tempo, a influência cultural africana, permanece viva sendo refletida na cultura afro-brasileira. Esses hábitos e costumes são fortes e muito expressivos, e permanecem presentes em nossa cozinha, em nosso modo de falar, de dançar, cantar, de se divertir, nas vestes e crenças de muitos.

O tema do presente trabalho buscou conhecer e analisar a influência da cultura africana na formação da cultura brasileira. Diante do exposto, o resultado da pesquisa analisou o avanço da dispersão da cultura afrodescendente em vários âmbitos da nossa sociedade, nas áreas da música em evidência no Samba, na linguagem, na gastronomia, na dança, no esporte, na religião até chegar na educação básica através da lei 10.639/03.

É importante salientar que com a criação da lei 10.639/03 e principalmente na sua prática, ajudará no combate à discriminação da cultura afrodescendente, pois tudo começa na educação e por meio dela se torna possível construir com os alunos

conhecimentos de diferentes culturas, assim como sua história. Dessa maneira, conscientizá-los sobre o respeito a pluralidade cultural existente em nosso país.

Percebemos que o tema trabalhado a cada dia se torna cada vez mais necessário. Conhecer um pouco sobre a história do país ao qual pertencemos, é entendermos parte de quem somos. Além disso, este trabalho contribui para novas discussões que tenham como finalidade o respeito à diversidade.

Por fim, se torna necessário que o povo brasileiro sinta o desejo de se

apropriar do conhecimento, considerando sua origem cultural a partir da miscigenação que delineou as características físicas e culturais do brasileiro.

REFERÊNCIAS

CULTURA. In. DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/cultura/#:~:text=Significado%20de%20Cultura&text=Conjunto%20dos%20h%C3%A1bitos%20sociais%20e,terra%20ou%20as%20plantas%3B%20cultivo>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

MELO, Marcelo. **Cultura da África do Sul**: culinária, religião, idiomas e muito mais!. Disponível em: <<https://www.ie.com.br/intercambio/cultura-africa-sul/>>. Acesso em: 20 abr. 2022.

PORFÍRIO, Francisco. **"Cultura africana"; Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/cultura/cultura-africana.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

PORTAL DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA. **A Cultura Africana**. Disponível em: <https://www.faecpr.edu.br/site/portal_afro_brasileira/2_l.php>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, Jose Luiz dos. **O que é cultura**. Brasiliense, 2006. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5767487/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20Cultura%20-%20Jose%20Luiz%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SANTOS, Maria Arlete. **Contribuição do negro para a cultura brasileira**. Temas em Educação e Saúde, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 217–229, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/10229>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SANTOS, Marlene Gôngora dos. **Contribuições do negro na formação do povo brasileiro**. 2015. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/52774>>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SILVA, Helder Kuiawinski da. **A cultura afro como norteadora da cultura brasileira**. 2014. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/144_449.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

SOUZA, Izabel Cristina de; GUASTI, Maria Cristina Figueiredo Aguiar. **Cultura africana e sua influência na cultura brasileira**. 2018. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/12906/510.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 4 mar. 2022

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E JUSTIÇA SOCIAL: DEMOCRATIZAÇÃO DO ENSINO OU REFORÇO DAS DESIGUALDADES?

Patrícia Paiva Gonçalves Bispo¹

RESUMO: Este artigo, fundamentado na tese de doutorado de Patrícia Paiva Gonçalves Bispo, analisando a Educação a Distância (EaD) como uma modalidade que, ao mesmo tempo em que promove a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, enfrenta limitações que podem perpetuar desigualdades sociais. O curso de Pedagogia, que lidera as matrículas na EaD, é utilizado como eixo central da análise. A partir das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, José Carlos Libâneo e Zygmunt Bauman, discute-se como o capital cultural, o *habitus* e a lógica mercadológica influenciam a qualidade da formação docente. Por fim, apresentam-se reflexões críticas e caminhos para que a EaD possa cumprir seu potencial transformador.

PALAVRAS-CHAVE: Educação a Distância; Desigualdades Sociais; Democratização do Ensino; Pedagogia.

ABSTRACT: This article, based on Patrícia Paiva Gonçalves Bispo's doctoral thesis, analyzes Distance Education (DE) as a modality that, while promoting the democratization of access to higher education in Brazil, faces limitations that can perpetuate social inequalities. The Pedagogy course, which leads in distance education enrollments, is used as the central axis of the analysis. Based on the theoretical contributions of Pierre Bourdieu, José Carlos Libâneo and Zygmunt Bauman, we discuss how cultural capital, habitus and market logic influence the quality of teacher training. Finally, we present critical reflections and ways in which distance education can fulfill its transformative potential.

KEYWORDS: Distance Education; Social Inequalities; Democratization of Education; Pedagogy.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a Educação a Distância (EaD) tem ganhado destaque no cenário educacional brasileiro como uma modalidade capaz de democratizar o acesso ao ensino superior. Com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), a EaD ampliou significativamente sua abrangência, atendendo a uma parcela da população que, devido a barreiras geográficas e econômicas, não tinha acesso a instituições de ensino tradicionais.

Entretanto, a massificação dessa modalidade também trouxe desafios, principalmente no que diz respeito à qualidade da formação e ao impacto na equidade educacional. O curso de Pedagogia é um exemplo emblemático dessa dualidade. Liderando as matrículas na modalidade EaD, ele representa uma alternativa viável para estudantes de classes sociais menos favorecidas.

Contudo, essa escolha está frequentemente associada ao baixo custo das

¹Doutora em Educação, Arte e História da Cultura. Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: profa.patricia.paiva@gmail.com

mensalidades, reflexo direto da lógica mercadológica que rege grande parte das instituições privadas. Surge, então, um questionamento central: a EaD contribui efetivamente para a justiça social ou reforça desigualdades já existentes?

Este artigo, fundamentado nos resultados da tese de doutorado da autora, busca explorar essa problemática, utilizando as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, José Carlos Libâneo e Zygmunt Bauman. A partir da análise de como o capital cultural e o *habitus* influenciam o acesso e a permanência dos alunos na EaD, discute-se o impacto do neoliberalismo na construção de currículos e na formação de professores. Por fim, propõe-se uma reflexão crítica sobre como a EaD pode ser redesenhada para promover a justiça social sem comprometer a qualidade educacional.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Educação e Justiça Social: Perspectivas Teóricas

A relação entre educação e justiça social tem sido amplamente debatida por teóricos que buscam compreender como as práticas educacionais podem reduzir ou perpetuar desigualdades. Para Bourdieu (1975), o sistema educacional atua frequentemente como um mecanismo de reprodução social, legitimando as desigualdades por meio do capital cultural e do *habitus* dos indivíduos. Em seu conceito, capital cultural refere-se ao conjunto de habilidades, conhecimentos e disposições adquiridos por um indivíduo em função de seu contexto social e familiar. No caso da EaD, observa-se que os alunos oriundos de classes sociais menos favorecidas geralmente possuem menor capital cultural, o que pode limitar seu desempenho e sucesso acadêmico.

Libâneo (2010) reforça essa perspectiva ao destacar que a formação docente deve transcender o domínio técnico e abarcar uma reflexão crítica sobre as desigualdades estruturais que impactam o ensino. Para ele, a educação é um espaço de transformação, mas isso só é possível quando se reconhecem as barreiras impostas pelo contexto socioeconômico e cultural dos alunos. Na EaD, os desafios são amplificados pela distância física e menor interação entre agentes, dificultando a mediação pedagógica e superando déficits de formação básica.

Bauman (2001), por sua vez, oferece uma análise sobre a sociedade contemporânea marcada pela liquidez das relações sociais e econômicas. No contexto educacional, essa liquidez se reflete na flexibilização do ensino e na expansão de modalidades como a EaD, que, embora promovam acesso, também estão sujeitas às dinâmicas do mercado.

Na ótica do autor, a lógica neoliberal que permeia a sociedade atual tende a transformar a educação em mercadoria, priorizando a eficiência e a produtividade em

detrimento da qualidade e da equidade. Essas reflexões teóricas fornecem uma base para compreender os desafios e as contradições da EaD. Enquanto modalidade, ela possui um potencial significativo para democratizar o acesso ao ensino, mas enfrenta limitações estruturais que dificultam a promoção de uma justiça social efetiva.

1.2. Educação a Distância no Brasil: Avanços e Limitações

A Educação a Distância (EaD) no Brasil tem se destacado como uma estratégia de democratização do ensino superior, especialmente em um país de dimensões continentais e marcantes desigualdades regionais. Dados recentes mostram que a modalidade EaD é responsável por 65,2% das matrículas no ensino superior no Brasil, com um crescimento expressivo entre 2012 e 2022. Essa expansão tem possibilitado o acesso ao ensino superior para populações antes excluídas, particularmente aquelas residentes em regiões geograficamente isoladas ou em contextos socioeconômicos desfavoráveis.

No entanto, o crescimento da EaD não se deu sem desafios. Em grande parte das instituições privadas, a lógica mercadológica predomina, e o curso de Pedagogia é frequentemente utilizado como um "produto de entrada", atraindo estudantes pelo baixo custo das mensalidades. Conforme evidenciado na tese da autora, as mensalidades acessíveis, que podem variar de R\$99,00 a R\$130,00, tornam o curso atrativo para estudantes de classes sociais menos favorecidas, mas muitas vezes à custa de uma formação que não corresponde plenamente às exigências profissionais.

Adicionalmente, o perfil dos estudantes de Pedagogia na modalidade EaD revela barreiras significativas, como deficiências na formação básica e a necessidade de conciliar trabalho e estudos. Esses fatores contribuem para altos índices de evasão e para o comprometimento da qualidade da formação.

1.3. Pedagogia EaD e o Paradoxo da Democratização

O curso de Pedagogia, líder em matrículas na modalidade de Educação a Distância (EaD) no Brasil, desempenha um papel central no debate sobre justiça social no ensino superior. De acordo com a tese da autora, com mais de 821 mil estudantes matriculados em 2022, sendo 650 mil na modalidade EaD, o curso representa uma importante porta de entrada para o ensino superior, especialmente para indivíduos de classes sociais menos favorecidas. Essa popularidade, no entanto, revela um paradoxo: enquanto democratiza o acesso, também perpetua desigualdades estruturais.

Um dos fatores determinantes para a alta adesão ao curso é a acessibilidade econômica. Instituições privadas frequentemente utilizam o curso de Pedagogia como estratégia de mercado, oferecendo mensalidades significativamente mais baixas em

comparação a outros cursos. Essa política atrai estudantes, mas frequentemente resulta em investimentos limitados em infraestrutura, corpo docente e na qualidade do currículo, comprometendo a formação oferecida.

Além disso, o perfil socioeconômico dos estudantes matriculados nesse curso é um indicador importante de sua vulnerabilidade acadêmica. Conforme destacado na tese, muitos ingressam com deficiências educacionais herdadas de um sistema básico de ensino precário, o que dificulta a superação de desafios no nível superior. A necessidade de conciliar trabalho, estudo e responsabilidades familiares também é um agravante, contribuindo para altas taxas de evasão e comprometendo a experiência acadêmica.

Sob a ótica de Bourdieu (1975), essas dinâmicas podem ser interpretadas como uma reprodução do *habitus* social. Em vez de funcionar como um instrumento de mobilidade, a educação reforça desigualdades, legitimando diferenças de capital cultural entre os estudantes. No caso da EaD, essa reprodução ocorre tanto pela configuração curricular quanto pelas condições limitadas de interação e suporte pedagógico.

A lógica mercadológica, analisada sob a perspectiva de Bauman (2001), aprofunda essas contradições. A transformação da educação em mercadoria subordina os interesses acadêmicos às demandas de mercado, priorizando retenção de alunos e sustentabilidade financeira em detrimento da qualidade da formação. Esse fenômeno evidencia o desafio central da modalidade EaD: equilibrar acessibilidade com a garantia de uma educação integral e emancipadora.

1.4. Reflexões Críticas: EaD como Ferramenta de Transformação Social?

Apesar das limitações estruturais e pedagógicas, a EaD permanece uma modalidade com grande potencial transformador, especialmente em países com desigualdades tão marcantes como o Brasil. Para que esse potencial seja plenamente realizado, algumas mudanças estruturais e políticas são necessárias.

Primeiramente, a reformulação dos currículos se apresenta como uma prioridade. O currículo deve considerar as demandas regionais e os perfis dos estudantes, promovendo uma formação interdisciplinar e conectada às realidades sociais e culturais. A introdução de conteúdos que promovam o pensamento crítico e a capacidade de adaptação é fundamental para preparar os futuros pedagogos para os desafios da profissão.

Outro aspecto crucial é o fortalecimento da mediação pedagógica. Estratégias que ampliem a interação entre professores e estudantes, mesmo em ambientes virtuais, podem contribuir para um aprendizado mais significativo e colaborativo. A utilização de tecnologias educacionais inovadoras e a capacitação contínua dos

docentes são caminhos promissores.

Além disso, é imprescindível que as políticas públicas acompanhem a expansão da EaD. A regulação das instituições, especialmente privadas, deve garantir que a democratização do acesso seja acompanhada pela manutenção da qualidade. Adoção de avaliações regulares, supervisão dos currículos e apoio financeiro para estudantes de baixa renda são algumas ações necessárias para mitigar desigualdades.

Por fim, é essencial que as instituições reconheçam a educação como um direito e não apenas como uma mercadoria. Sob a perspectiva da justiça social, como discutido por Bourdieu e Bauman, a educação deve ser um instrumento de transformação social, promovendo equidade e emancipação. Para isso, é necessário um compromisso coletivo de gestores, educadores e formuladores de políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo, fundamentado na tese de doutorado da autora, analisou as contribuições e limitações da Educação a Distância (EaD) no contexto brasileiro, com foco no curso de Pedagogia. A discussão revelou que, embora a modalidade EaD amplie o acesso ao ensino superior, ela também enfrenta desafios estruturais e mercadológicos que perpetuam desigualdades sociais.

A análise teórica baseada em Pierre Bourdieu, José Carlos Libâneo e Zygmunt Bauman evidenciou como a lógica neoliberal e as diferenças de capital cultural influenciam a formação docente na modalidade EaD. Esses fatores reforçam o paradoxo da democratização versus a perpetuação das desigualdades.

Apesar disso, a EaD continua sendo uma ferramenta valiosa para a inclusão social, desde que acompanhada de políticas públicas e práticas institucionais que garantam a qualidade da formação. Reformulações curriculares, fortalecimento da mediação pedagógica e investimento em infraestrutura são estratégias imprescindíveis para que a EaD cumpra seu papel como promotora da justiça social.

Este estudo reafirma a importância de superar a visão mercadológica da EaD, promovendo-a como um espaço de formação crítica e emancipadora. Espera-se que as reflexões apresentadas subsidiem novas pesquisas e inspirem práticas educacionais que contribuam para um ensino superior mais inclusivo e equitativo no Brasil.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia.** *Ministério da Educação*, Conselho Nacional de Educação, 2006.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).** *Censo da Educação Superior 2022.* Brasília: MEC, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep>>

GONÇALVES, P. P. G. **Educação a Distância e a Formação Docente: desafios e possibilidades no contexto da justiça social.** *Tese (Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie*, São Paulo, 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2010.

ESTUDO DE FERRAMENTAS PARA PLANO CIRÚRGICO MULTIDISCIPLINAR: UMA ABORDAGEM SOB A ÓTICA OPERATÓRIA

Leonardo Moraes Armesto¹
Thabata Roberto Alonso²
Caroline de Oliveira Nieblas³
Laís Ferreira Stahl⁴
Diego Moreira Knobloch⁵
Eduardo Gregorio Chamlian⁶

RESUMO: Este estudo destaca a importância do planejamento cirúrgico multidisciplinar como ferramenta essencial para lidar com a complexidade e o impacto das cirurgias. A abordagem integrada por diferentes especialidades tem se mostrado eficaz na promoção de melhores resultados clínicos, redução de complicações e otimização de recursos, alinhando-se a práticas já consolidadas em áreas como oncologia. Para explorar essa temática, foi realizada uma revisão integrativa em outubro de 2024, utilizando as bases de dados BVS e PubMed. Foram selecionados 24 artigos que abordam ferramentas e estratégias para a integração multiprofissional no planejamento e execução de cirurgias, a partir de critérios bem definidos de inclusão e exclusão. Os resultados indicam que o uso de protocolos, *check-lists* e reuniões multidisciplinares contribuem significativamente para a eficiência e segurança cirúrgica. Além disso, tecnologias inovadoras, como a realidade virtual e o metaverso, têm potencial para melhorar o planejamento ao reduzir erros e otimizar a comunicação entre as equipes. Profissionais como enfermeiro, fisioterapeutas, psicólogos, farmacêuticos, biomédicos, nutricionistas e educadores físicos, desempenham papéis fundamentais nos cuidados pré e pós-operatórios, favorecendo a recuperação e reduzindo complicações, como infecções e problemas respiratórios. Estudos também mostram que a implementação de planos integrados contribui para diminuir o tempo de internação e os custos associados. Assim, a integração de equipes multiprofissionais no planejamento cirúrgico é essencial para garantir qualidade, segurança e efetividade nos cuidados. Protocolos assistenciais e ferramentas tecnológicas emergentes representam oportunidades valiosas para aprimorar os processos cirúrgicos. Pesquisas futuras devem focar na criação de documentos sistematizados, capazes de facilitar a atuação e ampliar os benefícios do planejamento cirúrgico.

PALAVRAS-CHAVE: Plano cirúrgico; Equipe multiprofissional; Metodologia Ativa.

ABSTRACT: This study highlights the importance of multidisciplinary surgical planning as an essential tool for dealing with the complexity and impact of surgery. The integrated approach by different specialties has been shown to be effective in promoting better clinical outcomes, reducing complications and optimizing resources, in line with practices already consolidated in areas such as oncology. To explore this theme, an integrative review was carried out in October 2024, using the BVS and PubMed databases. Twenty-four articles were selected that addressed tools and strategies for multiprofessional integration in the planning and execution of surgeries, based on well-defined inclusion and exclusion criteria. The results indicate that the use of protocols, checklists and multidisciplinary meetings contributes significantly to surgical efficiency and safety. In addition, innovative technologies such as virtual reality and the metaverse have the potential to improve planning by reducing errors and optimizing communication between teams. Professionals such as nurses, physiotherapists, psychologists, pharmacists, biomedical professionals, nutritionists and physical educators play key roles in pre- and post-operative care, favoring recovery and reducing complications such as infections and respiratory problems. Studies also show that the implementation of integrated plans helps to reduce hospitalization time and associated costs. Thus, the integration of multi-professional teams in surgical planning is essential to guarantee quality, safety and effectiveness in care. Care protocols and emerging technological tools represent valuable opportunities for improving surgical processes. Future research should focus on creating systematized documents capable of facilitating action and extending the benefits of surgical planning.

¹Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: leonardo.armesto@uscsonline.com.br

²Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: thabata.alonso@uscsonline.com.br

³Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: caroline.nieblas@uscsonline.com.br

⁴Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: lais.stahl@uscsonline.com.br

⁵Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: diego.knobloch@uscsonline.com.br

⁶Médico/Cirurgião Cardiovascular - Orientador. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: dudachamlian@me.com

KEY WORDS: Surgical plan; Multiprofessional team; Active Methodology.

INTRODUÇÃO

Segundo Chourabi (2022), o centro cirúrgico (CC) é uma área restrita dentro de um hospital que acomoda uma série de equipamentos destinados a procedimentos invasivos. Esta, conta com instalações complexas e tecnológicas de elevado valor monetário. Toda a estrutura segue os critérios da legislação vigente e inclui planos para possíveis situações de urgência. Sendo assim, pelo elevado valor técnico e pela seriedade exigida diante dos procedimentos, conta com uma equipe multiprofissional que segue uma série de protocolos de trabalho que podem ou não estar associados diretamente às cirurgias, como afirma Tanaka (2020).

Whiteman (2016) aponta uma série de complicações previsíveis associadas às cirurgias. Segundo o autor, Royal College of Anaesthetists, o órgão responsável pela especialidade de anestesiologia no Reino Unido, enfatiza a importância da equipe multidisciplinar nos prognósticos satisfatórios. O estudo apoia a adoção de novas práticas de trabalho pelos médicos anestesilogistas, de forma a realizarem cuidados integrativos em equipe antes e após os procedimentos. Tais práticas certamente exigirão reuniões entre a equipe multiprofissional e capacitação em grupo, a fim de aperfeiçoar a discussão, o debate e o consenso na elaboração de um plano de cuidado integrativo e centrado no paciente. Ainda que essas práticas possam parecer novidade no campo cirúrgico, elas já fazem parte da clínica em outras especialidades, como a oncologia e a geriatria. Fernandes (2021) ressalta que o enfermeiro participa da busca ativa, mediando a comunicação entre as partes ao notificar a central de transplantes, além de comunicar a equipe médica e realizar a entrevista familiar. O técnico de enfermagem coleta os exames laboratoriais. O biomédico opera a máquina de circulação extracorpórea. O médico realiza os protocolos de morte encefálica, avalia a viabilidade do órgão e faz a captação. O psicólogo fornece apoio emocional à família do doador e participa da entrevista familiar. A assistente social ajuda na assinatura dos termos de doação e auxilia caso seja necessário o transporte do corpo.

Diante da complexidade e dificuldade dos procedimentos, fica evidente a necessidade da participação adequada de todos os trabalhadores envolvidos no processo, além da coesão da equipe como um time disposto a trabalhar em prol do bem-estar do paciente. Chourabi (2022) discute situações que corroboram o cancelamento de procedimentos e interferem na qualidade da assistência em saúde, aumentando o custo operacional e financeiro, o que gera prejuízos às instituições. Por exemplo, a precariedade de insumos, equipamentos danificados e instrumentos insuficientes diante da demanda dos procedimentos. Diante disso, o planejamento das

ações cirúrgicas se torna uma ferramenta indispensável para minimizar os prejuízos.

Chourabi (2022), ainda afirma que a preparação consiste na reunião de conhecimentos teóricos, práticos e organizacionais que geram a possibilidade de programar estratégias e atitudes necessárias a partir de uma determinada situação, para alcançar um objetivo em comum. A sistematização desse planejamento permite a análise de problemas de forma panorâmica e aperfeiçoa os processos de decisão. Naturalmente, esse trabalho começa bem antes, no processo de harmonização entre as equipes multiprofissionais nos setores ambulatoriais, rouparias, enfermarias, setor de almoxarifado, Unidades de Tratamento Intensivo, setor de internação, engenharia clínica, além do setor de compras do hospital para prover o material utilizado no CC.

Dessa forma, fica evidente que o debate acerca da importância do trabalho multiprofissional no planejamento cirúrgico tem ganhado força, baseado em argumentos sólidos. Por vezes, o processo de elaboração desse plano cirúrgico pode ser desafiador, dada a complexidade do procedimento e a quantidade de profissionais envolvidos; por isso, interessa o conhecimento acerca da existência de ferramentas que possam ser utilizadas para facilitar esse planejamento e simplificar o trabalho desses profissionais. Destacada a importância dessa temática, deu-se o objetivo do presente estudo de realizar uma revisão integrativa que fundamente propostas conceituais e ferramentas de planos desenvolvidos e orquestrados por equipe multidisciplinar na abordagem cirúrgica.

1. DESENVOLVIMENTO

O contexto da abordagem cirúrgica na atualidade, vem incorporando a cada dia, princípios e desenvolvimentos tecnológicos que mais e melhor agregam valor em todo o processo perioperatório. Nesse cenário, há um intenso trabalho mediado por diversos componentes da equipe multidisciplinar, que de forma integrada, contribuem significativamente na melhoria das dinâmicas e processos, que resultam na melhor prestação de cuidado ao paciente assistido. Segundo Ghaderi *et al.* (2024), vale-se entender que as condutas e funcionalidades de um planejamento cirúrgico alteram em conformidade com normas, diretrizes e regulações, bem como disponibilidade de recursos, peculiaridades locais, além de procedimentos e protocolos pré-definidos e interdependente, muitas vezes, aos conselhos profissionais fiscalizadores direta e indiretamente, tanto quanto membros consultivos públicos e privados. De acordo com Whiteman *et al.*, (2016), há motivadores importantes que estimulam e dão protagonismo a multidisciplinaridade cirúrgica, com destaque para a garantia de uma abordagem baseada em evidências, no qual, a medida que o gerenciamento

perioperatório, dependendo diretamente do grau de complexidade e níveis de atenção e cuidado se aprofundam, a abordagem estratégica bem consolidada é imprescindível.

Em sinergia a isso, o gerenciamento oportuno contribui à medida que planifica e dá acesso aos membros da equipe, oportunizando a construção colaborativa, associativa e funcional, permitindo as respectivas ponderações, entraves e peculiaridades que cada especialidade apresenta antes, durante e posteriormente a realização do ato cirúrgico.

Para Counihan *et al.*, (2014) a prática multi e interdisciplinar é efetiva por reproduzir planos cirúrgicos inter e intra-especialidades, não apenas do ponto de vista das especificidades médicas clínicas e cirúrgicas, mas com crescente destaque multiprofissional, envolvendo ainda enfermeiros, fisioterapêuticos, farmacêuticos, biomédicos, psicólogos, educadores físicos, entre vários outros integrantes. Em conformidade, pontos como a experiência integral do paciente com a elaboração de planos mais completos em seu acompanhamento e assistências, a otimização de custos, que quando evidenciam planos cirúrgicos elaborados conjuntamente desde sua etapa de escopo, tendem a evitar retrabalhos em elaborações tardias, ou mesmo desfechos não resolutivos ao paciente, e ainda a facilitação de treinamentos e simulações prático-operacionais que evidenciem equipes eficientes e com melhor performance, são critérios que forjam e legitimam procedimentos mais seguros e evidentemente mais efetivos.

Segundo Balasubramian *et al.*, (2019), ao redor do mundo encontram-se uma série de instituições que estimulam e usufruem de práticas assistenciais em espaços cirúrgicos consolidados, estruturalmente, pelo destaque que as equipes multiprofissionais exercem não apenas consultivo, mas deliberativos de forma igualitária ao médico atendente do ato. O autor reforça ainda que instituições como o 'Perioperative Surgical Home' (PSH), nos Estados Unidos, propõe uma modalidade de atendimento de equipe única, na qual a integralidade é ponto chave no sucesso perioperatório.

O PSH requer um líder de equipe, um 'perioperativista', que coordena o atendimento do paciente e todas as outras partes interessadas na saúde. O grupo sugere uma série de estratégias que eles acham que alcançariam todos os aspectos do Triplo Objetivo do Institute for Healthcare Improvement. Essas estratégias incluem maior ênfase na tomada de decisão compartilhada e no fato de o paciente ser um membro mais ativo da equipe de saúde, melhor avaliação de risco pré-operatório e pré-habilitação e padronização dos planos assistenciais para reduzir a variação geográfica na prestação de cuidados (Balasubramian *et al.*, 2019).

Ballacchino *et al.*, (2024), indica que o POPS (Cuidado proativo do paciente

idoso submetido à cirurgia) de Guy e St. Thomas Hospital é mais um exemplo de abordagem integral multidisciplinar.

Neste, a equipe é composta por médicos de diferentes especialidades, enfermeiros, fisioterapeutas, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e administradores, de forma que a missão da equipe se estende por todo o caminho perioperatório; desde a avaliação e otimização pré-operatória até os cuidados pós-operatórios nas enfermarias cirúrgicas e a alta segura e eficaz para casa do paciente cirúrgico. No caso mencionado, os planos cirúrgicos envolvem conceitos de gestão de projetos, onde em adaptação à ambiência em saúde, e tomando como base a sala cirúrgica, elementos como gestão de equipes, de riscos, de custos, além de conceitos sobre patrimônio/materiais/almoxarifado, competências logísticas e diagramas funcionais como 5W2H (parâmetros de planos de ação), análise SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), compunham o projeto final.

Counihan *et al.*, (2014) pontua que em hospitais universitários norte-americanos essa prática já vem consolidando-se como rotina, a medida que usa-se da tática/ferramenta de rodadas multidisciplinares cirúrgicas, na qual as melhorias e impactos positivos tanto para a majoração de resultados de eficiência, quanto os indicadores de resolutividade vem sendo cada vez mais significativos como redução de tempo de internações (6,1 para 5,1 dias), insuficiência respiratória pós-operatória (15,5% para 6,8%), trombose venosa profunda/embolia pulmonar (2,8% para 2,3%), complicações cardíacas (7,0% para 1,6%) e infecção do trato urinário associada ao cateter (5,2% para 1,5%), além de aumento da adesão ao Programa de Melhoria de Cuidados Cirúrgicos (95,6% para 98,7%).

Para Doğan *et al.*, (2021), Shinkunas *et al.*, (2020) e Espin *et al.*, (2020), a composição de ferramentas para abordagem de uma “rota/caminho” no planejamento e execução cirúrgica, quando oriunda do compartilhamento de ideias medido, sobretudo, por ferramenta de metodologia ativas, extraídas do arcabouço educacional, melhor conduzem o processo de saúde e cuidado. Neste ponto, a criação é estimulada por painéis de debates, convidativos ao *brainstorming* de causas e efeitos a cada passo/condução definida e implementa pelos componentes da equipe, e mais do que isso, há ênfase em possíveis desdobramentos que determinadas tomadas de decisão podem gerar a curto/médio/longo prazo na vida do paciente, trazendo-lhe tanto benefícios quanto malefícios. A proposta da “chuva de ideias” como elementos de condução da jornada na elaboração de planos cirúrgicos, culmina na construção de planos personalizados, que seguem elementos de escopo-padrão definido por POPs (procedimentos operacionais padrão) e diretrizes institucionais, mas acaba por

analisar a amplitude e especificidade de cada paciente, incluindo, dentro da equipe, a seleção participativa de profissionais mais ou menos funcionais, dependendo de comorbidades ou históricos patológicos progressos de cada paciente em questão.

Na ótica de Sathe *et al.*, (2024), há certa preciosidade e resistência e não observar a conduta cirúrgica como empreendimento. De forma geral, a racionalização de recursos físicos e pessoais é uma necessidade para o desempenho eficiente do processo globalmente. Não obstante, o autor pontua ainda que ainda no âmbito da formação profissional, do ponto de vista acadêmico, vem garantindo ou pelo menos estimulando, que os currículos tenham o incremento de planejamento, gestão e habilidades de comunicação, de maneira a oportunizar e exercitar a visão holística tanto para o cirurgião, quanto para a equipe multiprofissional. Alinhava-se a isso, as habilidades acadêmico-profissionais que tratam e discutem o *design thinking* como ferramenta inovadora e planos cirúrgico, sendo efetiva e utilitária na promoção da colaboração integral da equipe em cenários de alta complexidade, tal como a elaboração de estratégias para equipes diversificadas e interdependentes. Sequencialmente ela pode ser aplicada, inicialmente, evidenciando a empatia (entendimento do problema), na qual entende-se profundamente as necessidades de equipe e paciente a partir de realização de reuniões com todos, identificando necessidades técnicas, preocupações emocionais, limitações logísticas e caracterização de objetivos cirúrgicos bem delimitados. Sequencialmente, passa-se a especificação (delimitação do problema), no qual objetiva-se a formulação clara do problema a ser resolvido conjuntamente, para o qual identifica-se os desafios subsequentes específicos, como a utilização de alças fechadas de comunicação, otimização de tempo cirúrgico e garantia de melhores cuidados no pós-operatório.

O plano evolui para a ideação (proposição de soluções), na qual geram-se ideias inovadoras e/ou renovadoras a serem empregadas na prática, no sentido de atender as demandas identificadas, tendo como foco a exploração e esgotamento de diferentes perspectivas e soluções colaborativas. Avança-se para a prototipagem (planejamento de soluções), mediado pela criação de modelos ou simulações, no sentido de testar ideias praticamente a partir, por exemplo, de fluxogramas de procedimentos, confluindo-s aos protocolos cirúrgicos ou ainda a criação de guias visuais para a equipe multiprofissional, permitindo a agregação dos pontos pertinentes e vislumbrados por cada profissional, até que por fim, a atividade de “*facilities*” seja aplicada e as incongruências, eliminadas, resultando em um plano efetivo. Por fim, a testagem (aprimoramento de plano), validando-o com base em feedback, é desenvolvido pela realização de ensaios clínicos/cirúrgicos simulados ou reuniões de continuidade e alinhamento que antecipem a cirurgia, regulando os elementos com

menores aspectos de previsibilidade. Para o autor, os efeitos do instrumento geram melhoria na comunicação, maior enfoque no paciente, naturalização de recursos e habilidade, confluência multiprofissional colaborativa, eficácia e resolutividade.

Queisner *et al.*, (2024) comenta que a linha de pesquisa mais recente e inovadora no processo de desenvolvimento de ferramentas e instrumentos para planos cirúrgicos encontra-se na automatização da antecipação, com uso de realidades virtuais (RV) e simuladores que testem e treinem tanto a prática operacional técnica em si, quanto todos os demais elementos de projeto que compõe o ato operatório como cadência, integração e disponibilidade de recursos humanos, instrumentais e tecnológicos em apoio e assistência efetiva. Não obstante, ainda que passando por intensificado desenvolvimento e experimentação, os estudos demonstram impacto positivo na tomada de decisão cirúrgica, bem como no refinamento de compreensão anatômica de cada paciente, que hoje, agrega a capacidade de reconstrução imagética 3D de possibilidades de variações anatômicas, e/ou das particularidades corretivas ou características envolvidas na tipologia da cirurgia proposta. Essa funcionalidade, inclusive, antecipa eventos adversos e ocorrências, de forma a oportunizar a geração e dinamização de planos de contingência integradas e participativas, através do olhar multiprofissional, visando a resolutividade. O autor reforça ainda que, notavelmente, o planejamento cirúrgico usando RV levou a mudanças mais frequentes nos planos cirúrgicos em comparação com o planejamento com outros métodos de visualização quando os cirurgiões e demais agentes profissionais reavaliaram seus planos iniciais. A RV demonstrou benefícios na redução do tempo de planejamento e na melhoria da localização espacial de patologias.

Em complementaridade, Ghaderi *et al.*, (2024) refere que as reuniões e dinâmicas de planejamento da equipe cirúrgica multiprofissional em aspecto de aprimoramento podem, como ferramenta de plano, fazer uso do metaverso. Em detalhe, a realidade virtual imersiva (IVR) é uma tecnologia emergente que permite que vários prestadores de cuidados interajam remotamente entre si e com os dados do paciente em um metaverso - um ambiente digital imersivo e colaborativo. Uma reunião de equipe multiprofissional (REM) realizada no metaverso pode melhorar a tomada de decisões cirúrgicas. Desenvolver um metaverso IVR para REM e testar sua viabilidade e eficácia para visualizar dados e tomar decisões clínicas no cenário pode apresentar-se como um instrumento complementar potente no âmbito do planejamento cirúrgico de melhor performance e resultados. Quando aplicado à área cirúrgica cardiovascular, Napa *et al.*, (2019) observa que os profissionais de saúde e cirurgiões se preparam para a cirurgia cardíaca usando conferências de casos para revisar, discutir e executar o procedimento cirúrgico. Os cirurgiões visualizam a anatomia de

um paciente para decidir a abordagem cirúrgica correta usando ressonância magnética e ecocardiogramas em uma sessão de planejamento de caso pré-cirúrgico.

Estudos anteriores mostraram que os erros cirúrgicos podem ser reduzidos por meio do uso efetivo da realidade virtual imersiva (VR) para visualizar a anatomia do paciente, bem como na potencialização de melhores e mais abrangentes condutas a medida que a equipe multiprofissional é participada ao processo. Consonante, Sadeghi *et al.*, (2020) expressa que o aumento da complexidade em cirurgias cardíacas nas últimas décadas vem exigindo um planejamento perioperatório cada vez mais preciso e eficiente de maneira a minimizar o tempo cirúrgico, limitar os riscos de complicações em longo das etapas de cirurgias, além ainda de buscar melhores resultados para o paciente. Nesse ponto, a aplicação cada vez mais significativa e versátil do uso de reconhecimentos em realidades e ambiências virtuais (RV), de forma imersiva e tridimensional (3D), vem demonstrando alto poder de auxílio em fases de planejamento pré-operatório, especificamente.

1.1. Pergunta-Problema e Objetivos

Existem planos cirúrgicos envolvendo uma equipe multidisciplinar na ótica operatória? Esta revisão integrativa tem como objetivo estabelecer um estudo sobre ferramentas para planejamento cirúrgico, abordando uma ação integrada com os profissionais de saúde com ênfase na abordagem sob a ótica operatória. Este estudo verificará a eficácia desses planos cirúrgicos multidisciplinares existentes, de modo a contribuir na elaboração de propostas conceituais desses planos, incentivando ao estabelecimento dessas práticas nas diversas áreas da saúde, visto que a presença de uma equipe multidisciplinar possibilita uma otimização do tratamento e uma recuperação eficaz da saúde do paciente.

Assim, a ausência desses planos integrados às equipes multidisciplinares, torna necessário o estabelecimento de um procedimento padrão envolvendo esses profissionais no atendimento do paciente.

1.2 Justificativa e Relevância

Este estudo é fundamental para a pesquisa científica contemporânea, tal que integra os outros setores da área da saúde que desempenham papel importante para a eficácia do tratamento do paciente. Diante disso, atualmente a prática de saúde tem se diversificado favorecendo a integração dos outros setores de saúde contribuindo para o tratamento do paciente, se afastando do modelo centralizado do médico como único especialista eficaz para o ambiente hospitalar.

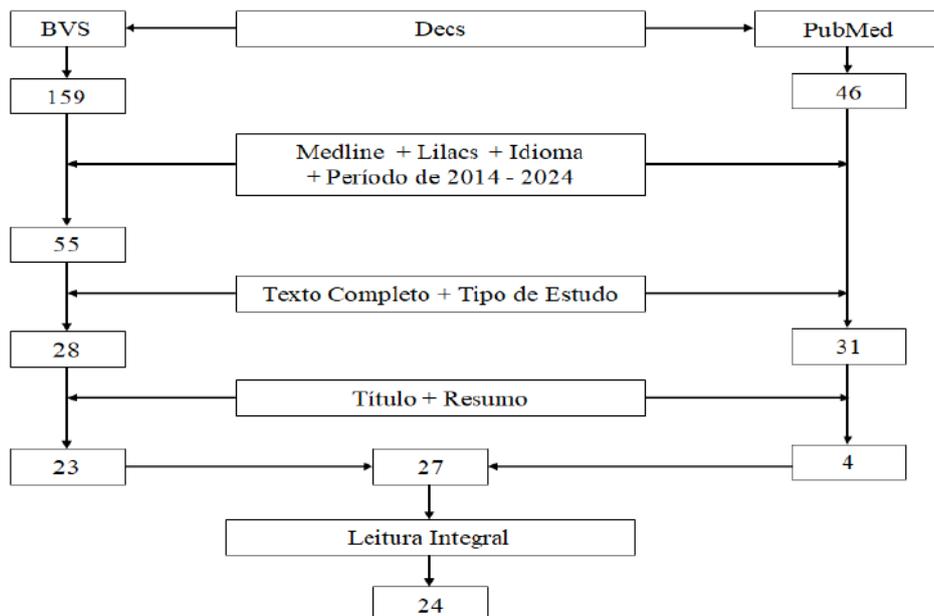
O impacto desse estudo é significativo, devido a diminuição das complicações adversas, eficácia na recuperação e otimização dos resultados clínicos ao beneficiar-se do conhecimento desses profissionais para o bem estar do paciente.

Evidência disso, seria o papel do fisioterapeuta no pré e pós-operatório de cirurgia cardíaca ao prevenir complicações respiratórias, motoras e diminuição no tempo de internação hospitalar, adicionalmente o papel da nutrição nesse âmbito cirúrgico é fundamental, permitindo uma intervenção nutricional no pré operatório permitindo identificar, tratar e controlar distúrbios e déficits nutricionais por perda e excesso na fase pré-operatória (Napa *et al.*, 2019).

1.3 Materiais e Métodos

O presente estudo, foi realizado através de uma revisão integrativa realizada no período de outubro de 2024, por meio de pesquisas nas bases de dados: BVS e PubMed. Foram utilizados os descritores: “Ferramentas Cirúrgicas”, “Plano Multidisciplinar” e “Educação Médica”. Desta busca foram encontrados 205 artigos, posteriormente submetidos aos critérios de seleção. Os critérios de inclusão foram: artigos em inglês, português e espanhol; publicados no período de 2014 a 2024 e que abordavam as temáticas propostas para esta pesquisa. Estudos do tipo (revisão, meta-análise, relato de caso), disponibilizados na íntegra. Os critérios de exclusão foram: artigos duplicados, que não abordaram diretamente a proposta estudada, disponibilizados somente na forma de resumo e que não atendiam aos demais critérios de inclusão. Após os critérios de seleção restaram 27 artigos que foram submetidos à leitura minuciosa para a coleta de dados. Entretanto, somente 24 foram selecionados para o estudo uma vez que esses, abordaram a temática da pesquisa. A figura 1 apresenta a relação de artigos selecionados para leitura integral após a aplicação dos critérios.

Figura 1 - Artigos selecionados para leitura.



Fonte: Própria autoria

1.4 Resultados e Discussão

Dos periódicos, o maior fator de impacto encontrado foi 98.75 e o menor, 0.42. Referente à plataforma Sucupira: 8,33% (2) Qualis C, 16,67% (4), Qualis B3, 25% (6) Qualis B1, e 50% (12) Qualis A1. Os estudos são consonantes em indicar que a abordagem multidisciplinar na elaboração de planos, check-lists, POPs (Procedimento Operacional Padrão), e participação compartilhada das ações no ato cirúrgico, convertem-se em melhora significativa para os desfechos em cirurgias, independente da especialidade cirúrgica realizada.

Chourabi *et al.*, (2022) aponta fatores que levam à melhoria do aproveitamento cirúrgico, referindo que a articulação entre as diferentes equipes de profissionais conduz a qualidade das ações adotadas e diminuem a incidência de situações que levam ao cancelamento da cirurgia, por exemplo. A autora revela em sua pesquisa que o uso de protocolos e ferramentas de sistematização de procedimentos pré-cirúrgicos são exemplos de maneiras de se evitar a fragilidade na linha de cuidados perioperatórios e alinhar as ações interdisciplinares. Em geral, é importante considerar o papel de cada ator que é capaz de proporcionar ao ambiente do centro cirúrgico levando em consideração a individualidade de cada papel.

Para Freitas (2022), uma atuação importante é a do farmacêutico hospitalar, que alocado nas farmácias satélites do centro cirúrgico desempenha a ação de prover os insumos e medicamentos necessários ao processo operatório, como soro fisiológico, sedativos, analgésicos e antibióticos. Lima *et al.*, (2023), corrobora com o autor ao evidenciar o importante papel dos profissionais de enfermagem no dado

processo. Vale destacar que a pesquisa abordou itens importantes no que tange aos cuidados de enfermagem perioperatórios, principalmente no quesito segurança do paciente, que reflete nas medidas adotadas pela equipe de enfermagem para mitigar danos ao paciente e evitar dispêndio de tempo prolongado na internação. Dentre os pontos de destaque, o estudo revela que o fator principal no manejo do cuidado ao paciente é a comunicação entre os atores das equipes de saúde. Isso porquê, uma equipe que não apresenta o conteúdo informativo alinhado com o propósito cirúrgico pode levar à falhas processuais e também podem desvencilhar o cuidado como um todo. A equipe que busca estar alinhada com o processo de trabalho fomenta a integralidade do cuidado através do domínio das etapas que permeiam a cirurgia.

Turra *et al.*, (2014), reflete a atuação do psicólogo enquanto integrante da equipe interdisciplinar, destacando a importância da psicoeducação em pacientes submetidos à cirurgia cardiovascular, pois, por se tratar de um procedimento com elevado grau de complexidade o preparo pré-operatório requer o entendimento de paciente e seus familiares.

O impacto emocional ocasionado por este tipo de procedimento pode melhorar a qualidade de vida do paciente, permitindo uma recuperação mais tranquila com menor índice de estresse e ansiedade.

Francisco *et al.*, (2020) reforça as ações da fisioterapia no paciente hospitalizado, ao apresentar através da revisão de literatura a importância do preparo do paciente nos períodos que antecedem a cirurgia, no que cerne ao fato da prevenção da debilidade ocasionada no pós-cirúrgico. Nas cirurgias cardiovasculares é fundamental que o organismo possua uma reserva funcional para superar o *stress* provocado pelo ato cirúrgico em si. Assim, a realização de fisioterapia pré e pós operatória melhora a capacidade funcional do corpo como um todo e evita o desencadeamento de doenças que podem surgir em decorrência da mobilidade restrita ao leito prolongada.

Neste sentido, Oliveira *et al.*, (2020) corrobora com o autor ao apontar a importância da atuação do educador físico para a manutenção da qualidade de vida dos pacientes. Isso se deve ao fato de o exercício físico se conceber como ação base na prevenção de doenças crônicas, como obesidade, diabetes e hipertensão, além de contribuir para o manejo de desordens emocionais, como a ansiedade e a depressão. Assim, a intervenção da equipe multiprofissional pode atuar de forma integrada de forma a promover o cuidado longitudinal à população.

Para de Paula *et al.*, (2014), um planejamento nutricional bem elucidado permite que o paciente se recupere do ato cirúrgico com melhor funcionalidade. A dieta deve conter quantidade de proteínas e carboidratos calculados de acordo com as

necessidades do paciente, além de conter vitaminas e sais minerais que possam colaborar na função imunomoduladora. Tal fator está relacionado com as implicações que grandes cirurgias podem ocasionar, assim, uma resposta inflamatória sistêmica de forte intensidade promove a liberação de interleucinas que atrapalham a recuperação pós cirúrgica, podendo inclusive levar a complicações proporcionais ao trauma causado. Uma dieta pobre em nutrientes atrapalha a recuperação vital do paciente e prejudica também a cicatrização tecidual, levando a um maior tempo de internação com diminuição da qualidade de vida.

Para Tanaka *et al.*, (2020), os protocolos assistenciais devem fazer parte da organização do centro cirúrgico, servindo como modelo a ser seguido de planejamento das ações do corpo profissional envolvido no setor. Nesse sentido, tais protocolos servem também como ferramenta de constante atualização e também de treinamento para a equipe multidisciplinar, ao passo que apresenta e organiza o cenário de atuação dos atores profissionais que trabalham de forma integrada e associada visando o bem estar do paciente.

Vale ressaltar que dentre os protocolos assistenciais estão os *check-list* de cirurgia segura. Oliveira *et al.*, (2017) aponta que 50% das complicações decorrentes de procedimentos cirúrgicos são evitáveis se tais atitudes forem colocadas em prática. Além disso, o estudo mostra que 8 a cada 100 pacientes operados sofrem eventos adversos no ambiente cirúrgico. Faz parte do *check-list* cirúrgico apresentado a verificação da presença de exames disponíveis nas salas cirúrgicas, o termo de consentimento assinado, a confirmação do procedimento com a identificação do paciente, a verbalização do paciente, materiais esterilizados e antibioticoterapia profilática iniciada de 60 a 30 minutos antes de iniciar o procedimento. O estudo destaca que os protocolos assistenciais de check list contribuem para diminuir a infecção de sítio cirúrgico, contribuindo também para a segurança do paciente e garantia da qualidade do serviço oferecido.

Fernandes *et al.*, (2021) e Freitas *et al.*, (2020) concordam com Whiteman *et al.*, (2016) ao verificar a importância da atuação da equipe multidisciplinar nos cuidados perioperatórios. Os autores apontam que o cuidado compartilhado pode melhorar o quadro clínico do paciente em virtude de integralidade existente, desde a equipe responsável pelo pré-operatório, como cardiologista clínico, cirurgião cardiovascular, anestesista, fisioterapeuta, psicólogos e enfermeiro, como também pela equipe do perioperatório considerando todos os médicos e enfermeiros envolvidos e também os biomédicos que são responsáveis pelo manejo da circulação extracorpórea em cirurgia cardiovascular. Além do mais, os cuidados continuam até que o paciente tenha alta hospitalar e se suceda à atenção ambulatorial, permeando

neste momento a atuação do farmacêutico, psicólogo, educador físico, nutricionista, médicos, fisioterapeutas e enfermeiros que participam da rede de cuidados do paciente visando a recuperação da qualidade de vida e a promoção da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o protagonismo de cada profissional, é válido ressaltar que não existe um único plano de equipe multidisciplinar na condução das práticas perioperatórias, mas que existe a evidência de que a atuação multiprofissional contribui para a melhoria do cuidado ao paciente.

Assim, é possível observar que a existência de protocolos assistenciais são ferramentas que auxiliam o planejamento do cuidado e que devem ser colocadas em prática para a garantia da qualidade na prestação de serviço e também na integralidade do cuidado. Tais documentos podem e devem ser aproveitados para a constante atualização e treinamento dos profissionais e também para garantir que todas as etapas do evento perioperatório sejam cumpridas.

Por fim, a presente pesquisa se mostra respaldada acerca da atuação da equipe multidisciplinar no ambiente cirúrgico, o que corresponde às percepções de melhorias contínuas na saúde e também na compreensão do protagonismo essencial de cada profissão. Como recomendação para as próximas pesquisas, vale buscar transpassar os desafios de protocolar através da criação de documentos que sejam capazes de entrelaçar a atuação profissional de forma sistematizada e indivisível, deixando claro as atitudes a serem tomadas no cenário apresentado e os atores que devem conduzir cada ação no contexto hospitalar.

REFERÊNCIAS

BALASUBRAMIAN, S; LI, J. Y; LO, Z. J; LIEW, S. Z. H; YAP, R. X. L; GE, J. Y; CHANDRASEKAR, S; TAN, G. W. L; SELVAGANAPATHI, N. **Effectiveness of Multi-Disciplinary Perioperative Geriatric Surgical Service Consultation for Vascular In-Patient Population.** *Journal of Angiology and Circulatory System*, v. 1, n. 1, p. 01-06, 2019. Disponível em: <[https://www.jvascsurg.org/article/S0741-5214\(19\)32094-4/fulltext](https://www.jvascsurg.org/article/S0741-5214(19)32094-4/fulltext)>

BALLACCHINO, M. M; MCQUESTION, C. C; GIUCA, M. S; DOSLUOGLU, H. H; NADER, N. D. **The Use of Frailty Scores for Screening the Surgical Risk Benefits: A Multidisciplinary Approach.** *Annals of Surgery*, v. 3, n. 7, p. 15-18, 2024. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/39041210/>>

CHOURABI, L. F; FIGUEIRA, S. H. da. S; BALONECKER, A. F. da. C; MATIAS, E. P. **Atuação multiprofissional em centro cirúrgico: tensões na lâmina do bisturi.**

Revista Nursing, v. 25, n. 293, p. 8776-8781, 2022. Disponível em: <<https://www.revistanursing.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2795/3392>>

COUNIHAN, T; GARY, M; GLASNER, R; LOPEZ, E; TUTELA, S; ELLRODT, G. **Surgical Multidisciplinary Rounds: An Effective Tool for Comprehensive Surgical Quality Improvement.** *American Journal of Medical Quality*, v. 31, n. 1, p. 31-37, 2016. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1062860614549761>>

DOĞAN, Y; BATDI, V. Revisiting Brainstorming Within an Educational Context: **A Meta-Thematic Analysis.** *Journal of Learning for Development*, v. 8, n. 3, p. 541-556, 2021. Disponível em: <<https://jl4d.org/index.php/ejl4d/article/view/495/674>>

ESPIN, S; INDAR, A; GROSS, M; LABRICCIOSA, A; D'ARPINO, M. **Processes and tools to improve teamwork and communication in surgical settings: a narrative review.** *BMJ Open Quality*, v. 9, p. e000937, 2020. Disponível em: <<https://bmjopenquality.bmj.com/content/bmjopenquality/9/2/e000937.full.pdf>>

FERNANDES, P. M. P; FARIA, G. F. **A importância do cuidado multiprofissional*.** *Revista Diagnóstico e Tratamento*, v. 26, n. 1, p. 01-03, 2021. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/06/1247968/rdt_v26n1_1-3.pdf>

FRANCISCO, L. M; NASCIMENTO, R. B. do; SALES, W. B; TOMAZ, R. R. **A intervenção do fisioterapeuta no pré e pós-operatório de cirurgia cardíaca: uma revisão integrativa.** *Research, Society and Development*, v. 9, n. 5, p. e890973446, 2020. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3446>>

FREITAS, P. B. de; PUGLIESE, F. S. **Atuação do farmacêutico e sua importância no centro cirúrgico.** *Revista FT*, v. 26, n. 117, p. 15-22, 2022. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/atuacao-do-farmacaceutico-e-sua-importancia-no-centro-cirurgico/>>

FREITAS, R. S. de; ZIOTI, F. F. R; COELHO, A; OKUMURA, J. V. **Circulação extracorpórea: a importância do biomédico na equipe multidisciplinar.** In: [...]: 21º Congresso Nacional de Iniciação Científica – CONIC/SEMESP, p; 01-10, 2020. Disponível em: <<https://www.conic-semesp.org.br/anais/files/2021/trabalho-1000006992.pdf>>

GHADERI, R; EDWARDS, T; COBB, J; LOGISHETTY, K. **Surgical Multidisciplinary Team Meetings Are Enhanced by Collaboration in the Metaverse.** *Journal of Medical Extended Reality*, v. 1, n. 1, p. 100-111, 2024. Disponível em: <<https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/jmxr.2023.0004>>

LIMA, J. S; SILVA, M. Q; SILVA, C. C; SOARES, K. H. D. **Atuação da enfermagem no centro cirúrgico e sua relevância na operação segura: revisão integrativa.** *Revista FT*, v. 27, n. 117, p. 40-52, 2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/atuacao-da-enfermagem-no-centro-cirurgico-e-sua-relevancia-na-operacao-segura-revisao-integrativa/>>

NAPA, S; MOORE, M; BARDYN, T. **Advancing Cardiac Surgery Case Planning and Case Review Conferences Using Virtual Reality in Medical Libraries: Evaluation of the Usability of Two Virtual Reality Apps.** *JMIR Human Factors*, v. 6, n. 1, p. e12008, 2019. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30664469/>>

OLIVEIRA, A. D. de; ABREU, A. R. de; ALMEIDA, S. S. de. **Implementação de check-list de cirurgia segura em um hospital universitário.** *Revista Enfermagem em Foco*, v. 8, n. 4, p. 14-18, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/56139>>

OLIVEIRA, E. S. P; PASSOS, R. P; SILIO, L. F; ALMEIDA, E. A; LIMA, L. F. O; OLIVEIRA, J. R. L; OLIVEIRA, H. F. R; PEREIRA, A. A; VILELA JR, G. B; BERNALDINO, E. S. **Atuação do profissional de educação física no pré e pós-operatório de cirurgia bariátrica: percepção do médico e do paciente na cidade de Porto Velho – RO.** *Revista CPAQV – Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, v. 12, n. 3, p. 01-13, 2020. Disponível em: <<https://revista.cpaqv.org/index.php/CPAQV/article/view/575/version/492>>

QUEISNER, M; EISENTRÄGER, K. **Surgical planning in virtual reality: a systematic review.** *Journal of Medical Imaging*, v. 11, n. 6, p. 202-215, 2024. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38680654/>>

PAULA, J. P. B. R. de; LOPES, M. G; REIS, J. M. dos. **Nutrição em Cirurgia: Revisão de Literatura.** *Revista Ciências em Saúde*, v. 3, n. 2, p. 01-13, 2014. Disponível em: <https://portalrcs.hcitajuba.org.br/index.php/rcsfmit_zero/article/view/247>

SADEGHI, A. H; BAKHUIS, W; SCHAAGEN, F. V; OEI, F. B. S; BEKKERS, MAAT, A. P. W. M; MAHTAB, E. A. F; BOGERS, A. J. J. C; TAVERNE, Y. J. H. J. **Immersive 3D virtual reality imaging in planning minimally invasive and complex adult cardiac surgery.** *European Heart Journal Digital Health*, v. 1, n. 1, p. 62-70, 2020. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36713960/>>

SATHE, T. S; RELLES, D. M; HO, D; LEE, H. **Teach Design to Surgical Trainees: One Small Step for Surgeons, One Giant Leap for Surgery.** *Journal of Surgical Education*, v. 81, n. 1, p. 05-08, 2024. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1931720423003495>>

SHINKUNAS, L. A; KLIPOWICZ, C. J; CARLISLE, E. M. **Shared decision making in surgery: a scoping review of patient and surgeon preferences.** *BMC Medical Informatics and Decision Making*, v. 20, n. 190, 01-14, 2020. Disponível em: <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1186/s12911-020-01211-0.pdf>>

TANAKA, A. K. S. R; LUNARDI, L. S; SILVA, F. G; GIL, L. M. C. R. **O enfrentamento da equipe multidisciplinar do centro cirúrgico diante da pandemia da COVID-19.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, n. 2, p. e20200333, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/221471/001121772.pdf?sequence=1>>

TURRA, V; COSTA JR, A. L; ALMEIDA, F. F; DOCA, F. N. P. **Contribuições da Psicologia na atenção ao paciente cirúrgico: uma análise da literatura.** *Compêndios de Ciência em Saúde*, v. 22, n. 4, p. 353-366, 2014. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/artigos/contribuicoes_psicologia_atencao_paciente_cirurgico.pdf>

WHITEMAN, A. R; DHESI, J. K; WALKER, D. **The high-risk surgical patient: a role for a multi-disciplinary team approach?** *British Journal of Anaesthesia*, v. 116, n. 3,

p. 311-314, 2016. Disponível em: <[https://www.bjanaesthesia.org/article/S0007-0912\(17\)30435-X/fulltext](https://www.bjanaesthesia.org/article/S0007-0912(17)30435-X/fulltext)>

O PARTO HUMANIZADO COMO FORMA DE EMPODERAMENTO DAS MULHERES ATENDIDAS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Izaque Pereira de Souza¹
Michele Andressa Woicolesco²

RESUMO: O trabalho de parto, considerado por muitos um dos mais importantes momentos da vida da mulher deslocou-se do domicílio para o hospital. Essa mudança fez eclodir uma nova cultura de atendimento à gestante parturiente, depreciando por vezes o cuidado humano em características afetivas e socioculturais e refletindo em danos à saúde da mãe e do bebê. O foco deste artigo foi analisar o histórico do parto humanizado no Brasil com enfoque no Sistema Único de Saúde (SUS) e avaliar se a gestante tem compreensão do parto humanizado como um direito reprodutivo bem como compreender se os partos do sistema público promovem a humanização e o empoderamento feminino. A partir dos hospitais pesquisados e credenciados ao SUS nos foi possível constatar que poucos são os que desenvolvem assistência humanizada integral no parto e que promovem o empoderamento feminino, o que explicita a violação dos direitos reprodutivos e da autonomia das gestantes.

PALAVRAS-CHAVE: Parto humanizado; Empoderamento feminino; Humanização.

INTRODUÇÃO

Considerando a sociedade machista na qual as mulheres estão inseridas, tem-se percebido uma crescente busca pelo empoderamento das mesmas na sociedade civil. Uma das representações desse empoderamento é o enaltecimento do parto humanizado - ou o parto de forma mais natural possível - como garantia de autonomia e reconhecimentos de direitos das gestantes. Entretanto, ainda existem partos violentos, munidos de intervenções desnecessárias e que menosprezam os desejos e anseios da mulher. Devido a isso, o Ministério da Saúde (MS) criou diretrizes e portarias que objetivam proporcionar uma maior segurança na assistência desde o Pré-natal até o nascimento, a fim de diminuir as elevadas taxas de mortalidade materna e infantil no Brasil.

O presente trabalho se propõe analisar a dinâmica do histórico do parto humanizado realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) bem como avaliar se as mulheres reconhecem seus direitos durante a gestação e sabem exercê-los, impondo autonomia sobre o próprio corpo, reconhecendo o parto humanizado como alicerce para garantir o cumprimento de rotinas em um parto minimamente invasivo e sem intervenções não consensuais. Pretende ainda compreender se as mesmas

¹Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM/PR. Coordenador do curso de Serviços Jurídicos em Faculdade Focus. E-mail: ipsouza.souza@gmail.com

²Especialista em Saúde Coletiva pelo Programa de Pós-Graduação do Centro Universitário da Fundação Assis Gurgacz – FAG - Cascavel, Paraná. Enfermeira. E-mail: michellewoicolesco@hotmail.com

instituições de saúde pública promovem humanização e empoderamento feminino.

O método de abordagem que será utilizada nesta pesquisa é o dedutivo, vez que a partir de uma pesquisa técnica-bibliográfica se partirá de situações gerais e genéricas, para situações particulares. O presente estudo usará o método monográfico em que, através do estudo conglobado da doutrina, artigos científicos, teses, dissertações e legislação, procurar-se-á chegar a conclusão acerca da temática.

Importante lembrar que este trabalho tem um propósito genuíno que vai desde a escolha do tema até a elaboração de seu projeto, propósito este que encontra justificativa na preocupação à temática da maternidade de forma lato sensu, seja no âmbito da assistência hospitalar do sistema público, seja no campo da saúde pública, seja no enfoque da humanização e empatia com seres humanos. Principalmente porque também acreditamos que todas as pessoas têm o direito a um tratamento justo e igualitário, sem discriminação ou preconceito, bem como acesso à cultura, lazer, saúde e educação, tendo consciência que elas possuem uma história de vida que as regem e moldam seus costumes e conceitos dentro de uma sociedade.

Desta forma dividiremos este estudo em três partes: a primeira trará um contexto histórico de como é a evolução da atuação dos profissionais que prestam assistência à mulher e ao recém-nascido, instituições de leis federais que dão garantias e seguridade à saúde deles, dados de índices de mortalidade materno-infantil dos últimos anos e explana também sobre o início do movimento libertário feminista e alguns dos nomes mais influentes desse movimento; a segunda parte permeará uma reflexão que enfoca se o parto humanizado é realmente um direito da gestante ou algo que lhe é beneficiado sem muito esforço; e por fim, a terceira parte trará uma correlação entre o termo empoderamento feminino, bem como sua etimologia, e o parto humanizado, com o propósito de realçar como esses dois assuntos estão interligados entre si, uma vez que uma mulher instruída sobre seus direitos e autonomia torna-se empoderada, logo assim, reivindicará uma condução de trabalho de parto humanizado e baseado em evidências.

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. O Sus e o Parto Humanizado: Um Breve Resgate Histórico

Se existem eventos transformadores na vida de uma mulher, o da maternidade certamente está, se não em primeiro na lista, entre os mais importantes acontecimentos de transformação. Um misto de mudanças fisiológicas, juntamente com psicológicas formam no âmago de uma gestante, o amor entre mãe e filho. Sabe-

se que a gravidez é um processo que ocorre de forma fisiológica e que isso se caracteriza como o ponto alto de capacidade reprodutiva do gênero feminino. No entanto, é importante ressaltar que associados a essas mudanças, podem surgir sentimentos de incapacidade e incertezas, bem como, uma vontade tamanha de conhecer o que acontece no próprio corpo (Wrobel e Ribeiro, 2006).

Em contextos históricos, a assistência ao parto tinha a exclusividade de ser realizado pelo sexo feminino devido apenas às parteiras realizarem tal prática. Suas experiências, apesar de não possuírem embasamento científico, tinham grande peso na sociedade e o ato geralmente ocorria em seus domicílios, aumentando a ligação entre a parturiente e parteira, afastando ainda mais a presença masculina durante o evento fisiológico (Moura *et al.*, 2007).

Todavia, a partir da década de 40, a fase hospitalocêntrica começou a ser instituída como assistência na parturição, incluindo medicalização e outras atividades que foram enfraquecendo a autonomia da mulher parturiente e aumentando os responsáveis na condução desse evento, favorecendo assim, a submissão da mulher e a retirando de papel principal neste processo fisiológico. Partindo dessa linha de pensamento, a gestante perdeu sua autonomia e foi submetida à normas institucionais e procedimentos intervencionistas não consentidos e esclarecidos para a mesma, caracterizando o parto natural como um processo doloroso uma vez que tais intervenções impedem a continuidade seu mecanismo. Esses excessos de intervenções contribuíram e ainda contribuem para o aumento de taxas de cesariana e morbimortalidade materna e perinatal (Moura *et al.*, 2007).

No que se refere aos índices de mortalidade materna, um estudo realizado por Nagahama e Santiago (2008) mostrou que em países caracterizados como desenvolvidos, a média de mortes ocorre entre 4 a 14 para cada 100 mil nascidos vivos. Todavia, no Brasil, as taxas são mais alarmantes: 77 mortes para cada 100 mil nascimentos, tudo isso contabilizado no ano de 2007. Isto coloca o Brasil no ranking dos mais altos índices de mortalidade materna. Ainda frisam que uma em cada 370 brasileiras correm risco de vida resultantes de complicações na gestação e/ou parto, sendo elas: síndromes hipertensivas, hemorragias significativas, infecções puerperais e complicações de aborto, responsáveis por 66% dos óbitos maternos no país.

Desde a década de 1980, o procedimento de parto cesáreo, usado como modelo assistencial intervencionista, contribuiu com o aumento das taxas de complicações no parto. Cerca de 80% de partos em rede privada ocorrem através da cesariana e 26% no âmbito do SUS, equivalendo a uma taxa média de 40% de parto cesáreo no Brasil (Nagahama; Santiago, 2008).

Baseando-se no direito contemplado na Constituição de 1988 que coloca a

saúde como Direto de Cidadania e um dever do Estado bem como após a instituição do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) juntamente com o Ministério da Saúde (MS) no ano de 1996, aderiram e instituíram o informe intitulado Maternidade Segura, com práticas de cuidado ao parto e ao nascimento visando um atendimento seguro e humanizado a fim de reduzir a mortalidade materno-infantil (Fujita e Shimo, 2014).

Dentre as recomendações contidas no informe de assistência obstétrica supracitado englobam-se: práticas claras e que devem ser estimuladas³; as ineficazes e prejudiciais que devem ser excluídas; as insuficientemente baseadas em evidências que tornam-se inutilizadas ou usadas com cautela, até surgirem novas fontes que as comprovem; e as práticas usadas frequentemente de maneiras inadequadas (Fujita e Shimo, 2014).

Interligado a todos esses fatores o MS instaurou o Programa de Humanização de Pré-Natal e Nascimento (PHPN), que visa assegurar uma melhor cobertura, qualidade de acompanhamento de pré-natal, estendendo a assistência ao parto e ao puerpério para as parturientes e o neonato. Esse programa enfoca na humanização da atenção obstétrica e neonatal como ponto principal para um acompanhamento eficaz de todas as fases citadas e está alicerçada nos preceitos de que unidades de saúde tem por obrigação respeitar e tratar com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido bem como adotar procedimentos benéficos no parto e nascimento, evitando métodos intervencionistas desnecessários e que possam acarretar risco ou dano para ambos (Brasil, 2002).

Outro programa criado no âmbito do SUS para fortalecer a rede de cuidados às mulheres foi a Rede Cegonha⁴ que objetiva assegurar o direito ao planejamento reprodutivo e ao cuidado humanizado em todos os ciclos gravídico-puerperais, incluindo também o direito ao nascimento seguro à criança e seu crescimento saudável. A implementação deste programa no território nacional baseia-se em critérios epidemiológicos, taxas de mortalidade materno-infantil e densidade populacional. Dito isto, resume-se que onde haja algum desses critérios, o programa está em funcionamento (Brasil, s.d).

A humanização do parto e nascimento visa a quebra de paradigmas associados à mulher e o resgate de sua autonomia, tendo como embasamento teórico

³ Boas práticas na assistência obstétrica durante o trabalho de parto podem ser entendidas como: oferta de líquidos por via oral; empatia por parte da equipe assistencial; respeito à autonomia da mulher quanto a escolha de acompanhante na parturição, esclarecimento de dúvidas e informações a livre demanda; utilização de métodos não invasivos e farmacológicos para a diminuição da dor, liberdade de escolha de posição e movimentação; amamentação e estímulo mãe e filho já nas primeiras horas de vida do neonato (OMS, 1996).

⁴ Através da Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011, institui-se, no âmbito do SUS, a Rede Cegonha.

práticas benéficas durante a parturição. Historicamente falando, até chegarmos a esse ponto de seguridade de direitos reprodutivos da mulher e humanização no parto, houve movimentos libertários que evoluíram com o passar dos anos e que graças a eles, no contexto atual as mulheres são vistas e ouvidas em uma sociedade majoritariamente machista.

Um dos movimentos libertários políticos supracitados tornou-se conhecido como Feminismo, englobando teoria, prática e ética com o intuito de mulheres tornarem-se protagonistas de suas vidas e condições sociais, ressoando suas vozes a fim de receber notoriedade e reconhecimento dos direitos e autonomia do próprio corpo (Alves e Alves, 2013). Resgatando o contexto histórico ocidental desse movimento, houve mulheres que se rebelaram contra suas condições e lutaram por liberdade em situações que lhes custaram a vida. A Igreja Católica no período da Inquisição, foi uma das mais avassaladoras forças contra a mulher que se rebelasse pelos princípios impostos como dogmas inabaláveis. Por volta do século XIX na Inglaterra, aconteceu a primeira onda feminista, assim conhecida, com as mulheres que se uniram para lutar por igualdade de direitos, onde o que primeiramente se popularizou foi o do direito ao voto o que as tornou conhecidas por sufragetes. Estas mulheres promoveram notórias manifestações em Londres, fazendo greve de fome e sendo recorrentemente presas (Pinto, 2010).

No Brasil o embate não foi diferente; o feminismo se manifestou pelas sufragistas na luta pelo direito ao voto, movimento esse liderado pela bióloga e cientista Bertha Lutz que estudou no exterior e retornou na década de 1918, dando o pontapé inicial por esse direito à mulher brasileira. Seguindo a onda feminista instalada no Brasil, merece também atenção o Movimento de Mulheres Operárias, de ideologia anarquista, conhecidas como a União das Costureiras, Chapeleiras e classes anexas, que proclamaram: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes”, num manifesto no ano de 1917. Todavia, esse feminismo inicial desacelerou na Europa, nos Estados Unidos e Brasil na década de 1930, ressurgindo com imponência na década de 60 (sessenta) (Portal Brasil).

Na lacuna entre esses períodos, Simone de Beauvoir, escritora, intelectual, ativista política, feminista e teórica social francesa escreveu um livro que se tornaria fundamental para esta nova onda feminista⁵, chamado de O Segundo Sexo, publicado

⁵ O feminismo percorreu notáveis momentos que foram divididos em três períodos, ou ondas feministas, como comumente são chamadas: 1º O movimento foi expresso pela luta ao direito do voto – direitos políticos das mulheres; 2º Originaram-se durante o regime militar no Brasil e demais países latino-americanos e caracterizaram-se por resistência a esse regime, pela luta contra violência sexual, direito do prazer sexual e contra a supremacia masculina; 3º Marcado pela incisiva participação das mulheres

pela primeira vez em 1949, com a icônica frase feminista: “não se nasce mulher, se torna mulher”, abordando também o cerne de toda a opressão feminina, analisando o desenvolvimento psicológico como também as condições sociais que interferiam esse quesito na mulher (Pinto, 2010).

Scavone (2001, *apud* Carneiro, 2011, p.239) traz em seu estudo um panorama de como o movimento feminista abordou a questão da maternidade, que fora subdividida em três períodos. No primeiro, as feministas não viam a maternidade como uma dádiva exclusiva dada ao sexo feminino e sim, como um defeito natural, usando o termo *handicap*, que as limitavam como um grupo marcado pela fisiologia humana. Sendo assim, o quesito de maternidade tornou-se diretamente proporcional ao da dominação masculina, limitando sua identidade e independência, baseando-se no livro de Beauvoir, *O Segundo Sexo* de 1949, em que se tinha como princípios fundamentais a liberdade sexual e o livre arbítrio entre a prática de contracepção e aborto.

Encaixando-se nesse ideário, a maternidade também tornou-se sinônimo de controle do sexo feminino, ocasionando assim, uma negação ao evento fisiológico. Nessa época, com todos os ideais à flor da pele, ainda pôde se encontrar grupos de mulheres separatistas: de um lado surgiram mulheres conservadoras e natalistas que prezavam pela família, moral e bons costumes; do outro as feministas francesas e europeias que proclamavam “un enfant, si je veux, quand je veux”⁶, período esse que caracterizou-se como o feminismo igualitário na década de 70 da Europa (Scavone, 2001, *apud* Carneiro, 2011, p.239).

No segundo período, passa-se do pressuposto de maternidade como defeito natural e parte-se para a teoria de que a mesma fora transpassada à mulher como poder singular, associados à reprodução feminina e a fonte de vida e poder que a união do cordão umbilical da mãe com o feto fomenta, baseando-se em interpretações antropológicas e psicanalíticas. Esta abordagem daria sentido ao “feminismo da diferença”, cuja expressão central afirmaria então as diferenças e a identidade feminina. No último período, o suposto *handicap* é desconstruído pela corrente teórica que desmistifica a reprodução biológica como determinante social das mulheres, encaminhado então, ao entendimento de que a dominação de um sexo sobre o outro depende apenas de fatores sociais e não biológicos (Scavone, 2001, *apud* Carneiro, 2011, p.239-240).

1.2. Parto Humanizado: Direito Ou Benesse?

brasileiras no processo de redemocratização e construção de um feminismo difuso – destacando ainda mais processos de institucionalização e discussões de diferença entre o próprio gênero (MATOS, 2010).

⁶ “Uma criança, se eu quiser, quando eu quiser.”

Os indicadores de assistencialismo⁷ no ciclo gravídico-puerperal no Brasil são desencorajadores.

Sua casualidade é atribuída a fatores sócio-demográficos, culturais e a políticas de saúde que não são colocadas em prática. Como já citado anteriormente, as taxas de mortalidade materna são altíssimas, resultante de uso abusivo de cesáreas e contribuem diretamente para a desumanização da assistência, acarretando em descrença da qualidade e preparo dos profissionais que prestam atendimento à parturiente e recém-nascido. O sucateamento da assistência pode correlacionar-se também com a redução de verbas e profissionais atuantes ou despreparo dos mesmos, falta de materiais e medicamentos e dificuldades de gerenciamento (Merighi e Gualda, 2009).

Apesar dos altos índices de mortalidade materno-infantil no Brasil, existem Políticas Públicas e leis voltadas para a seguridade da assistência ao parto e humanização. Uma delas é a Portaria nº 569/GM de 1 de junho de 2000, que assegura um acompanhamento adequado no parto e puerpério, tornando indispensável o tratamento com dignidade à mulher e o recém-nascido, pontuando também a adoção de práticas humanizadoras e não-intervencionistas (Brasil, 2000).

Interligado a isso, os direitos humanos já são reconhecidos em leis nacionais e em documentos internacionais, através da Organização das Nações Unidas (ONU) no ano de 1948, que garantem direitos declarados como básicos⁸ para uma vida digna, não distinguindo-os de raça, cultura, religião, orientação sexual ou condição social (Brasil, 2010). Trazendo para uma especificidade de direitos humanos relacionados à mulher, em 1995 a ONU declarou que:

Os direitos humanos das mulheres incluem seu direito a ter controle e decidir livre e responsabilmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências (ONU, 1995, s.p.).

⁷O termo assistencialismo tem sua origem interligada ao Serviço Social e se caracterizava por um grupo de pessoas que trabalhavam para garantir a harmonia entre classes sociais, visando à redução das desigualdades comumente relacionada à pobreza, falta de saneamento básico e condições de moradia, bem como, o direito à saúde igualitária. Cabe salientar que na esfera do Serviço Social, após a década de 1960 houve o movimento de reconceituação que promove um olhar diferenciado para essa dinâmica, compreendendo a necessidade de se promover a autonomia e emancipação do sujeito, promovendo nos profissionais (Assistentes Sociais) a reflexão acerca das expressões da Questão Social (CATUSSO; SOUZA; FERRARI, 2013). Faz-se uma conexão do termo assistencialismo ao cuidado assistencial de enfermagem devido ao fato dos objetivos fundamentados do termo estarem em discrepância no cuidado dos profissionais de enfermagem com às parturientes que dependem do atendimento gratuito do SUS (FIDELIS, 2005).

⁸ Direito à vida, alimentação, saúde, moradia, educação, afeto, direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2010).

A despeito de todas as leis e políticas públicas instituídas para garantir um melhor acesso à mulher durante o ciclo gravídico-puerperal, um dos direitos comumente desrespeitados pelas instituições de assistência é o do direito de livre escolha de acompanhante, com amparo da Lei nº 11.108 de 7 de abril de 2005 que garante às parturientes o direito a presença de acompanhante durante o trabalho de parto bem como no pós parto imediato no âmbito do SUS (Brasil, 2005). Porém, mesmo contemplada por todos os direitos supracitados, a mulher ainda padece de humanização nas redes de atenção do SUS, onde sua fisiologia do parto é interferida por procedimentos desnecessários, mesmo aqueles não preconizados pelo MS como rotina.

Sabe-se que se respeitados os direitos da mulher, abrangendo também aspectos sociais e culturais da mesma, há uma melhora no suporte emocional tanto para a parturiente quanto aos familiares, facilitando assim o vínculo mãe e filho, e aumentando a confiabilidade da gestante aos profissionais que na hora estarão prestando a assistência. Contudo, isto ainda é motivo de desafio às instituições que assistem a parturiente, onde a dificuldade encontra-se na mudança de práticas predominantes normatizadas à vinculação do parto (Souza *et al.*, 2011).

Ainda nos referindo ao conceito de autonomia feminina, no contexto etimológico esta se traduz como auto = próprio, nomos = norma, regra, lei, o que evidencia a liberdade de escolha e o exercício da mesma, como representado em sua origem linguística. Sob esta perspectiva, uma pesquisa realizada por Malheiros *et al.*, (2012), com profissionais enfermeiros e médicos atuantes na assistência ao parto e nascimento da maternidade do Hospital Universitário Antônio Pedro, em Niterói (Rio de Janeiro) no ano de 2010, buscou-se entender qual a percepção dos mesmos sobre os termos autonomia e empoderamento da gestante.

Os sujeitos do estudo demonstraram através de sua palavra ou a descrição do significado dessas palavras que valorizam o protagonismo feminino no momento de parturição, mostrando como o empoderamento pode ser benéfico no controle dos atos, partindo do acesso à informação até a consciência plena de direitos relacionados à mulher e ponderando também que isto germina a mudança de atitudes em posturas ativas, onde o indivíduo sabe o melhor para si.

Uma rede de atenção similar à Rede Cegonha, intitulada como Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (ReHuNa), foi criada com cinco objetivos. Um dos mais importantes é o incentivo às mulheres no aumento de autonomia e poder sobre o corpo na hora do parto, alcançando assim uma maior participação feminina e melhora na qualidade da assistência prestada ao parto e nascimento. Ainda corroborado com o estudo de Malheiros *et al.*, (2012), mostrou-se que os entrevistados

pontuaram que para a humanização acontecer, é necessário que o respeito à mulher e a sua fisiologia prevaleça, através da percepção dos profissionais em uma assistência não intervencionista.

Semelhante ao estudo anterior, Silva *et al.*, (2013), realizou uma pesquisa em um Centro Obstétrico (CO) de um hospital de ensino do Município de Pelotas/RS com profissionais médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, todos com experiência na área obstétrica, hospital este referência em prematuros de extremo baixo peso e em partos de alto risco.

No quesito de respeito à privacidade e intimidade das gestantes, a maioria afirmou que durante o trabalho de parto e parto isto é relativamente acatado; o direito ao acompanhante foi garantido em praticamente os partos e mais da metade dos profissionais considerou sua relação com a gestante e seus familiares como regular ou boa. Acerca das medidas não farmacológicas de alívio de dor, a maioria dos profissionais referiu orientação à gestante. Em contrapartida, a autonomia da mãe na escolha do tipo de parto desejado não fora respeitada pelos profissionais bem como a estimulação precoce de contato mãe e filho e a amamentação logo após o nascimento – fatores que acabam por tornar a humanização ao parto pouco efetiva (Silva *et al.*, 2013).

Ainda no mesmo estudo, quando indagados acerca de intervenções consideradas desnecessárias no trabalho de parto e parto normal - muitas delas consideradas pelo MS como violências obstétricas - os profissionais não referiram uso de enema; quanto à tricotomia, alguns ainda utilizavam esse método; a ocitocina apareceu como uso rotineiro pela instituição e a posição litotômica⁹ predominou em todos os partos normais que realizavam. Por sua vez, a episiotomia é realizada por metade dos profissionais da amostra, o fornecimento de alimentos e líquidos para a parturiente durante o trabalho de parto era oferecido por menos da metade dos profissionais e a amniotomia¹⁰, era considerado procedimento padrão dentro do CO (Silva *et al.*, 2013).

A busca por periódicos que apresentassem estudos de assistência de forma humanizada à gestante, abrangendo todas as diretrizes preconizadas pelo MS, em instituições vinculadas ao SUS ainda é precária, tornando difícil confrontar com os estudos já citados anteriormente. No estado de Santa Catarina, em um hospital filantrópico mantido com recursos do SUS e outros convênios que atende gestantes de

⁹A posição de litotomia é usada em procedimentos que requerem abrangência da área perineal do paciente, comumente usada em cirurgias ginecológicas, obstétricas ou proctológicas. Essa postura, considerada não natural, tem grande potencial de traumas ao paciente (SILVEIRA, 2008).

¹⁰A amniotomia caracteriza-se pela ruptura artificial ou mecânica das membranas ovulares que protegem o bebê, inserindo um instrumento estéril na cérvix da gestante por meio do toque vaginal (MARQUES *et al.*, 2005).

alto risco e possui um centro obstétrico de referência regional, a estrutura física preenche todos os requisitos para o atendimento da mulher em trabalho de parto, deixando apenas a desejar o espaço físico de descanso dos profissionais que prestam assistência (Reis; Patrício, 2005).

Reis e Patrício (2005) ainda ponderam que a instituição objetivava o enfoque humanístico, onde implementaram cinco programas, sendo eles: Programa Mãe Canguru que estimula o contato pele a pele do recém-nascido com a mãe por tempo determinado no alojamento conjunto, visto que os mesmos ficam no setor intermediário à Unidade de Terapia Intensiva (UTI); Programa ABC do acompanhante, entretanto ainda sem aplicabilidade no CO; Programa Encantando o Cliente, avaliados pelos funcionários como relevante; Programa Humanização da Assistência Hospitalar que estava sendo transmitido a todos os setores do hospital; Programa Vida Nova que visa melhorar a qualidade de vida dos funcionários da entidade. Entretanto não se observa ao decorrer do estudo, a implementação de programas enfocados da humanização da assistência à parturiente.

Apesar de todos os impasses encontrados frente à humanização do parto e nascimento, as enfermeiras da Maternidade Leila Diniz (MLD) lutaram pela implementação de modelo assistencial com práticas obstétricas de enfoque nos direitos e vontades da parturiente. Elas possuem título de especialista em enfermagem obstétrica, onde puderam implantar o Projeto de Assistência ao Parto e Nascimento por Enfermeiros Obstetras (PAPNEO), uma assistência na perspectiva de modelo humanizado devido ao poder científico adquirido ao longo da titulação (Mouta e Progianti, 2009).

Os objetivos desse modelo assistencial constituíam-se em: resgatar a prática do parto em posição vertical, reconhecer a autonomia da gestante na condução do trabalho de parto e parto; sensibilizar e capacitar profissionais de saúde a fim de mostrar a importância do parto e do nascimento como eventos naturais; incentivar e promover a prática do aleitamento materno (Mouta; Progianti, 2009).

O autor ainda pontua que, a partir da criação do projeto, as enfermeiras da MLD tornaram-se respaldadas pelos gestores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro e pela direção da maternidade para divulgar em âmbito nacional e internacional as propostas adotadas na assistência. Resultando em fortalecimento de bases científicas de modelo humanizado e desmistificando o modelo tecnocrático usualmente inserido. Isso porque também associaram os conhecimentos humanizado ao grupo de gestantes durante o Pré-Natal, fornecendo informações sobre o parto normal, posições adequadas no período expulsivo e o incentivo ao aleitamento materno precoce e todos os benefícios que essas atitudes trariam às parturientes

(Mouta e Progianti, 2009).

Corroborando com o estudo na MLD, Wrobel e Ribeiro (2006) realizaram uma pesquisa em uma maternidade municipal da cidade de Londrina/PR onde todas as gestantes entrevistadas eram usuárias do SUS e em 2002 foi implantado o processo de humanização no parto na instituição. No que tange o direito ao acompanhante, todas as parturientes entrevistadas referiam a presença de uma pessoa de confiança, sem nenhum impedimento. A maioria delas tiveram direito à informações e explicações de procedimentos realizados por parte da equipe assistencialista, fato esse que promove uma maior confiabilidade, satisfação, autoestima e alcance na excelência do cuidado prestado. As intervenções de relaxamento e alívio da dor foram praticadas por 70% (setenta) das gestantes, e das vinte gestantes assistidas durante o trabalho de parto e nascimento, treze evoluíram para parto normal; seis para cesáreo e um em parto com auxílio do fórceps. Isso demonstra que o atendimento humanizado no parto e nascimento engloba aspectos psicológicos, fisiológicos, sociais, espirituais e emocionais objetivando um resgate ao afeto e empatia como princípios de trabalho, valorizando a conexão com as gestantes para uma melhora na obtenção de resultados significativos para a mãe e o bebê (Santos, 2015).

O suporte emocional e a atenção à saúde da mulher com o mínimo de intervenções são medidas preconizadas pela OMS, acarreta em impacto significativo na dor do parto com a diminuição da analgesia, durabilidade menor de trabalho de parto e queda nos índices de cesárea (Wrobel e Ribeiro, 2006). Enfoca-se também na relação entre profissionais e mulheres, o respeito pelo processo natural que é o parto, levando em consideração os valores culturais, emocionais, sociais e psicológicos da gestante e de seus familiares, bem como o direito de assistência adequada, escolha de local de parto, informações inerentes durante os nove meses de gestação, postergando direitos e informações para o momento do trabalho de parto, conscientizando-os também sobre riscos conforme escolhas, o direito de acompanhante familiar e/ou doulas¹¹ durante este processo (Santos, 2015).

Conforme estudos que foram realizados em diferentes países e continentes, as experiências do parto, a falta de empatia e a desumanização, relacionadas ao desrespeito do momento vivido pela mulher e sua dor, até violência institucional e negligência de assistência, resultam em danos psicológicos às parturientes. Esses resultam em medo e desconfiança entre profissionais e pacientes, desestruturando todo o cultivo de boas práticas na prestação do cuidado (Santos, 2015).

¹¹Doula é uma palavra de origem grega que significa "mulher que serve a outra mulher". Atualmente, refere-se às mulheres que dão suporte físico e emocional às parturientes durante e após o parto. Esse suporte aborda aspectos emocionais como encorajar, tranquilizar e estimular; medidas de conforto e prestar orientações (SANTOS, NUNES, 2009).

No mesmo sentido, em relatório elaborado pela Escola de Saúde Pública da Universidade de Harvard em 2010, evidenciou-se desrespeito e abuso no parto os quais violam direitos humanos e princípios éticos, elencados como: abuso físico e verbal, intervenções sem consentimento, falha na confidencialidade no cuidado e discriminações baseadas em fatores etnicorraciais e socioeconômicos. Ainda, o estudo revela que as atitudes discriminatórias – sociais ou étnicas – e desumanas quando da assistência ao parto como também, a estigmatização da gravidez ocorrida durante a adolescência e a ilegitimidade da reprodução e sexualidade de mulheres classificadas como subalternas, resultam em uma “naturalização do sofrimento” (Santos, 2015).

Contudo, Castro (2003) relata em seu estudo - através do Dossiê do Parto da Rede de Saúde - que “a definição do que é parto normal não é universal nem facilmente padronizável, porém, a assistência deve ser centrada nas necessidades da parturiente, em vez de organizada segundo as necessidades das instituições e dos profissionais.” Ressalta ainda, que o termo humanizar e suas várias vertentes foram adotados pelo movimento feminista como um conceito de reconhecimento de direitos fundamentais de mães e crianças, pautadas em evidências científicas.

1.3. Parto Humanizado e Empoderamento Feminino

Quando o termo empoderamento é discorrido ao longo do texto, é de suma importância resgatar seu contexto histórico, para poder solidificar o posicionamento do presente estudo e corroborar com o parto humanizado, ambos em alta na sociedade atual. A palavra empoderamento originou-se da língua inglesa empowerment, foi ampliado também para o espanhol empoderamiento e, posteriormente, alocado na língua portuguesa. Por ser um termo empregado no cotidiano da sociedade atual, tem-se a impressão de um termo “gourmetizado”¹², considerado um assunto em ascensão. Todavia, a palavra tem origem antiga, aparecendo no Dicionário Caldas Aulete em 1958 como um sinônimo de “apoderar-se, apossar-se de algo”. Seu prefixo traz significado para a palavra ação e atualmente o termo é empregado na modificação de um sujeito, transformando-o em agente ativo, variando de acordo com o contexto e situação que são empregados (Mageste, Melo e Ckagnazaroff, 2008).

Sardenberg (2009) traz em sua transcrição que o termo empoderamento refere-se a uma gama de atividades que vão de uma afirmação individual até o enfrentamento, protesto e mobilização coletiva, que interpelam contra relações de

¹²A palavra “gourmetizado” foi associada pela autora com o termo empoderamento devido ao fato desta palavra ser usada corriqueiramente na sociedade para dar um toque de requinte ou “pompa” a algo que é antigo ou considerado normal em algumas culturas. Como citado no texto, a origem da palavra empoderamento foi encontrada em um dicionário há mais de cinco décadas, mas sua notoriedade ocorreu somente nos dias de hoje e é encarada como uma contemporaneidade, um modismo cultural.

poder da sociedade. Englobam-se nesse quesito os indivíduos ou grupos onde seu acesso a recursos estejam designados por classe, gênero, raça e etnia. O empoderamento surge quando eles identificam o sistema opressor em que habitam e atuam em prol de mudanças no poder existente, tornando-se assim, um processo de modificação na natureza e no poder vigente que marginalizam principalmente mulheres e minorias sociais.

Entendendo que o empoderamento está interligado com sua ação e resultado, o termo entre a classe das mulheres objetiva reformular um processo de questionamento de ideologia patriarcal, modificar instituições que reproduzem a discriminação de gênero e desigualdades sociais, propiciar condições para que mulheres de baixo nível socioeconômico tenham acesso igualitário a recursos materiais e informativos. Contudo, o empoderamento está interligado em dimensões, igualmente relevantes, mas insustentáveis se analisados individualmente, não favorecendo a mulher atuar em seu benefício. Abrangem estas dimensões a cognitiva que permeia a visão crítica da realidade; a psicológica que envolve o sentimento de autoestima; e a política que torna o indivíduo capaz de conscientizar-se sobre desigualdades sociais e a capacidade de organizar-se em grupo (Sardenberg, 2009).

As questões de gênero vêm aprofundando-se nas ciências sociais desde o século vinte e o movimento feminista criou condições para que elas fossem analisadas com novas perspectivas. Mageste, Melo e Ckagnazaroff (2008) relatam que a argumentação envolta do empoderamento de mulheres deu-se através de debates importantes promovidos pelo grupo libertário feminista ao redor do mundo, onde identificaram que estratégias e intervenções de base não progrediram a ponto de melhorar as condições das mulheres. Atribuíram os percalços ao enfoque de bem-estar e pobreza, e não obtiveram resolutividade em setores de opressão e exploração do gênero feminino.

No ano de 1987, realizou-se o Encontro Feminista Latino-americano no México, e, a partir dele, deu-se devido reconhecimento a outros modelos de poder, podendo discorrer sobre “empoderamento das mulheres”. No Brasil, alguns estudos do movimento estão focados em lutas exclusivas que envolvem delegacias, conselhos e legalização de aborto que distinguem esse processo como um plano de ações conjuntas, visando empoderar organizações bem como aumentar a notoriedade do movimento feminista (Sardenberg, 2009).

Ao compreender a relevância que a palavra empoderamento traz junto de si e ao associa-la com o parto humanizado, salientado à gestante que ela possui esse direito, tem-se o empoderamento da mesma. Sua autonomia é expressa na competência humana de agir em relação a si próprio, sendo uma precondição para

sua saúde e cidadania. Sem isso estas políticas públicas de saúde tornam-se sem propósito. A identidade de uma mulher empoderada envolve reconhecimento de responsabilidades reprodutiva e contraceptiva, ao direito ao aborto seguro e lícito, acesso a informação, controle de fecundidade, liberdade sexual e reprodutiva sem discriminação e violência física ou verbal da sociedade (Pereira e Bento, 2011).

Tal raciocínio acerca do termo bem como as análises desenvolvidas até o momento neste estudo, nos permitem perceber que os partos realizados no SUS não têm promovido a humanização e empoderamento feminino. Alguns direitos durante a parturição são concedidos às gestantes, mas na medida em que é exercido, outros são desconsiderados, violando o corpo e a autonomia da mulher.

Vindo confrontar os resultados não favoráveis do presente estudo, Pereira e Bento (2011) mostram em sua pesquisa uma Casa de Parto, na cidade do Rio de Janeiro que vêm oferecendo, desde o ano de 2004, assistência humanizada às gestantes de baixo risco, incluindo cuidados desde o pré-natal, parto, pós-parto e ao neonato, bem como intercorrências clínicas e obstétricas. Nesta instituição são realizados grupos educativos que compreendem orientações, oficinas, dinâmicas, entre outros. Tudo o que fora citado envolve aspectos gestacionais, como o trabalho de parto, amamentação, vínculos, direitos das gestantes, gênero e sexualidade, cuidados de enfermagem, com o recém-nascido e no puerpério imediato. As práticas realizadas neste estabelecimento foram relatadas abaixo:

[...] Desde o acolhimento, as palestras, eles (enfermeiros) te ensinam tudo, como amamentar, como cuidar do bebê, sobre o trabalho de parto. Tudo eles ensinam. Tudo é conversado. Eles explicam os procedimentos da Casa (Puérpera E.1). As enfermeiras me examinavam e me esclareciam dizendo que estava tudo transcorrendo normalmente (Puérpera E.11). [...] Os enfermeiros que assistiram meu parto foram muitos competentes. Foram companheiros nessa hora que as mulheres precisam ser tratadas com respeito e carinho. O meu filho ainda estava com o cordão umbilical no pescoço (Puérpera E.15). [...] Ele (enfermeiro) aconselhou que eu não fosse para a banheira. Então, eu fui para o chuveiro e me ajudou bastante a relaxar. Fiquei sentada no banquinho, molhando minha barriga. Ajudou bastante. Eu me senti melhor (Puérpera E.10). Em termos de atendimento, sempre fui muito bem atendida. O pessoal é simpático. Em termos técnicos, eu não tenho nada a reclamar. Nós fizemos alguns exercícios para relaxamento para facilitar o parto. Ajudou muito (Puérpera E.11). [...] Tudo o que eu tive vontade na hora, de abaixar, levantar, massagem, escolher as pessoas que iam ficar comigo, quem ia cortar o cordão, tudo foi eu que escolhi. Nada influenciado por eles. Eu mesmo escrevi num papel (plano de parto), passei para elas (enfermeiras) e foi tudo exatamente do jeito que eu escolhi. A filmagem, foto, música, tudo do jeito que eu pedi (Puérpera E.6). As enfermeiras dão a opção para a gente escolher a posição do parto. Se a gente quer na banheira, de cócoras. É livre arbítrio. Aqui é tudo. Eles perguntam, a gente dialoga, conversa (Puérpera E.13) [...] (Pereira e Bento, 2011).

O trabalho de parto envolve uma gama de fatores, entre físicos, psicológicos, ambiental e assistencial. Dito isso, não se pode descartar as possibilidades de imprevistos pois, mesmo que haja toda uma preparação por parte das parturientes, isso não se reflete como uma autonomia não exercida por ela. A dinâmica do parto pode remodelar as preferências iniciais da gestante fomentando novas escolhas instintivamente induzidas pelo corpo no momento de parir, como explanado nos depoimentos abaixo:

Na hora de fazer o plano de parto eu queria ficar na banheira. Mas, na hora do parto não deu tempo de escolher. Foi de lado, lateralizado (Puerpera E.3). O parto foi lateralizado. Eu tinha planejado de cócoras. Mas, nada é como a gente planeja. Eu não consegui. Tentei ficar de cócoras porque é mais rápido. Mas, não consegui. Era muito dor e eu fiquei aqui mesmo (cama da suíte de parto). Achei muito melhor. Lateralizada a dor diminuiu bastante durante a contração (Puerpera E.10) (Pereira e Bento, 2011).

Na cidade de Curitiba, no Paraná, existe a Maternidade Bairro Novo, fundada em março de 2013, que atende gestantes de baixo risco e presta serviços exclusivamente pelo SUS, e prioriza as moradoras da região sul da cidade e realiza, em média, 200 partos por mês. A maternidade adotou as diretrizes do Ministério da Saúde, anteriormente citadas neste artigo, dando prioridade ao parto normal pela segurança como também pela recuperação mais rápida para a mulher (Feaes, s.d).

A maternidade se tornou referência em Parto Humanizado, e a diretora executiva do local, Tereza Kindra, reforça sua relevância ao afirmar que: “Procuramos oferecer o atendimento integral à mulher gestante e ao bebê, desde o momento em que ela vem conhecer a Maternidade até a alta”. O primeiro contato da parturiente com a maternidade ocorre ainda na gestação, com a equipe de enfermagem realizando orientações sobre a fisiologia da gravidez e desenvolver do parto. O lugar conta com uma oficina intitulada Aconchego, conduzida por uma psicóloga, onde a mulher pode interagir em grupo e externar suas percepções e expectativas sobre gravidez, nascimento e mitos em torno de todo o processo. A maternidade ainda propicia o alojamento conjunto e as mulheres podem conhecer as técnicas humanizadas oferecidas, como também podem presenciar um banho de recém-nascido em balde (ofurô) (Paraná, 2016).

A psicóloga Itala Duarte ressalta ainda que ‘a importância deste momento é a formação do vínculo com a instituição e seus profissionais. Além de ser um espaço que proporciona escuta e compreensão de suas expectativas e experiências contribuindo com o processo de empoderamento da gestante’ (Paraná, 2016).

Ainda se tratando de atendimento humanizado no trabalho de parto, em Belo Horizonte – Minas Gerais, existe o Hospital Sofia Feldman, considerado referência

nesse assunto e reconhecido em todo país pela sua assistência à mulher e a criança. E o mais importante: todo o atendimento e assistência é realizado pelo sistema público de saúde, nosso SUS.

Na maternidade do Sofia Feldman, toda a equipe multidisciplinar proporciona atendimento humanizado, a fim de estreitar laços entre mãe, filho e família promovendo ações de restaurar a imagem do parto natural de um modo seguro, prazeroso e benéfico no momento de parir; conscientizam as mulheres sobre seus direitos como forma de empoderamento; envolvem o pai da criança no processo de nascimento; respeitam à escolha do acompanhante pela mulher durante o trabalho de parto; possuem assistência de enfermeira(o) obstetra e todo o suporte de doulas; incentivam o aleitamento materno; possuem alojamento conjunto para a mãe e recém-nascido e uma rede de proteção social ao recém-nascido (Hospital Sofia Feldman).

No transcorrer deste trabalho, pode-se notar que em alguns estabelecimentos hospitalares as preconizações do MS não são cumpridas em sua totalidade ou em nenhuma parcela, seja por falta de preparo da equipe que presta assistência, por normativas específicas de cada unidade, como também pelos profissionais de saúde que beneficiam-se com a falta de empoderamento e conhecimento de direitos por parte da gestante, realizando intervenções desnecessárias e transparecendo à parturiente e sua família que os procedimentos fazem parte de uma atividade normativa da instituição, correlacionado com a visão patriarcal, onde o médico é o responsável pelas escolhas de condução do parto, infringindo o direito de escolha da mulher.

Contudo, é reconfortante tomar conhecimento que a Casa de Parto no Rio de Janeiro, a Maternidade Bairro Novo em Curitiba e o Hospital Sofia Feldman em Belo Horizonte ofereçam atendimento realmente humanizado no parto e promovam o empoderamento dessas mulheres pelo SUS, acolhendo todas as condições socioeconômicas, etnias, raças e níveis de instrução. Mesmo sabendo que a oferta destes serviços seja surpreendentemente menor do que o número de nascimentos por ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promoção de um parto mais humano e que respeita as vontades de uma gestante no mundo contemporâneo é, reconhecidamente, um desafio e tanto. Todavia, isso não sentencia obrigatoriamente um resgate histórico de como nossas avós e mães pariram. Pelo contrário, a promoção de uma assistência digna e respeitosa à mulher deve buscar contribuir para que o ambiente hospitalar esteja o mais próximo possível do aconchego familiar, respeitando sua escolha de acompanhantes durante o

decorrer trabalho de parto e como tudo deve acontecer, desde de uma posição mais confortável parar parir, como quais intervenções farmacológicas e/ou tecnológicas devem ser exercidas e quais benefícios essas condutas trazem para ela e seu bebê.

Proporcionar segurança e conforto à gestante e seu recém-nascido é promover saúde de toda uma população. O acesso à informação em todos os níveis sociais, saneamento básico igualitário ou minimamente infra estruturado, promoção de políticas públicas efetivas e o reconhecimento de direitos assegurados por lei também refletem em uma sociedade mais crítica e responsável sobre seus direitos sexuais e reprodutivos, influenciando na redução dos índices de aborto e mortes de mulheres em clínicas clandestinas desestruturadas ou em abortos caseiros malsucedidos.

Do mesmo modo como a legalização do aborto tramita juntamente com o tema discorrido neste artigo, devido ao fato de ser um procedimento com grande influência nas taxas de mortalidade materno-infantil, onde sua redução é diretamente proporcional ao aprimoramento de políticas públicas mais inclusivas e efetivas, acesso à informação e educação em saúde sexual e fornecimento de métodos contraceptivos eficazes.

O presente trabalho nos possibilitou explicar como ocorreu a evolução do contexto histórico acerca do parto humanizado realizado pelo SUS no Brasil, quais foram os movimentos libertários que fomentaram a reivindicação de mudanças sobre o papel da mulher na visão política, social e cultural. Tais fatos, ainda que em números não deletosos conforme verificamos nessa pesquisa, influenciaram uma sociedade considerada predominantemente machista e misógina a respeitar os direitos sexuais e reprodutivos do sexo feminino.

Ainda nos foi possível perceber, como trazido nos estudos de Wrobel e Ribeiro (2006) realizado com gestantes, que o conhecimento acerca dos direitos reprodutivos e humanização no parto já se verificam, uma vez que as porcentagens demonstram que algumas das boas práticas na assistência no trabalho de parto, bem como a lei do acompanhante, foram respeitadas pela instituição e que os acessos à informação sobre as condutas foram concedidos.

Outro objetivo proposto que também pôde ser compreendido e afirmado ao longo deste trabalho foi a promoção da humanização no parto e o empoderamento feminino no SUS através dos achados bibliográficos sobre as instituições Maternidade Bairro Novo de Curitiba, Sofia Feldman de Belo Horizonte e Casa de Parto no Rio de Janeiro, espaços que se tornaram referência de atendimento, adquirindo notoriedade nacional através de sua uma cobertura integral à gestante e recém-nascido, proporcionada por um parto o mais natural possível e também pela promoção do empoderamento em suas mulheres, mostrando que o protagonismo de suas escolhas

e o decorrer de cada conduta da equipe multidisciplinar dependem de sua afirmação positiva, tudo isso comprovado através dos diálogos realizados entre as entrevistadas e os estudos realizados nessas instituições.

Ademais, os trilhos percorridos pelo empoderamento e a humanização no parto, ainda que não numerosos se avaliado em toda extensão nacional, tem sido favoráveis para uma eclosão contemporânea no tema proposto e estão despertando o interesse de mulheres de todos os níveis socioeconômicos bem como profissionais da saúde que estão buscando se especializar para melhorar a assistência prestada à gestante e seu filho.

Acredito ainda que, em se tratando de empoderamento feminino e parto humanizado, é cabível empregar a uma metáfora no contexto deste artigo como desfecho final: eles são como erva daninha; começam singelos e quando menos esperamos já tomaram conta de nossa plantação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. C. F.; ALVES, A. K. S. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no Brasil e o protagonismo social das mulheres**. Fortaleza, 2013.

BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Presidência da República, Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei nº 11.108**, de 07 de abril de 2005. Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir as parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. Presidência da República, Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 569/GM**, de 1º de junho de 2000. Institui o Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial [da] União, seção 1, p.4. Brasília, Distrito Federal, 2000.

_____. Ministério da Saúde. **Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento (PHPN)**. Brasília, 2002.

_____. Ministério da Saúde. **Rede Cegonha**. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_redecegonha.php>. Acesso em: ago. 2016.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília, 2010.

BRASIL. Portal Brasil. **Bertha Lutz**, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/bertha-lutz>> Acesso em: jul. 2016.

CARNEIRO, R. G. **Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas,

Campinas, 2011.

CASTRO, J. C. **Parto humanizado na percepção dos profissionais de saúde envolvidos com a assistência ao parto.** *Dissertação (Mestrado em Enfermagem em Saúde Pública)* – Departamento de Enfermagem Materno-infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2003

CATUSO, M. C.; SOUZA, I. P.; FERRARI, S. B. **A instrumentalidade no Serviço Social: reflexões sobre a teoria e prática.** Cascavel: Assoeste, 2013.

FEAES. Fundação Estatal de Atenção Especializada em Saúde: **Maternidade Bairro Novo.** Curitiba, [s.d]. Disponível em: <<http://www.feaes.curitiba.pr.gov.br/unidades/maternidade-bairro-novo.html>> Acesso: jan. 2017.

FIDELIS, S. S. S. **Conceito de Assistência e Assistencialismo.** In: *Anais do 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil.* Unioeste – Campus de Cascavel, 2005.

FUJITA, J. A. L. M.; SHIMO, A. K. K. **Parto Humanizado: experiências do Sistema Único de Saúde.** *Rev Min Enferm.*, v. 18, n. 4, p.1006-1010, 2014.

HOSPITAL SOFIA FELDMAN. **Maternidade.** Disponível em: <<http://www.sofiafeldman.org.br/atencao-a-mulher/maternidade/>> Acesso em jan. 2017.

MAGESTE, G. S.; MELO, M. C. O. L.; CKAGNAZAROFF, I. B. **Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações.** In: *V Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad.* Belo Horizonte, 2008.

MALHEIROS, P. A. **Parto e nascimento: saberes e práticas humanizadas.** *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 329-37, 2012.

MARQUES I. R, *et al.* **Guia de Apoio à Decisão em Enfermagem Obstétrica: aplicação da técnica da Lógica Fuzzy.** *Rev Bras Enferm*, v. 58, n. 3, p. 349-54, 2005.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MERIGUI, M. A. B.; GUALDA, D. M. R. **O cuidado a saúde materna no Brasil e o resgate do ensino de obstetras para assistência ao parto.** *Rev Latino-am Enfermagem*, v. 17, n. 2, 2009.

MOURA, *et al.* **A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal.** *Rev Bras Enferm.*, Brasília, v. 60, n. 4, p. 452-5, 2007.

MOUTA, R. J. O.; PROGIANTI, J. M. **Estratégias de Luta das Enfermeiras da Maternidade Leila Diniz para Implantação de um Modelo Humanizado De Assistência Ao Parto.** *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v.18, n. 4, p. 731-40, 2009.

NAGAHAMA, E. E. I.; SANTIAGO, S. M. **Práticas de atenção ao parto e os desafios para humanização do cuidado em dois hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde em municípios da Região Sul do Brasil.** *Cad Saúde Pública.* v. 24, n. 8, p.1859-68, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Assistência ao parto normal: um guia prático.** [Internet]. Genebra; 1996. Disponível em: <<http://www.cedoc-pas.bus.br/php./level.php>> Acesso em: ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **IV Conferência mundial sobre a mulher. Plataforma de ação.** Pequim: ONU, 1995.

PARANÁ. **Maternidade Bairro Novo reforça status de referência em parto humanizado,** 2016. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/maternidade-bairro-novo-reforca-status-de-referencia-em-parto-humanizado/38661>>. Acesso: jan. 2017.

PEREIRA, A. L. F *et al.* **Autonomia no parto normal na perspectiva das mulheres atendidas na Casa de Parto.** *Rev Rene*, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 471-7, 2011.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, história e poder.** *Dossiê. Rev Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REIS, A. E.; PATRÍCIO, Z. M. **Aplicação das ações preconizadas pelo Ministério da Saúde para o parto humanizado em um hospital de Santa Catarina.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 10, p. 221-230, 2005.

SARDENBERG, C. M. B. **Conceituando Empoderamento na Perspectiva Feminista.** *In: I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO.* Universidade Federal da Bahia – NEIM, 2009.

SANTOS, S. **A busca pelo parto natural e motivações para o preparo do assoalho pélvico com o Epi-No.** *Dissertação (Mestrado em Enfermagem)* – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015

SILVA R. C, *et al.* **O discurso e a prática do parto humanizado de adolescentes.** *Texto Contexto Enferm.*, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 629-36, 2013.

SILVEIRA, C. T. **A assistência da equipe de enfermagem no posicionamento cirúrgico do paciente durante o período intra-operatório.** *Dissertação (Mestrado em Enfermagem)* – Programa de Pós Graduação em Saúde do Adulto (PROESA) da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA T. G, *et al.* **A humanização do nascimento: percepção dos profissionais de saúde que atuam na atenção ao parto.** *Rev Gaúcha Enferm.*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 479-86, 2011.

WROBEL, L. L.; RIBEIRO, S. T. M. **A prática do parto humanizado no SUS: estudo comparativo.** *Acta Sci. Health Sci.* Maringá, v. 28, n. 1, p. 17-22, 2006.

O PAPEL DA LEITURA NA FORMAÇÃO SOCIAL: Desafios e possibilidades de trabalho na educação infantil

Laís Maciel Barbosa¹

RESUMO: Ler é uma atividade que ultrapassa o sentido de apenas decodificar palavras. A leitura é, sem dúvida, uma ferramenta essencial para formação do indivíduo. Como os primeiros anos de vida do sujeito são determinantes para o seu desenvolvimento a longo prazo, introduzir essa prática é fundamental para que ela se torne um cidadão ativo, crítico e participativo, ciente do seu lugar no mundo. Os benefícios dessa atividade são inúmeros para a criança: amplia a criatividade, aumenta o vocabulário, ajuda na concentração e impulsiona o desenvolvimento cognitivo de modo geral. No entanto, trabalhar com a leitura, especialmente na Educação Infantil, pode se constituir em uma tarefa bastante desafiadora. Apesar de todos os avanços, ainda hoje existem diversos obstáculos a serem superados no processo de oferecer uma educação de qualidade e que seja realmente transformadora na vida das pessoas. Fatores como a família, a instituição escolar e até mesmo a prática do professor em sala de aula são condições determinantes para o sucesso ou fracasso da leitura. No entanto, apesar das dificuldades que envolvem essa prática, existem inúmeras possibilidades de trabalho que podem ser desenvolvidas, envolvendo todos os participantes do processo educativo e oferecendo bons resultados para o aluno. Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo descrever, a partir de uma investigação teórica, o papel da leitura na formação social do indivíduo, com enfoque na Educação Infantil, buscando analisar os desafios e possibilidades de trabalho relacionadas a esse universo tão vasto e promissor e que tem o potencial para transformar a sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura. Educação infantil. Desafios. Possibilidades.

INTRODUÇÃO

A leitura é indispensável para a formação e o desenvolvimento pleno da criança. Ler estimula o pensamento, a criatividade e a imaginação, melhora a comunicação e também a aquisição de vocabulário. Além disso, torna o indivíduo mais consciente de si mesmo e do contexto social no qual está inserido.

Atualmente, em um mundo onde os celulares são mais populares do que os livros, há que se desenvolver um gosto pela leitura desde muito cedo nas crianças, pois é justamente nessa primeira infância que as bases para a educação e o desenvolvimento são constituídas e, a partir daí, aprimoradas no decorrer da vida dos sujeitos.

A leitura é extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma (CAGLIARI, 2001, p.148).

¹Licenciada em Letras- Português/ Inglês (UNICESUMAR). E-mail: laismaciel100@gmail.com

Nesse contexto, o presente artigo propõe uma reflexão teórica acerca do papel da leitura na formação integral do indivíduo, bem como as dificuldades e possibilidades de trabalho dentro e fora das salas de aula, com enfoque na educação infantil.

Este projeto foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica, embasada no levantamento, leitura e análise de livros, artigos e estudos já produzidos sobre o tema proposto. Trabalhos de importantes autores, como FREIRE (1978), CASSIANO (2009), CAGLIARI (2001) foram analisados e serviram como fundamentação teórica para a elaboração deste artigo, bem como leis e diretrizes que materializam as políticas educacionais brasileiras.

1. A FUNÇÃO SOCIALIZADORA DA LEITURA

A leitura é, indiscutivelmente, uma ferramenta de transformação social. Através dela, abrem-se novas e infinitas possibilidades para a vida daqueles que se aventuram nesse universo tão rico e promissor.

Dado o contexto globalizado em que vivemos, cercado por inovações tecnológicas que a cada dia exigem mais das pessoas, o indivíduo precisa estar atento e capacitado a interagir de maneira efetiva no mundo em que vive, a partir de uma visão ampla e crítica da sua realidade.

Nessa perspectiva, a leitura surge como uma aliada indispensável na formação social do indivíduo, não somente na aquisição do conhecimento teórico, mas proporcionando-lhe uma experiência que vai muito além dos conteúdos didáticos do currículo escolar. Na verdade, a leitura vai muito além da simples decodificação das palavras. Segundo Freire (1978), esse ato

[...] não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente (FREIRE, 1978, p. 5).

A leitura leva o sujeito a descobrir novos mundos, ampliar o vocabulário, desenvolver a criatividade e melhorar a comunicação, além de capacitá-lo a interpretar a realidade de forma crítica e intervir plenamente em diferentes situações e contextos sociais.

2. O PAPEL DE MEDIADOR DO PROFESSOR

Cientes da relevância da leitura para a formação social do sujeito,

precisamos entender qual é o papel que o professor e a escola representam na aquisição do bom hábito de ler.

É sabido que a educação em nosso país ainda está distante daquilo que se considera ideal no que diz respeito à formação integral do aluno. Muitas instituições não possuem infraestrutura mínima adequada e os profissionais, por vezes, encontram-se despreparados para enfrentar a realidade das salas de aula. Tudo isso se soma ao fator da desvalorização da educação no país, tanto por parte do governo quanto da sociedade.

No entanto, apesar das inúmeras barreiras existentes, vemos o quanto a figura do professor é importante na iniciação dos alunos nesse rico universo da leitura, especialmente nos anos iniciais da educação infantil. Segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada em 2019 pelo Instituto Pró-Livro (IPL) e publicada em 2020, 34% das pessoas que gostam de ler revelaram que esse gosto foi influenciado por alguém. Deste percentual, a maioria diz ter sido inspirada por algum professor ou professora, e logo em seguida aparece também a mãe ou responsável do sexo feminino.

A família, como se vê, também tem relevante papel no desenvolvimento da leitura, uma vez que é geralmente no seio familiar que esse contato é feito, antes mesmo da criança entrar em uma instituição de ensino formal. No entanto, quando esse contato falha, cabe ao professor despertar no aluno o prazer pela leitura desde os seus primeiros anos na escola.

3. A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Durante muito tempo a educação infantil esteve associada à ideia de assistencialismo no Brasil. Os avanços e conquistas dessa etapa da educação só tiveram início a partir da Constituição Federal de 1988, quando a creche e a pré-escola, que outrora faziam papel de assistência social e amparo às crianças carentes, passaram a fazer parte do sistema educacional brasileiro. O art. 208 da CF estabelece que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 5 anos de idade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) surge em 1996 para fortalecer ainda mais a educação infantil, estabelecendo-a como dever dos municípios e elevando-a ao nível de primeira etapa da Educação Básica, sendo, portanto, gratuita e obrigatória a partir dos 4 anos de idade.

Todos esses avanços conquistados por meio de muitos estudos e discussões revelam a importância da educação infantil para a formação e o

desenvolvimento da criança.

Como primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada (BRASIL, 2017, p. 36).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento que define o conjunto de aprendizagens essenciais para a Educação Básica, veio, também, para nortear o trabalho dos educadores na educação infantil, estabelecendo os conhecimentos fundamentais que a criança precisa desenvolver nessa etapa do ensino.

A BNCC para a educação infantil está estruturada em cinco campos de experiência, os quais contemplam os saberes basilares que devem ser propiciados à criança. Entre eles está o eixo: escuta, fala, pensamento e imaginação, que trata, especificamente, da leitura.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua. (BRASIL, 2017, p. 42).

A análise desses documentos oficiais revela a importância da educação infantil para o desenvolvimento pleno da criança. Ela engloba toda a primeira infância, período que vai desde a gestação até os 6 anos de idade, por isso é tão importante que haja estímulos positivos nessa fase da vida do indivíduo que ajudarão a construir as bases do conhecimento para a vida toda.

Nesse contexto, a leitura entra como uma ferramenta valiosa, pois leva a

criança a desenvolver a imaginação, a criatividade, as emoções, o relacionamento interpessoal e a linguagem, além de torná-la mais consciente do mundo e de si mesma. Villard (1999, p. 11) defende que “há que se desenvolver o gosto pela leitura, a fim de que possamos formar um leitor para toda vida”.

4. PRINCIPAIS DESAFIOS NO TRABALHO COM A LEITURA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Uma das principais dificuldades, senão a maior delas, em relação ao desenvolvimento da leitura no contexto da educação infantil está relacionada ao ambiente familiar. Como já foi discutido anteriormente, os anos iniciais da vida da criança são decisivos para seu desenvolvimento posterior e, preferencialmente, esse primeiro contato com a leitura deveria ser feito dentro de casa, mesmo antes que o bebê aprenda a falar as primeiras palavras.

Sendo o primeiro grupo social do qual a criança faz parte, é indispensável o suporte da família para o bom desenvolvimento da leitura. Quando se inicia a vida

escolar do indivíduo, é imprescindível o apoio dos pais e responsáveis, acompanhando e reforçando dentro de casa as atividades que estão sendo desenvolvidas na escola. No entanto, o que se vê na maioria das vezes é a negligência por parte da família, que delega a função de educar e ensinar somente aos professores e à instituição escolar.

Um dos fatores que marca essa relação é, então, o distanciamento existente entre escola e família, acentuado por perspectivas e sentidos diferentes que ambas se atribuem mutuamente. Para os docentes e os gestores, a função primordial da escola – ensinar, propiciar condições para que os alunos se desenvolvam como ser humano – é desse modo transformada e reduzida para as funções de caráter assistencial e de cuidado das crianças. (SALLES; SILVA, 2011, p. 74).

Outra barreira que foi percebida são os métodos aplicados dentro das instituições escolares que, muitas das vezes, se baseiam no ensino tradicional que não proporciona uma formação integral e condizente com a realidade do aluno.

Ainda que novas metodologias sejam frequentemente revistas e aprimoradas, as técnicas tradicionais ainda são empregadas na maioria das escolas públicas do país. Apesar de ser um dos modelos mais antigos de ensino, esse método apresenta vários pontos negativos, uma vez que o aluno representa um papel de mero receptor dos conteúdos que o professor tem para transmitir. O ensino

geralmente é baseado na memorização das informações, e não na aprendizagem contextualizada, tornando-se, assim, superficial e sem sentido para a criança.

Além disso, o aluno é desconsiderado na sua individualidade, pois impera a padronização dos conteúdos e das avaliações. Muitos se sentem frustrados por não conseguirem se adaptar a esses padrões e acabam desistindo da aprendizagem, deixando, assim, de desenvolverem suas potencialidades de forma plena.

No que tange à leitura, essa técnica compreende que ler é decodificar os sinais gráficos e coloca o leitor como receptor da mensagem que o autor do texto quis transmitir, desconsiderando totalmente a visão do aluno e afastando-o da sua realidade. Assim, o estudante se torna um mero espectador dentro do processo de ensino/aprendizagem, não desenvolvendo plenamente um olhar crítico a respeito do contexto social no qual ele está inserido. Segundo Oliveira e Queiroz (2009, p. 2),

[...]o ensino de leitura deve ir além do ato monótono que é aplicado em muitas escolas, de forma mecânica e muitas vezes descontextualizado, mas um processo que deve contribuir para a formação de pessoas críticas e conscientes, capazes de interpretar a realidade, bem como participar ativamente da sociedade.

Ainda em relação aos métodos de ensino, podemos citar a formação deficiente dos professores como uma dificuldade a ser enfrentada no trabalho com a leitura dentro das salas de aula. O que se vê, muitas vezes, é que essa formação não é compreendida integralmente no que diz respeito à associação entre teoria e prática. Os currículos tradicionais não dão conta dessa demanda, uma vez que é necessário aliar os conhecimentos didáticos com situações reais de ensino, possibilitando ao futuro docente estabelecer uma conexão sólida com o contexto em que ele irá atuar.

Todos esses fatores interferem diretamente no trabalho com a leitura dentro das salas de aula trazendo prejuízos, muitas vezes, irreversíveis ao educando. Os desafios são inúmeros e pais, alunos, professores e escolas precisam unir forças para superá-los. Entretanto, existem também muitas possibilidades para que este trabalho seja desenvolvido de maneira efetiva e alcance o sucesso esperado.

5. POSSIBILIDADES DE TRABALHO COM A LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalhar no desenvolvimento do hábito da leitura não é tarefa simples e sua importância é, muitas vezes, desconsiderada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional. Faz-se necessário entender que essa atividade deve ser compreendida como uma prática plural que integra alunos, famílias e escola.

Quando se fala em possibilidades no trabalho com a leitura na educação infantil, compreende-se que o primeiro passo para o êxito é envolver a família nesse processo. Como já foi discutido anteriormente, a criança precisa de incentivo desde muito cedo para que ele desenvolva bons hábitos de leitura.

As primeiras histórias que a criança escuta vem de casa. Os pais, avós e também as babás que iniciam o primeiro contato com a criança contam historinhas para ninar, cantam músicas e cantigas infantis. Tudo isso é importante para a criança desenvolver o seu lado afetivo e sentimental (BATISTA, 2013, p. 1).

De acordo com Cassiano (2009, p. 8) “o estímulo à leitura deve ser iniciado com o hábito de ler em família, fazendo da leitura algo cotidiano, pois esse é um processo que a torna algo simples e natural”. Dessa maneira, deve-se incentivar os pais a ler para os filhos, contar histórias e participar das atividades escolares, apoiando e auxiliando o professor e a instituição escolar no desenvolvimento de projetos.

O professor também é parte fundamental no processo de ensino/aprendizagem da leitura, sendo coautor e estando diretamente ligado ao sucesso ou fracasso da sua atividade docente. Como foi visto anteriormente, apenas as técnicas tradicionais de ensino são insuficientes para que esse aprendizado ocorra de forma significativa para os alunos.

Um recurso que tem se tornado popular pelos resultados satisfatórios que apresenta é o emprego das metodologias ativas no ensino. Essas metodologias têm por objetivo colocar o aluno como protagonista do processo de aprendizagem e o professor como mediador. Assim, através de problemas reais e situações contextualizadas com a realidade, o estudante tem autonomia para buscar soluções, tornando-se mais interessado, colaborativo, dinâmico, criativo e crítico no decorrer do percurso.

No entanto, para que isso ocorra de maneira efetiva é preciso que o professor faça um bom planejamento das suas aulas e adeque as atividades de acordo com a faixa etária das crianças. A respeito do planejamento das aulas, Carvalho e Mendonça (2006) esclarecem que

O planejamento é o instrumento, por excelência, capaz de assegurar o diagnóstico das capacidades e dos conhecimentos prévios dos alunos, das metas e meios para a sistematização de aprendizagens e práticas de ensino, dos instrumentos de avaliação do processo e da elaboração de novas estratégias para a solução de problemas detectados. Exige não só esforço docente individual, como também trabalho coletivo e compartilhado. Assim, o

planejamento estabelece princípios de reciprocidade de cada profissional com seus pares, possibilitando a consolidação da autonomia dos professores e a progressiva reconstrução do projeto pedagógico da própria escola. (CARVALHO; MENDONÇA, 2006, p. 32).

Em relação à faixa etária, a BNCC apresenta uma descrição mais detalhada dos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para a educação organizada em três grupos:

- Bebês (zero a 1 ano e 6 meses);
- Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses); e
- Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Figura 1: Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO”

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EF01) Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	(EI02EF01) Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
(EI01EF02) Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.	(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.	(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.
(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).	(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).	(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.
(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor.	(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.	(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.
(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.	(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.	(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.

Figura 2: Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento (continuação)

CAMPO DE EXPERIÊNCIAS “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO” (Continuação)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO		
Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)	Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)
(EI01EF06) Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.	(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.	(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.
(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).	(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.	(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.
(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).	(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).	(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).
(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.	(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.	(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular

Como é possível observar, cada grupo tem objetivos distintos e dentro deles encontramos inúmeras possibilidades para o trabalho com a leitura. Para os bebês, por exemplo, podemos contar histórias mais simples, mostrar livros com figuras grandes e com traços descomplicados. Além disso, eles podem e devem ser colocados para manusear os livros para que comecem a ter familiaridade com esse universo. De acordo com Ortiz (2012),

Entendemos que os livros mais mordidos são os preferidos dos bebês, os que foram mais escolhidos. Acreditamos que no ambiente educacional, na interação com o adulto leitor, a criança vai aprender aos poucos a manusear esse livro de forma a não o rasgar, mas nesse primeiro momento o que importa é a experiência de tornar-se leitor e sabemos que ainda pequena, no período sensório, a criança lê com os olhos, ouvidos, mãos e boca, enfim, lê com todos os seus sentidos (ORTIZ, 2012, p. 169).

Para as crianças um pouco maiores pode-se ir aumentando gradativamente a complexidade das histórias contadas, utilizar fantoches, músicas, máscaras representando personagens, além de incentivar a criança a participar e contar suas próprias histórias. O fato é que o universo da leitura é vastíssimo.

Quando o professor lê a criança escuta e acompanha as reações que serão transmitidas, mediante a emoção, a alegria, o medo, etc, então, nesse momento, a criança será muitas vezes, além de ouvinte, um coautor. Na arte de interpretar e no caso da criança que já lê, ela será o leitor ou intérprete. (POSSARI, 2009, p.56).

Cabe ao professor e à escola selecionar bons materiais e recursos para serem utilizados dentro e fora das salas de aula, motivar os alunos no processo de ensino/aprendizagem através da diversão e das brincadeiras, uma vez que estamos tratando da educação infantil.

Com tudo isso, entendemos que, quando feita com planejamento e de maneira contextualizada à realidade do aluno, a leitura tem inúmeras possibilidades que superam em muito os desafios, visto que os resultados que ela promove na vida do indivíduo tem caráter transformador. Desenvolver o hábito de ler nas crianças é, na verdade, um investimento para o futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o que foi discutido no desenvolvimento do texto é possível observar que os desafios no trabalho com a leitura, especialmente na etapa da educação infantil, são inúmeros. Fatores que vão desde a família até a instituição de ensino, perpassando pelos métodos tradicionais e a falta de motivação dos alunos e da sociedade de modo geral com relação à leitura são barreiras que, muitas vezes, parecem difíceis de serem rompidas. No entanto, as possibilidades superam os desafios e oferecem meios para que este trabalho seja desenvolvido de maneira plena e traga os resultados almejados pelo docente. Investir na leitura em sala de aula é, sem dúvida, contribuir para formar indivíduos críticos e atuantes, capazes de promover transformação na sociedade.

Ao final das reflexões teóricas acerca do papel da leitura na formação social

do indivíduo e dos desafios e possibilidades que envolvem esse trabalho no âmbito da educação infantil, entendemos que esse tema é muito amplo e que ainda há muito que se avançar no que diz respeito à oferta de um ensino realmente significativo e que impacte positivamente na vida dos alunos. Não há dúvidas sobre o quanto a leitura pode beneficiar a vida das crianças. De acordo com Possari (2009)

A literatura contribui para a formação da criança em todos os aspectos: desde a formação de sua personalidade, o desenvolvimento estético e a capacidade crítica, garantindo-lhe a reflexão sobre seus próprios valores e crenças, e os da sociedade. (POSSARI, 2009, p. 56).

Como foi visto os desafios existem e superá-los exige dedicação de todos aqueles que estão envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, a cada dia novos estudos e estratégias vão sendo desenvolvidas e as possibilidades de trabalho tornam-se cada vez mais promissoras. Não há dúvidas sobre o quanto é valioso investir na leitura, especialmente no início da vida das crianças. Somente assim será possível vislumbrar uma sociedade transformada, construída a partir de sujeitos críticos, que conseguem fazer uma leitura de si mesmo e do mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, I. M. **A leitura na Educação Infantil**. Disponível em: <http://www.ijui.com/artigos/44944-a-leitura-na-educacao-infantil-por-ionara-maria-batista.htm>. Acesso em: 15 jan. 2022.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 dez. 2021.
- CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística: pensamentos e ação no magistério**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 2001.
- CARVALHO M. A. F. de; MENDONÇA R. H. (orgs.) **Práticas de leitura e escrita**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.
- CASSIANO, A. A. **O prazer de ler: o incentivo da leitura na educação infantil**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. 2009, p. 48. Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da

República, Brasília, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 11 dez 2021.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1978.

OLIVEIRA, C. H.; QUEIROZ, C. M. de. **Leitura em sala de aula**: A formação de leitores proficientes. RN, 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com>. Acesso em 12 jan. 2022.

ORTIZ, C. **Interações: ser professor de bebês**: cuidar, educar e brincar: uma única ação. São Paulo: Blucher, 2012.

POSSARI, L. H. V. **Múltiplas linguagens**: pensamento e linguagem. Cuiabá: EdUFMT/UAB, 2009.

SALLES, L. M. F.; SILVA, J. A. de. P. **Família e escola**: interfaces da violência escolar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

Retratos da Leitura no Brasil. Instituto Pró- Livro, 2020. 5ª edição. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 15 dez. 2021.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya. 1999.

NANOTECNOLOGIA NA IMPRESSÃO 3D PARCIAL OU TOTAL DE ESTRUTURAS CARDÍACAS MAL FORMADAS OU PATOLOGICAMENTE ACOMETIDAS

Patrick Cristian Lima Orihuela¹, Leonardo Moraes Armesto², Thabata Roberto Alonso³, Caroline de Oliveira Nieblas⁴, Laís Ferreira Stahl⁵, Diego Moreira Knobloch⁶, Pedro Felipe Ferrari Silva⁷, Gustavo de Macedo Knoll⁸, Giovana Marques Fargiani⁹, Rafael Rodrigues de Carvalho¹⁰, Isabella Siciliano Montalto¹¹, Pedro Henrique Veloso de Souza¹², Maria Eduarda Meireles Conte¹³, Ana Cláudia Pereira Pinheiro¹⁴, Eduardo Gregório Chamlian¹⁵.

Introdução: A importância da impressão 3D tem crescido no campo da saúde de maneira a fazer-se presente em segmentos como pesquisa, terapêutica e cirurgia, de forma que seu uso torna-se, a cada dia, imprescindível na garantia do melhor cuidado para os pacientes. A tecnologia 3D, em imagem e/ou impressão, pode ser utilizada para a geração de modelos de planejamento pré-cirúrgico, criação de dispositivos biocompatíveis e educação básica ou continuada. Nesse sentido, a cardiologia, como especialidade, faz uso de tais recursos na interface de melhor análise de condições patológicas, implicações anatomofisiológicas, ensino sobre anatomia de precisão e topográfica, além de planejamento intervencionista com impressão para fins terapêuticos. Todavia, com a nanotecnologia, inovações para o setor da impressão 3D permitem melhorias nos processos já desenvolvidos, ao mesmo tempo em que intensifica os arcabouços inovadores visando abordagens no campo da engenharia tecidual, mecano-estrutural e biomédica, com aplicação em cardiologia. **Materiais e Métodos:** Será feito um estudo exploratório e descritivo nos moldes de uma revisão da literatura. Serão utilizadas as bases de dados BVS/LILACS, Pubmed, Science Direct, Scopus, Scielo, Web of Science e Google Acadêmico. A pesquisa será feita pelos descritores “Nanotechnology”, “Printing, Three-Dimensional”, “Heart” e “Cardiology”. Serão incluídos textos publicados dentro de 2014 a 2024, nas línguas inglês, espanhol e português. Serão excluídos artigos duplicados, inacessíveis e trabalhos que não se enquadrarem no tema da pesquisa. **Resultados e Discussão:** O capítulo visa abordar 2 tópicos principais: A evolução da nanotecnologia para a impressão 3D e a importância do uso da impressão 3D para melhor compreensão de estruturas cardíacas na saúde com finalidade terapêutica. Para tornar o material acessível aos acadêmicos de graduação, serão ajustadas imagens e tabelas que ilustram as explicações apresentadas no trabalho.

Além disso, serão incluídas abordagens que prestem clareza tanto a conceitos básicos quanto avançados, com o objetivo de promover um aprendizado gradual ao longo do capítulo e em presteza ao âmbito médico aplicado. Esse trajeto exploratório visa simplificar os meandros da temática e garantir que todos os leitores possam compreender o conteúdo, independentemente do seu conhecimento prévio sobre o assunto. Em detalhe, a impressão 3D e a nanotecnologia se tornaram fortes aliadas para o desenvolvimento de novos tratamentos e modelos voltados para a medicina personalizada. Assim, a nanomaterialidade, em face da biônica, permite o melhor detalhamento ainda que por meio de geometrias mais complexas durante a impressão 3D, forjando e usufruindo de materiais específicos que melhor influenciam e performam o meio celular a qual pode estar inserido. Ainda nisso, a introdução dos nanosensores, agrega utilidades e competências potencialmente diagnósticas e terapêuticas na medicina de precisão. **Considerações:** Por fim, a cardiologia será beneficiada à medida que avança em pesquisas e endossa a criação de tecidos artificiais miméticos por meio da melhor especificidade dos materiais envolvidos. Esse propósito culmina no desenvolvimento de estruturas vasculares complexas focadas na produção de tecidos, e sua implantação mediada pelo uso da realidade virtual para aprimorar o planejamento e treinamento cardio-cirúrgico.

PALAVRAS-CHAVE: Nanotecnologia; Impressão 3D; Coração; Cardiologia.

REFERÊNCIAS

BRUNNER, B. S; THIERIJ, A; JAKOB, A. *et al.* **3D-printed heart models for hands-on training in pediatric cardiology – the future of modern learning and teaching?** *Journal for Medical Education*, v. 39, n. 2, p. 01-21, 2022. DOI: 10.3205/zma001544

ILLMAN, C. F; HOSKING, M; HARRIS, K. C. **Utility and Access to 3-Dimensional Printing in the Context of Congenital Heart Disease: An International Physician Survey Study.** *CJC Open Journal*, v. 2, v. 4, p. 207-213, 2020. DOI: 10.1016/j.cjco.2020.01.008

LINDQUIST, E. M., GOSNELL, J. M., KHAN, S. K. *et al.* **3D printing in cardiology: A review of applications and roles for advanced cardiac imaging.** *Annals of 3D Printed Medicine*, v. 4, p. 01-07, 2021. DOI: 10.1016/j.stlm.2021.100034

LUXFORD, J. C; CHENG, T. L; MERVIS, J. *et al.* **An Opportunity to See the Heart Defect Physically: Medical Student Experiences of Technology-Enhanced Learning with 3D Printed Models of Congenital Heart Disease.** *Medical Science Educator*, v. 33, n. 5, p. 1095–1107, 2023. DOI: 10.1007/s40670-023-01840-w

SADEGHI, A. H; OOMS, J. F. W; MIEGHEM, N. M. V. *et al.* **The digital heart–lung unit: applications of exponential technology.** *European Heart Journal*, v. 2, p. 713–720, 2021. DOI: 10.1093/ehjdh/ztab069

NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Fernanda Gomes Alves¹

RESUMO: A criança com Síndrome de Down geralmente apresenta algumas dificuldades: atraso no desenvolvimento físico e mental, desenvolvimento tardio das atividades motoras, dificuldades de audição e visão, dificuldades na linguagem, déficit de memória, concentração curta e grandes dificuldades em atividades prolongadas. Esses fatores interferem na aprendizagem dessas crianças e muitos professores não sabem lidar com isso. Com o grande avanço das novas tecnologias nos dias atuais ela facilita a inclusão de crianças com Síndrome de Down nas redes regulares de ensino. É um meio inovador importante para a estimulação da criança, ou seja, é uma forma natural da criança entrar em contato com a realidade, estimular interesse e construir novos conhecimentos. Faz-se necessário identificar como as novas tecnologias auxiliam no processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down, estimulando o desenvolvimento cognitivo e motor. Levando em consideração a necessidade de uma inclusão que seja de fato inclusiva, a presente pesquisa se apresentará como um artigo de revisão, constituindo-se pesquisa bibliográfica. Com o uso das novas tecnologias como método de ensino e aprendizagem, os alunos com Síndrome de Down sentem-se mais motivados a aprender. A partir do momento em que eles se veem em iguais condições que os outros alunos, mexendo nos computadores e aprendendo da mesma forma, há uma maior motivação em estar na escola. O uso do computador ajuda a melhorar a coordenação psicomotora da criança e seu raciocínio lógico, buscando também desenvolver sua autonomia e inclusão social. Isso é algo que facilita a inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular, mas para que possa se concretizar é preciso capacitar os professores das escolas regulares para receberem esses alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Novas Tecnologias. Educação Inclusiva. Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down também é conhecida como Trissomia 21 e é uma doença de natureza genética, que caracteriza uma das causas mais comuns de déficit mental determinada pela mutação do cromossomo 21, surgindo um cromossomo a mais nas células de quem sofre dessa doença e gera um variável estágio de retardo no desenvolvimento motor, físico e mental. A causa exata da Síndrome de Down ainda é desconhecida apesar de diversos estudos realizados, mas acredita-se que está relacionado com a idade da mãe. Estima-se que no Brasil ocorra um caso de criança com Síndrome de Down a cada 700 nascimentos, ou seja, nascem aproximadamente 9300 bebês com Síndrome de Down por ano.

¹ Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, Pós-Graduação em Orientação, Supervisão e Inspeção Escolar pela Faculdade de Educação São Luís. E-mail: alvesfehh@gmail.com

A criança com Síndrome de Down geralmente apresenta algumas dificuldades: atraso no desenvolvimento físico e mental, desenvolvimento tardio das atividades motoras, dificuldades de audição e visão, dificuldades na linguagem, déficit de memória, concentração curta e grandes dificuldades em atividades prolongadas. Esses fatores interferem na aprendizagem dessas crianças e muitos professores não sabem lidar com isso.

Através da educação inclusiva as crianças com síndrome de Down ganharam espaço na rede regular de ensino de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996, no capítulo III, artigo 4º, é dever do estado garantir:

atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão de crianças com Síndrome de Down na escola regular é essencial à educação, pois há um benefício mútuo entre as crianças com Síndrome de Down e os colegas de classe, pois estes desenvolvem tolerância e respeito para com o outro e a criança com Síndrome de Down desenvolve seu lado social e emocional.

Com o grande avanço das novas tecnologias nos dias atuais ela facilita a inclusão de crianças com Síndrome de Down nas redes regulares de ensino. É um meio inovador importante para a estimulação da criança, ou seja, é uma forma natural da criança entrar em contato com a realidade, estimular o interesse e construir novos conhecimentos.

“O objetivo da informática na Educação Especial é oferecer mais uma ferramenta de trabalho para o desenvolvimento cognitivo dos alunos, seja na alfabetização ou capacitação profissional.” (BRUM; CANAL, 2004, p. 644) Significa que a informática deve ser um complemento na educação onde há o aperfeiçoamento e melhoramento da qualidade de ensino e nos níveis de aprendizagem.

As novas tecnologias auxiliam no processo de ensino aprendizagem de socialização de crianças com Síndrome de Down. No presente trabalho analisaremos como o uso do computador, enquanto ferramenta da educação inclusiva, pode auxiliar o aluno na construção do seu próprio conhecimento, na recepção e transmissão de informações.

A educação inclusiva traz uma nova forma de se olhar e trabalhar com o aluno com necessidades especiais, no mundo digital. O presente estudo tem como objetivo identificar como as novas tecnologias auxiliam no processo de aprendizagem das crianças com Síndrome de Down, estimulando o desenvolvimento cognitivo e motor.

São vários os beneficiados com a educação inclusiva na escola: a criança com Síndrome de Down que aprende com o professor e os colegas de classe, os alunos “normais” e o professor, que aprendem com a criança com Síndrome de Down, pois há uma troca de conhecimentos. Essa troca de conhecimento faz bem não só para a criança com Síndrome de Down, a família e a escola, ela faz bem para o país inteiro, todos são beneficiados.

Com isso, as novas tecnologias vêm para somar conhecimentos nessa educação inclusiva. Através do uso da internet e das TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), a educação é elevada para outro patamar e os alunos sentem-se mais envolvidos em aprender. Esse ponto para as pessoas com Síndrome de Down é importantíssimo, pois elas sentem-se entusiasmadas em aprender e se socializar.

Levando em consideração a necessidade de uma inclusão que seja de fato inclusiva, a presente pesquisa se apresentará como um artigo de revisão, constituindo-se pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica nada mais é que o reconhecimento e descobrimento de fontes exclusivas, abrangendo a leitura de artigos e a interpretação de livros. O trabalho envolverá três áreas de estudo: Educação, Novas Tecnologias na Educação e a Educação Inclusiva.

1. NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO

As novas tecnologias têm um papel importante na atualidade, pois fazem com que nos comuniquemos com qualquer pessoa e em qualquer lugar do mundo, possibilitando a aprendizagem de diversas culturas e a aproximação das idades. As escolas devem utilizar dessas tecnologias para incluir novos métodos de ensino na sala de aula, despertando o interesse do aluno, pois o computador é indispensável atualmente. Quando se tem um conhecimento sobre tal tecnologia e se faz o seu uso corretamente, não será apenas uma forma de comunicação, mas uma forma de aprendizagem, buscando um conhecimento para além da sala de aula, como dizem Castro e Martins (2011, p. 632):

O espaço escolar é necessariamente plural, e incorpora referências pessoais diversas, não se podendo fugir disso. Vimos que a tecnologia acolhe e promove tais encontros, mesmo que sejam mais superficiais, mas possibilita aproximações entre os mais velhos e os mais novos, entre culturas distantes, dando um lugar de saber e de participação para quem ainda não o tinha. Além disso, não se pode negar que existam exigências sociais em torno das tecnologias, e que, para formar cidadãos, a escola deva sim, pensar sobre a utilização desses aparatos tecnológicos, até como forma de incluir aqueles que não têm condições financeiras de tê-los em casa. Lidar com computadores é algo tão importante, nos dias de hoje, quanto ler, escrever e saber fazer contas.

Por ser algo tão importante, a tecnologia deve fazer parte do aprendizado dos alunos, porém, eles precisam de um auxílio para fazer um bom uso dessas novas tecnologias. A busca pelo conhecimento não deve se tornar uma busca alienada, as crianças não podem se sentir presas ao computador, devem fazer uso dele até o ponto em que não interfira no desenvolvimento do seu pensamento crítico. A orientação de uma pessoa mais velha é fundamental nessa faixa etária, para que eles possam filtrar todas as informações fornecidas pela rede de uma forma adequada. Isso se torna primordial para que o papel da escola se desenvolva na aprendizagem do aluno, para que não haja transferência de responsabilidades, como faz menção no trecho de Castro e Martins (2001, p. 633):

As crianças estão participando ativamente do mundo tecnológico, de uma forma ou de outra, pois este faz parte do contexto social cotidiano e atual delas. Importa saber como estão sendo subjetivadas por esta condição, que práticas sociais vão ser engendradas por este aspecto da realidade contemporânea. A tecnologia pode tanto informar quanto alienar, ou seja, tornar crianças mais sujeitos, ou mais escravos deste instrumento. É dado um mundo às crianças, mas há o perigo de um empoderamento vazio. Esse é o papel da educação, seja escolar ou não, que está nas mãos dos mais velhos: ajudar que essa criação humana possa ter um rumo positivo, guiando os mais novos na construção de uma historicidade entre o presente tecnológico e o passado, de modo que as TIC possam ser inseridas em uma perspectiva humana crítica.

Para que as crianças possam ser inseridas nessa perspectiva humana crítica, precisam de uma orientação acerca do uso das tecnologias na forma de aprendizagem, essa orientação deve ser fornecida pela escola. Afinal, o papel dos professores é incentivar o desenvolvimento do pensamento crítico do seu aluno e não moldá-lo a seu próprio modo. Através da tecnologia, o professor pode tanto instruir quanto alienar o seu aluno, e sua função enquanto educador é instruir o aluno em todos os seus processos formais e não-formais de educação, como afirma Gómez (2002, p. 68):

A escola preservará sua função como a instituição educativa principal, só na medida em que for capaz de orientar os diversos aprendizados dos seus estudantes. Aprendizados que têm lugar dentro e fora dela, sobretudo e cada vez em maior proporção, estimulados pelos novos meios e tecnologias de informação existentes, tanto dentro dos sistemas educativos, quanto por aqueles que estão fora e são os meios e tecnologias com os quais cotidianamente interagem os sujeitos sociais. Esses aprendizados, além do mais, são produtos de processos formais e não-formais de educação.

Para que a escola cumpra ativamente com o seu papel enquanto instituição

social, é preciso se integrar na realidade do mundo atual, trazendo para o seu seio as novas tecnologias como forma de aprendizagem e ensino. Assim sendo, os alunos terão a devida autonomia e capacidade necessária para exercerem sua cidadania, como Aparecida Marcianinha Pinto (2004, p.2) diz:

A escola, enquanto instituição social, é convocada a atender de modo satisfatório as exigências da modernidade. Se estamos presenciando estas inovações da tecnologia é de fundamental importância que a escola aprenda os conhecimentos referentes a elas para poder repassá-los a sua clientela; pois, é preciso que a escola propicie esses conhecimentos e habilidades necessários ao educando para que ele exerça integralmente a sua cidadania.

2. NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação especial, fornecida às pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NEE, é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394 de 1996, onde no Capítulo V – Da Educação Especial, no artigo 58 consta que: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.”

Apesar de ser um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, muitas escolas da rede regular de ensino não contam com professores e muito menos infraestrutura para poder receber esses alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Algo que veio para auxiliar nesse processo de inclusão, foram as novas tecnologias, como afirma Beck (2007, p. 177) “a Informática surge como uma alternativa de mudança metodológica, principalmente em relação à produção do conhecimento de alunos com necessidades educacionais especiais.”

Como já foi relatado, as novas tecnologias têm grande relevância na qualidade do ensino, bem como na inclusão de pessoas com necessidades especiais, pois ter conhecimento faz parte da base de todo cidadão, como dizem Heidrich e Santarosa (2003, p. 8) “a informática hoje e o uso de novas tecnologias de apoio são fundamentais como auxílio no desenvolvimento de pessoas com NEE. Já que a base da economia se desloca hoje da indústria para o conhecimento.”

Para que o desenvolvimento do aluno com Necessidades Educacionais Especiais ocorra de forma plena, com o uso das novas tecnologias, precisa-se de capacitação. Capacitação não só do aluno para desenvolver a sua autonomia, mas principalmente do professor, fazendo o papel de mediador entre o conhecimento fornecido na internet e o conhecimento adquirido pelo aluno. A falta de capacitação dos docentes faz com que muitas escolas onde há a inclusão de crianças com necessidades especiais, não haja essa inclusão no mundo da tecnologia. É o que

ensina Beck (2007, p. 182):

Na Educação Especial, o uso do computador como ferramenta para o desenvolvimento de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais tem causado importantes avanços no âmbito educacional. O papel do professor também muda nesse contexto, passando de transmissor do conhecimento e dono da verdade absoluta para mediador, que motiva e incentiva os alunos a participarem do processo educativo.

O sistema de ensino precisa passar por reformas que possam suprir as necessidades do mesmo, pois só através de uma reestruturação escolar é que será possível a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais com o uso das novas tecnologias para o auxílio da aprendizagem. Não basta ter acesso ao computador, é preciso que o docente direcione o seu aluno para obter os maiores benefícios do uso da tecnologia no ensino, dessa maneira as escolas formarão verdadeiros cidadãos independentes, como afirma Heidrich e Santarosa (2003, p. 5):

Existe a necessidade de novos modelos de educação para o próximo século, a importância do professor como mediador e conhecedor de novas tecnologias exerce um papel fundamental. Também da necessidade de se incluir portadores de necessidades especiais no ensino comum, como condição que poderá contribuir significativamente para estimulá-las a se comportarem ativamente diante dos desafios do meio. Dessa forma poderão abandonar, na medida do possível, os estereótipos, os condicionamentos, a dependência que lhe são típicos.

As tecnologias de informação e comunicação têm um importante papel no auxílio à inclusão das crianças com necessidades especiais. Porém, o professor que faz uso dessas tecnologias para estimular a aprendizagem dos seus alunos com Necessidades Educacionais Especiais deve ser seletivo e perceber a necessidade de cada um. Dito isto, podemos afirmar com Heidrich e Santarosa (2003, p. 9):

O uso de novas tecnologias serão recursos neste processo de inclusão, mas essas tecnologias deverão ser utilizadas de uma forma eficaz e com uma nova postura do professor na sua interação com seus alunos. Desta forma não haverá mais a necessidade de se discutir inclusão. Pois todos assumirão uma postura cooperativa onde a convivência com as diferenças e a tolerância serão inerentes a cada um.

3. NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Dentre as pessoas que precisam de um atendimento educacional especializado, estão as crianças com Síndrome de Down. Elas têm certa dificuldade em aprender como os outros alunos, pois levam mais tempo para assimilar as

informações fornecidas pelo professor. Um fator que dificulta a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down é que algumas delas nascem com problemas de audição e visão, como dizem Brum e Canal (2004, p. 643):

As pessoas com Síndrome de Down possuem um atraso mental, geralmente de leve a moderado, e grande parte dos portadores possuem problemas de audição e visão. Os portadores desta síndrome possuem necessidades educacionais especiais, pois apresentam limitações na capacidade de aprendizagem e em seu desenvolvimento físico, mental e social.

As novas tecnologias já estão sendo usadas como recurso de aprendizagem para pessoas com Síndrome de Down há algum tempo através de softwares educacionais. Esses softwares podem ser de caráter educativo, como podem ser de caráter comunicativo, pois as crianças com Síndrome de Down não têm apenas a necessidade de aprenderem a ler, escrever e contar, elas têm, principalmente, a necessidade de aprenderem a se socializarem. Como se pode verificar em Santarosa (1998, p. 89):

O trabalho em rede com o 'colega virtual', mediado por atividades estruturadas em ambientes de interação/cooperação que enfatizem o desenvolvimento de dimensões cognitivas e sócio-afetivas, constitui, sem sombra de dúvidas, uma das alternativas mais promissoras no âmbito do que tem sido oferecido, nas tecnologias da informação e comunicação, para os portadores de necessidades especiais.

Esse é um dos maiores benefícios que o computador pode trazer a criança com Síndrome de Down, fazê-la perder o medo de estar em sociedade, abrindo portas não só para o aumento de seu conhecimento, mas, também, para a sua efetivação enquanto cidadão. Porém, os softwares educativos são de fundamental importância no ensino e aprendizagem desses alunos com NEE, como afirmam Amaral e Gomedí (2004, p. 212):

Com a grande aplicabilidade da tecnologia computacional na área de educação, os softwares educativos representam um marco fundamental na alfabetização. Estes softwares são as novas propostas que auxiliam os professores e os alunos, no aprendizado ou no reforço das informações.

Com o uso das novas tecnologias como método de ensino e aprendizagem, os alunos com Síndrome de Down sentem-se mais motivados a aprender. A partir do momento em que eles se veem em iguais condições que os outros alunos, mexendo nos computadores e aprendendo da mesma forma, há uma maior motivação em estar na escola. Segundo Brum e Canal (2004, p. 644):

A informática pode desempenhar um papel importante também na educação especial, permitindo que as pessoas construam seus próprios conhecimentos. O uso da computação na educação especial aumentou o grau de interesse dos alunos em aprender novos conteúdos e o interesse em trabalhar em equipe, havendo uma valorização da solidariedade entre as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos novos pensamentos sociais, a ideia de inclusão é resultado de um momento histórico em transformação envolvendo os lados políticos, culturais, sociais e filosóficos. A inclusão de pessoas com deficiência em diversos pontos da sociedade tem gerado muita polêmica, principalmente no sistema educacional brasileiro, devido à grande abrangência de fatores a serem revistos para sua implantação. A educação, como componente relevante do meio público, também busca de forma sucessiva favorecer uma educação inclusiva, viabilizando a atividade com origem no fundamento jurídico da “educação para todos” e ocasionando novas condutas para a população.

De acordo com os artigos pesquisados podemos perceber que atualmente o uso das novas tecnologias é mais frequente no âmbito escolar. Percebe-se com isso que se busca facilitar o processo de aprendizagem do aluno com Síndrome de Down, pois o mesmo tem dificuldade na aprendizagem. O uso do computador ajuda a melhorar a coordenação psicomotora da criança e seu raciocínio lógico, buscando também desenvolver sua autonomia e inclusão social. Isso é algo que facilita a inclusão do aluno com síndrome de Down no ensino regular, mas para que possa se concretizar é preciso capacitar os professores das escolas regulares para receberem esses alunos. O presente artigo intenciona-se a colaborar nessa implementação, pois a criança com síndrome de Down também tem a capacidade de aprender normalmente e ter uma vida normal como as outras crianças através do uso das novas tecnologias.

Em um século globalizado, onde as informações estão ao alcance de todos a um clique de distância, bastando apenas acessar um celular ou computador, a escola precisa se adequar as realidades vigentes, incrementando o fazer dar aula. O professor deve auxiliar os alunos a navegarem na internet, utilizando das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação – NTICs nos diversos contextos educativos, ensinando que o livro não é a única fonte de pesquisa e que é possível aprender por outros meios.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação estão para somar na Educação Inclusiva de alunos com Necessidades Educacionais Especiais, especialmente aqueles com Síndrome de Down, pois através destes instrumentos de comunicação

os alunos se sentem mais motivados a participarem das atividades propostas. O professor assume importante papel neste processo, pois é com o seu auxílio que os alunos conseguirão quebrar as barreiras do preconceito e aprender como utilizar as NTICs para a aprendizagem de uma maneira verdadeiramente inclusiva. Alunos com Necessidades Educacionais Especiais necessitam de um suporte maior para o uso das Novas Tecnologias, mas isso não os impede de aprender através das mesmas, aliás é isso que empenha-se em conseguir. Para que uma educação seja de fato inclusiva, não basta colocar o aluno com Necessidades Educacionais Especiais no mesmo espaço que os demais alunos, é preciso oferecer as mesmas condições de desenvolvimento para eles.

As Novas Tecnologias de Informação e Comunicação podem ser utilizadas como meio de comunicação entre os alunos com Síndrome de Down e os demais, ajudando na socialização desses. O professor pode sugerir que os alunos enviem e-mails uns para os outros, contando um pouco da sua trajetória escolar, das suas dificuldades e facilidades, mas para que ocorram atividades que sejam, de fato, efetivas, o professor precisa estar em constante formação. Os cursos de licenciatura devem implementar em sua grade curricular disciplinas que contemplem a Educação Inclusiva, para que os futuros docentes sejam preparados para adentrar esse ambiente que, a princípio, possa parecer desafiador.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Marília A.; GOMEDI, Grasielle. Desenvolvimento de Software Educacional para Crianças Portadoras de Síndrome de Down. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPUTAÇÃO, 2004, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004. p. 209-212. Disponível em: <http://www.niee.ufrgs.br/eventos/CBCOMP/2004/pdf/Informatica_Educacao/t170100106_3.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2022.

BAHIA, Sara; TRINDADE, José Pedro. O potencial das tecnologias educativas na promoção da inclusão: três exemplos. **Educação, Formação e Tecnologias**, Monte da Caparica, Portugal, v. 3, n. 1, p. 96-110, maio. 2010. Disponível em: <<http://eft.educom.pt/index.php/eft/article/viewFile/128/96>>. Acesso em: 24 maio. 2022.

BARBOSA, Cristiane Leandro. **Estudo sobre a aplicação de jogos educativos de computador no processo de ensino-aprendizagem de crianças com necessidades educacionais especiais**. 2014. 78 f. Monografia (apresentada ao final do curso de Licenciatura em Computação) – Universidade Estadual da Paraíba, Patos, PB.

BÄUML, Deisy Mohr. **Síndrome de Down: a intervenção humana e tecnológica – linguagem – leitura – escrita**. 2007. 340 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

BECK, Fabiana Lasta. A informática na educação especial: interatividade e representações sociais. **Cadernos de Educação**, Pelotas, RS, n. 28, p. 175-196, jan./jun. 2007 Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1799/1679>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 maio. 2022.

BRUM, Carla Gonçalves; CANAL, Ana Paula. Interfaces para um Jogo Multimídia Direcionado a Portadores de Síndrome de Down. In: III FÓRUM DE INFORMÁTICA APLICADA A PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, 2004, Porto Alegre, RS. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004. p. 643-648. Disponível em: <http://www.niee.ufrgs.br/eventos/CBCOMP/2004/pdf/Forum/t170100167_3.pdf>. Acesso em: 20 maio. 2022.

CASTRO, Lucia R.; MARTINS, Luana Timbó. Crianças na contemporaneidade: entre as demandas da vida escolar e da sociedade tecnologia. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud**, Manizales, Colômbia, v. 9, n. 2, p. 619-634, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rlcs/v9n2/v9n2a10.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CYSNEIROS, Paulo Gileno. Fenomenologia das Novas Tecnologias na Educação. **Revista da Faced**, Salvador, BA, n. 7, p. 89-107, 2003. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/2792/1970>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas**. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA.

_. **As Novas Tecnologias na Escola e no Mundo Atual: Fator de Inclusão Social do Aluno com Necessidades Especiais**. Disponível em: <<http://www.profala.com/arteducesp1.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2022.

GÓMEZ, Guillermo Orozco. Comunicação, educação e novas tecnologias: tríade do século XXI. **Comunicação e Educação**. São Paulo, n. 23, p. 57-70, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4520/4243>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

HEIDRICH, Regina de Oliveira; SANTAROSA, Lucila Costi. Novas Tecnologias como apoio ao Processo de Inclusão Escolar. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, p. 1-10, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13035/000581087.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jul. 2022

MACHADO, Berenice Corrêa. **Interações em Ambientes Virtuais de Aprendizagem Envolvendo Sujeitos com Síndrome de Down: Constituição Social das Dimensões Afetivas**. 2007. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13267/000642194.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 24 maio. 2022.

NOGUEIRA, Celidyana Alves. **As novas tecnologias informacionais na educação inclusiva de pessoas com Síndrome de Down**. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/as-novas-tecnologias-informacionais-na-educacao-inclusiva-de-pessoas-com-a-sindrome-de-down/67047/>>. Acesso em: 30 maio. 2022.

OLIVEIRA, José H. Barros. Novas Tecnologias e Educação. **Psicologia, Educação e Cultura**, Pedroso, Portugal, v. 12, n. 1, p. 7-25, maio. 2008. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/5266/1/2008_PEC_1.pdf#page=11>. Acesso em: 03 jun. 2022.

PINTO, Aparecida Marcianinha. **As novas tecnologias e a educação**. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2004/Poster/Poster/04_53_48_AS_NOVAS_TECNOLOGIAS_E_A_EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

REZENDE, Flavia. As novas tecnologias na prática pedagógica sob a perspectiva construtivista. **Revista Ensaio**, Belo Horizonte, MG, v. 2, n. 1, p. 70-87, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epec/v2n1/1983-2117-epec-2-01-00070.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

SAHB, Warley Ferreira. **A Informática na inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais: a Síndrome de Down e a Escola Comum**. 2005. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_SahbWF_1.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2022.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. "Escola Virtual" para pessoas com síndrome de Down: ambientes de aprendizagem telemáticos como alternativa de desenvolvimento.

Revista Brasileira de Informática na Educação, Porto Alegre, RS, v. 2, n. 1, p. 83-92, 1998. Disponível em: <<http://br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/2315/2077>>. Acesso em: 01 jun. 2022.

SILVA, Brígida Karina Liechocki Nogueira. Inclusão escolar de uma criança com Síndrome de Down. In: IX CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2009, Curitiba, PR. **Anais eletrônicos...** Curitiba, PR: PUCPR, 2009. p. 10575-10588. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2465_1462.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2022.

POTENCIAIS RISCOS E BENEFÍCIOS DO USO DO LÍLIO NO TRANSTORNO AFETIVO BIPOLAR (TAB): UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Letícia Hannah de Souza Estanislau¹
Luiza Nunes Caraciola²
Thabata Roberto Alonso³
Flávia Ismael⁴

RESUMO: O lítio é um metal alcalino utilizado no tratamento do Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), com destaque pela sua eficácia na estabilização do humor, prevenção de episódios maníacos e depressivos e na redução do risco de suicídio. Embora eficaz, seu uso está associado a um estreito índice terapêutico, o que exige monitoramento rigoroso devido aos potenciais efeitos adversos, como toxicidade e danos a órgãos como os rins e a tireoide. Estudos mostram que o lítio apresenta um efeito neuroprotetor, inibindo enzimas relacionadas à inflamação e apoptose celular. No entanto, efeitos colaterais como confusão, ataxia, arritmias e diabetes insipidus são preocupantes, especialmente em doses elevadas e em pacientes com condições pré-existentes, como doenças renais. A pesquisa também destaca a importância de um manejo cuidadoso do tratamento, considerando interações medicamentosas com fármacos como haloperidol, carbamazepina e clozapina, que podem aumentar os riscos de complicações. A evolução de projetos como o R-LiNK, que combina biomarcadores para prever a resposta ao lítio, oferece novas perspectivas para otimizar seu uso. Apesar das dificuldades associadas à sua administração, o lítio continua sendo uma opção valiosa no tratamento do TAB, necessitando de um acompanhamento multidisciplinar para garantir a segurança e eficácia do paciente. Estudos futuros devem continuar a explorar maneiras de minimizar os efeitos adversos e otimizar a resposta terapêutica ao lítio.

PALAVRAS-CHAVE: lítio; transtorno afetivo bipolar; toxicidade; tratamento; efeitos adversos.

ABSTRACT: Lithium is an alkali metal used in the treatment of Bipolar Affective Disorder (BAD), noted for its effectiveness in mood stabilization, prevention of manic and depressive episodes, and reduction of suicide risk. Despite its efficacy, its use is associated with a narrow therapeutic index, requiring rigorous monitoring due to potential adverse effects, such as toxicity and damage to organs like the kidneys and thyroid. Studies indicate that lithium exhibits neuroprotective effects by inhibiting enzymes related to inflammation and cellular apoptosis. However, side effects such as confusion, ataxia, arrhythmias, and diabetes insipidus are concerning, especially at higher doses and in patients with pre-existing conditions, such as renal diseases. Research also underscores the importance of careful treatment management, considering drug interactions with medications such as haloperidol, carbamazepine, and clozapine, which may increase the risk of complications. Advances in initiatives like R-LiNK, which integrates biomarkers to predict lithium response, offer new perspectives for optimizing its use. Despite the challenges associated with its administration, lithium remains a valuable option for treating BAD, requiring a multidisciplinary approach to ensure patient safety and efficacy. Future studies should continue exploring ways to minimize adverse effects and enhance the therapeutic response to lithium.

KEY WORDS: lithium; bipolar affective disorder; toxicity; treatment; adverse effects.

¹Graduando em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: leticia.estanislau@uscsonline.com.br

²Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: luiza.caraciola@uscsonline.com.br

³Graduanda em Medicina. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. E-mail: thabata.alonso@uscsonline.com.br

⁴Médica Psiquiatra Doutora em Ciências (pHD). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Universidade Municipal de São Caetano. E-mail: flavia.pinto@online.uscs.edu.br

INTRODUÇÃO

Lítio (do grego “*lithos*”, que significa pedra) é um metal alcalino do segundo período, pertence a família do sódio e do potássio, sendo um elemento utilizado tanto na indústria de manufatura como na medicina. A história conta que o uso do Lítio na medicina começou com o estudo de alcalóides para gota. (Malhi, 2017). Em 1817, esse mineral teria sido isolado de uma pedra, chamada petalita e foi cunhado de Lítio por Johann August Arfwedson e Jöns Jakob Berzelius. O lítio acabou se popularizando devido seu fácil acesso e se espalhou na indústria sendo encontrado em tônicos para gota, em soda e até em cervejas. Porém, logo houveram os primeiros casos de intoxicação pelo elemento justamente porque o lítio apresenta índice terapêutico estreito, próximo a faixa de toxicidade. Apesar dos casos de intoxicação, o lítio começou a ser utilizado pela psiquiatria, devido à hipótese de que alguns transtornos mentais eram causados pelos elevados níveis de uratos, sendo nomeado de “gota que afeta a cabeça”. Porém, sua validação na psiquiatria se deu após ser postulado para o tratamento na epilepsia como mais sedativo e hipnótico de todos os brometos. (Malhi, 2017; López-Muñoz, 2018; McKnight, *et al* 2019).

Ao longo dos anos, o Dr. John F. Cade - um psiquiatra australiano e autor-marco da psicofarmacologia, observou que pacientes com doenças endócrinas da tireóide apresentavam a clínica semelhante à de doenças maniaco-depressivas. Com isso o psiquiatra fez uma série de investigação na urina de diversos animais, até constatar que a dosagem de sais de lítio poderia trazer grande eficácia em tratamentos de maníacos em poucos dias, porém afetando a função da tireoide. Em seu próprio artigo para o *Jornal Médico da Austrália*, o “*Lithium salts in the treatment of psychotic excitement*”, Cade ressalta os benefícios, os efeitos colaterais e a alta taxa de intoxicação por lítio. (López-Muñoz, 2018). Durante a segunda metade da década de 60, foram estudados os efeitos profiláticos do lítio para episódios maníacos.

O psiquiatra Mogens Schou, apontou em seu estudo com oitenta e oito pacientes que os sais de lítio podem reduzir o número de episódios maníacos bem como sua duração, além de distanciar o período entre os episódios e suas recaídas, resultando assim em hospitalizações mais curtas e menos graves. Por outro lado, no mesmo período, a revista *The Lancet* publicou um artigo

intitulado “Prophylactic lithium: another therapeutic myth? an examination of the evidence to date”, que questionava a eficácia profilática do lítio. O estudo apontava falhas nos critérios de seleção de pacientes, alegando que estes não eram rigorosos. Além disso, destacava que os resultados estavam sujeitos a avaliações defeituosas e viés do observador. O artigo também trouxe um estudo independente que sugeria outras drogas psicotrópicas com efeito igual ao lítio na profilaxia maníaco-depressiva (López-Muñoz, 2018). Pouco tempo depois, em 1981, o pesquisador De Montigny publicou o artigo “Lithium induces rapid relief of depression in tricyclic antidepressant drug non-responders”, no qual descreveu o efeito terapêutico positivo em casos de depressão resistente ao tratamento, após adição de lítio no tratamento de medicamentos antidepressivos. O efeito potencializador do lítio mostrou excelentes resultados em conjunto com antidepressivos da família dos inibidores seletivos da recaptção da serotonina (ISRS), como fluoxetina, e antidepressivos tricíclicos como é o caso da imipramina (López-Muñoz, 2018). Essas descobertas foram a base para o uso do lítio na psiquiatria moderna, especialmente no tratamento do Transtorno Afetivo Bipolar (TAB). No entanto, devido ao seu estreito índice terapêutico, à necessidade de monitoramento cuidadoso e frequentes casos de toxicidade dentro da faixa de normalidade do lítio, o seu uso desde a sua descoberta suscita debates sobre segurança e eficácia a longo prazo. (McKnight, *et al.* 2019).

1. DESENVOLVIMENTO

1.1. Pergunta-Problema e Objetivos

Com o uso contínuo do lítio no manejo do Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), surgem questionamentos sobre sua eficácia terapêutica em relação ao índice terapêutico e perfil de toxicidade. Embora seja extremamente reconhecido como um marco no tratamento do TAB, desafios relacionados ao seu uso seguro tem despertado interesse na literatura médica. Neste contexto, formula-se a seguinte questão norteadora: o lítio permanece como o tratamento mais eficaz para o transtorno bipolar, considerando seu índice terapêutico e perfil de toxicidade?

A pesquisa teve como objetivo principal construir uma revisão integrativa da literatura sobre o uso do lítio enquanto principal medicamento no tratamento do TAB, analisando seus riscos e benefícios.

Buscou-se também evidenciar os benefícios do lítio no manejo do transtorno, levantar informações sobre seu uso seguro e racional, e reunir dados relevantes sobre a toxicidade do carbonato de lítio. De forma secundária, o estudo contextualizou as práticas clínicas e terapêuticas relacionadas ao lítio, discutindo como suas características únicas influenciam a adesão ao tratamento e a gestão de efeitos adversos. A proposta de análise busca contribuir para um entendimento mais aprofundado sobre o papel do lítio na psiquiatria contemporânea.

1.2 Justificativa e Relevância

As relações sociais contemporâneas exigem do homem uma rápida resposta às mudanças e a forma de vida do homem moderno transformada pela exposição ao estresse contínuo está diretamente relacionada ao afloramento de transtornos psiquiátricos como a ansiedade, depressão e transtorno afetivo bipolar, que quando não tratados de forma adequada podem culminar em suicídio. No Brasil, o Ministério da Saúde registrou um aumento de 43% de casos de suicídio nos últimos anos. A OMS aponta que 1 em cada 100 mortes é causada pelo auto-extermínio. Dessa forma, a pesquisa se justifica pela relevância do tema no âmbito das ciências médicas e sociais, visto que o uso de carbonato de lítio é utilizado tradicionalmente para o tratamento dos sintomas relacionados ao transtorno bipolar e de depressão. Entretanto, a medicação é considerada órfã do ponto de vista industrial, visto que poucos medicamentos apresentam uma farmacodinâmica com capacidade de estabilizar os níveis humorais. Contudo, a janela terapêutica apresenta um baixo limiar, o que está associado ao risco de toxicidade aumentado, tornando sua utilização bastante restrita, mas não menos importante para determinadas desordens psíquicas. Diante da relevância histórica e terapêutica desse elemento, o presente trabalho se propõe a trazer reflexões acerca do uso do lítio enquanto tratamento medicamentoso para o Transtorno Afetivo Bipolar, com ênfase em seus benefícios profiláticos e terapêuticos, bem como toxicidade e efeitos adversos, tanto agudos quanto crônicos. Além disso, esta revisão integrativa busca comparar a eficácia do lítio com outros tratamentos medicamentosos para Transtorno Afetivo Bipolar.

1.3 Materiais e Métodos

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura a partir do levantamento realizado sobre o uso do medicamento lítio. Para a elaboração do presente estudo as seguintes etapas foram percorridas: formulação da questão norteadora, seleção dos descritores, determinação dos critérios de inclusão e exclusão, análise dos dados encontrados, discussão dos resultados e apresentação da revisão.

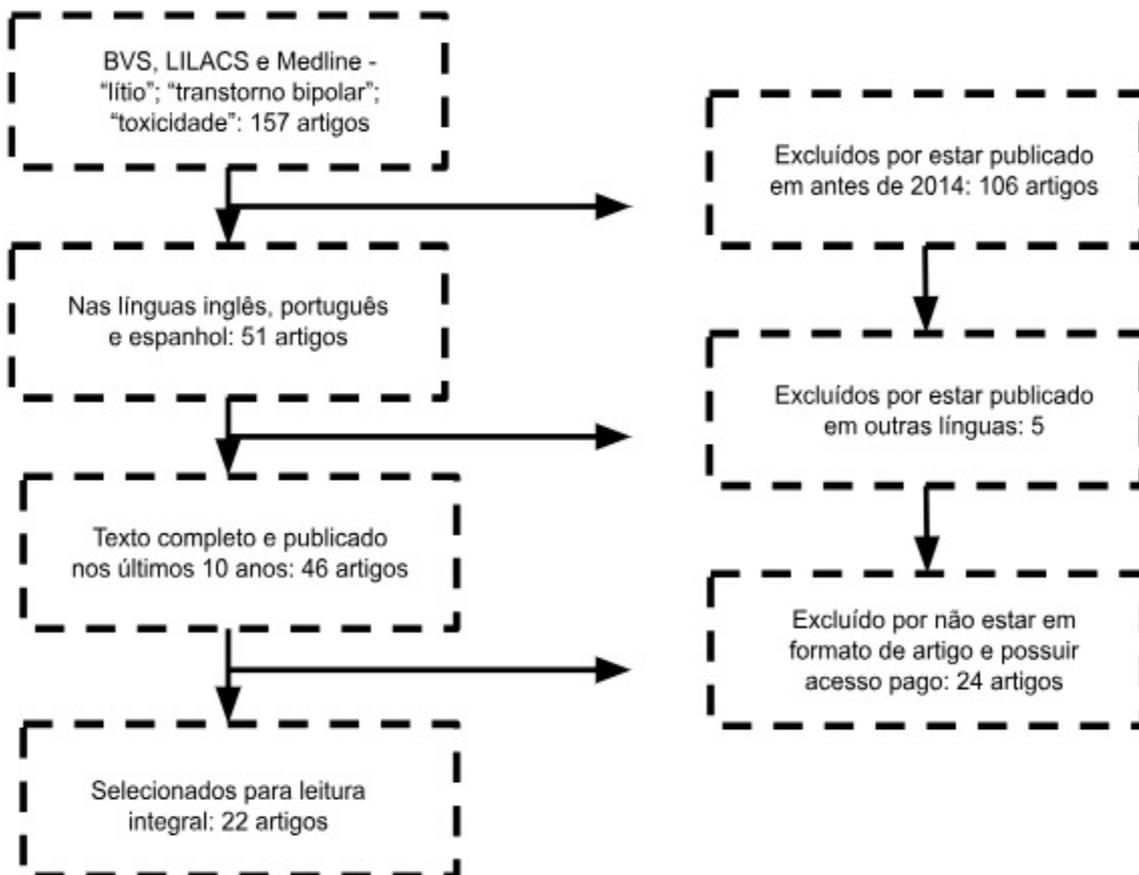
A pesquisa foi realizada no período de julho a dezembro de 2024, para tanto, após a formulação da pergunta norteadora, foram eleitos os seguintes descritores selecionados a partir da DecS/Mesh Terms: “carbonato de lítio”, “transtorno bipolar” e “toxicidade”. Foram incluídos artigos publicados nos anos de 2014 a 2024, nas línguas português, inglês e espanhol, de acesso aberto ao público, na modalidade de texto completo e cuja temática estivesse em acordo com os descritores propostos. Foram excluídos da pesquisa editoriais de revista, capítulos de livros, anais de eventos e outros documentos que não estivessem em acordo com a formatação de artigos científicos, artigos duplicados, publicados anteriormente ao ano de 2014, em outros idiomas e cujo acesso para leitura do texto integral fosse pago também foram excluídos da pesquisa. A busca do referencial teórico foi realizada nas bases de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Lilacs e MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Para a compilação dos dados encontrados foi elaborado um quadro que evidenciava os itens: título do artigo, autor e ano de publicação, revista e tipo de estudo.

1.4 Resultados e Discussão

Após a busca avançada utilizando os descritores “lítio”, “transtorno bipolar” e “toxicidade”, foram encontrados 157 artigos na BVS. Destes, 144 estavam vinculados à Medline e 5 estavam vinculados à Lilacs, 1 estava na base de dados da CUMED, 6 estavam alocados na IBCS e 1 pertencia à plataforma Coleciona SUS. Destes, os que estavam em acordo com os critérios de exclusão foram 134 artigos que estavam em inglês, 7 em espanhol e 6 em português. Foram encontrados 6 artigos em alemão, 2 em francês, 2 em polonês, 1 em sueco e 1 em japonês que não foram contemplados para leitura integral.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram elencados 51 artigos nas línguas português, inglês e espanhol para a leitura. Destes, somente 80 estavam na marcação de texto completo. Após selecionar o ano de publicação dos últimos 10 anos, restaram 46 artigos. Foram excluídos por não estar em formato de artigo um total de 4 textos editoriais e foram excluídos por não apresentar acesso gratuito ao texto integral um total de 20 artigos, levando a um resultado de 22 artigos selecionados para leitura integral, conforme elucidado na figura 1.

Figura 1: Fluxograma de obtenção dos resultados encontrados



Fonte: Autoria própria

Foram selecionados 22 artigos para a leitura integral, considerando a temática do uso seguro e racional do medicamento lítio no transtorno afetivo bipolar e sua potencial toxicidade. Os artigos foram organizados no quadro 1, separados pelo título, o autor, a revista, o ano de publicação e o tipo de estudo realizado.

Quadro 1: Artigos selecionados para leitura integral

Título	Autor e Ano	Revista	Tipo de Estudo
<i>Alcohol Withdrawal and Lithium Toxicity: A Novel Psychiatric Mannequin-Based Simulation Case for Medical Students.</i>	Bhalla <i>et al.</i> , 2017	<i>MedEdPortal</i>	Estudo de coorte
<i>Lithium: past, present, and future.</i>	Cousin <i>et al.</i> , 2019	<i>The Lancet</i>	Artigo de opinião
<i>Is There Justification to Treat Neurodegenerative Disorders by Repurposing Drugs? The Case of Alzheimer's Disease, Lithium, and Autophagy.</i>	Damri <i>et al.</i> , 2021	<i>International Journal of Molecular Sciences</i>	Revisão de literatura
<i>Trans-fat supplementation over two generations of rats exacerbates behavioral and biochemical damages in a model of mania: Co-treatment with lithium.</i>	Dias <i>et al.</i> , 2015.	<i>Life Sciences</i>	Estudo experimental
<i>Pregnancy Outcome Following In Utero Exposure to Lithium: A Prospective, Comparative, Observational Study.</i>	Diav-Citrin <i>et al.</i> , 2014	<i>American Journal of Psychiatry</i>	Estudo prospectivo
<i>Identificação dos potenciais riscos de reações adversas Ao carbonato de lítio em um Hospital público de minas gerais.</i>	Ferreira <i>et al.</i> , 2014	<i>Revista de Saúde Pública do SUS/MG</i>	Estudo retrospectivo
<i>Improving the Diagnosis and Treatment of Pediatric Bipolar Disorder.</i>	Findling <i>et al.</i> , 2018	<i>Journal of Clinical Psychiatry</i>	Revisão de literatura
<i>Do not treat the numbers: lithium toxicity.</i>	Foulser <i>et al.</i> , 2017	<i>BMJ Case Reports</i>	Relato de caso
<i>Adverse Renal, Endocrine, Hepatic, and Metabolic Events during Maintenance Mood Stabilizer Treatment for Bipolar Disorder: A Population-Based Cohort Study.</i>	Hayes <i>et al.</i> , 2016	<i>PLOS Medicine</i>	Estudo de coorte
<i>Triamterene in lithium-induced nephrogenic diabetes insipidus: a case Report.</i>	Inoue <i>et al.</i> , 2021	<i>CEN Case Reports</i>	Relato de caso
<i>Differential acute impact of therapeutically effective and overdose concentrations of lithium on human neuronal single cell and network function.</i>	Iszak <i>et al.</i> , 2021	<i>Translational Psychiatry</i>	Estudo experimental

<i>Acute renal and neurotoxicity in older lithium users: How can we manage and prevent these events in patients with late-life mood disorders?</i>	Laliberté et al., 2015	<i>Journal of Psychiatry & Neuroscience</i>	Relato de caso
<i>Preliminary results from the Australian Genetics of Bipolar Disorder Study: A nation-wide cohort.</i>	Lind et al., 2023	<i>Australian & New Zealand Journal of Psychiatry</i>	Estudo de coorte
<i>Encefalopatía posterior reversible: una complicación de la intoxicación por litio.</i>	Martínez et al., 2023	Revista de Toxicología	Relato de caso
<i>Hypertensive bipolar: chronic lithium toxicity in patients taking ACE inhibitor.</i>	Masiran et al., 2017	<i>BMJ Case Report</i>	Relato de caso
<i>Chronic lithium treatment ameliorates ketamine induced mania-like behavior via the PI3K-AKT signaling pathway.</i>	Ni et al, 2022	<i>Zoological Research</i>	Estudo experimental
<i>Why lithium should be used in patients with bipolar disorder? A scoping review and an expert opinion paper.</i>	Sampogna et al., 2023	<i>Expert Review of Neurotherapeutics</i>	Revisão de literatura
<i>Lithium neurotoxicity presenting as dementia with therapeutic serum lithium levels.</i>	Soni, 2018.	<i>BMJ Case Report</i>	Relato de caso
<i>Lithium neurotoxicity with electroencephalogram Changes.</i>	Tan et al., 2021	<i>BMJ Case Report</i>	Relato de caso
<i>Analysis of adverse drug events in patients with bipolar disorders using the Japanese Adverse Drug Event Report database.</i>	Uwai et al., 2022.	<i>Pharmazie</i>	Estudo retrospectivo
<i>Lithium and Tamoxifen Modulate Behavior and Protein Kinase C Activity in the Animal Model of Mania Induced by Ouabain.</i>	Valvassori et al., 2017.	<i>International Journal of Neuropsychopharmacology</i>	Estudo experimental
<i>Global Research Trends in Lithium Toxicity from 1913 to 2015: A Bibliometric Analysis.</i>	Zyoud et al., 2017.	<i>Basic & Clinical Pharmacology & Toxicology</i>	Revisão de literatura

Fonte: Os autores.

Ao todo, foram obtidos 13,6% de publicações na modalidade estudo de coorte, 18,1% de revisão de literatura e o mesmo dado foi encontrado para estudo experimental, 4,5% era artigo de opinião e o mesmo dado foi encontrado para estudo prospectivo, 31,8% dos artigos encontrados eram relato de caso, 9% dos resultados encontrados eram estudo retrospectivo.

Benefícios e Profilaxia do uso de Lítio

Cousin (2019) aborda o uso do sal de lítio em diferentes papéis ao longo da história, ora como agente protagonista no tratamento de diversas doenças, ora como vilão devido a sua comprovada toxicidade.

O autor destaca controvérsias no uso do medicamento, sobretudo pela necessidade de individualização do tratamento em pacientes psiquiátricos. Embora mais indicado para transtorno bipolar tipo I, sua indicação pode variar de acordo com o caso. O escritor também ressalta que, devido a variável resposta do lítio como profilático, são necessários estudos para identificar possíveis beneficiários com esse tratamento preventivo. Cousin destaca a ambição do projeto R-LiNK, que combina biomarcadores clínicos e multimodais para prever quais pacientes com transtorno bipolar são mais elegíveis para tratamento de longo prazo com lítio, considerando a resposta, segurança, tolerabilidade e enfatizando a utilização do lítio como prevenção do suicídio em pacientes com transtorno bipolar tipo I. Relacionado a isso, Sampogna *et al.* (2022) considerou o lítio como tratamento eficaz para a depressão unipolar recorrente, ajudando a manejar impulsividade e comportamentos agressivos e suicidas. Ademais, o autor destacou o lítio como preventivo de comportamentos suicidas em transtorno bipolares e depressivo maiores, além de suas propriedades neuroprotetoras para distúrbios neurodegenerativos.

Assim como Sampogna, Damri *et al.* (2021) aponta o lítio com propriedades neuroprotetoras para distúrbios neurodegenerativos. O autor evidenciou em seu estudo o efeito neuroprotetor do lítio através da inibição das enzimas GSK-3 alfa e beta e a IMPase, dificultando o desenvolvimento da cascata de inflamação e da apoptose celular. Por este motivo, o lítio pode ser utilizado em doenças como Alzheimer, doença de Huntington e outras doenças neurodegenerativas, além do tratamento do transtorno bipolar. Contudo, para este último, a dose terapêutica se aproxima da dose tóxica, sendo necessário monitorar a toxicidade do lítio. Confusão, ataxia, desconforto gastrointestinal, redução da síntese de hormônios tireoidianos, arritmias e desenvolvimento de diabetes insipidus de origem nefrogênica são alguns dos problemas clássicos causados pela toxicidade do lítio. Além disso, conforme mencionado, a ação neuroprotetora do lítio relacionada a prevenção de doenças degenerativas e transtornos psiquiátricos também foi observada por Dias *et al.* (2015) em seu estudo experimental de suplementação de gordura trans em camundongos.

Esse estudo possuía a hipótese de que o consumo prolongado desses lipídios nos primeiros anos de vida pode aumentar a vulnerabilidade ao desenvolvimento de transtornos neuropsiquiátricos.

No trabalho, o lítio apresentou uma ação de proteção contra danos oxidativos por possivelmente atuar diretamente na cascata de ácido araquidônico. Dessa forma, a ação do lítio em processos cognitivos e de reconsolidação da memória ainda permanece controversa. De igual modo, Valvassori *et al* (2017), em seu estudo experimental, observou que tratamentos com o lítio preveniram comportamentos do tipo maníaco e protegem o cérebro contra alterações na via de sinalização da PKC, que está relacionada com o comportamento maníaco.

Índice Terapêutico do Lítio e Toxicidade

Sampogna *et al.* (2022), destacou em seu estudo que embora o lítio seja considerado uma “droga esquecida” devido aos seus conhecidos efeitos colaterais e toxicidade, essa tendência se deve, em parte, à dificuldade do manejo da droga no decorrer do tratamento. Ele ressalta a importância de métodos quantitativos confiáveis para monitorar a concentração sérica de lítio, essencial para manter seu estreito índice terapêutico. Além disso, Sampogna afirma que os efeitos colaterais são facilmente controláveis e que muitos pacientes permanecem em baixas dosagens de lítio por décadas.

Em contrapartida, Foulser *et al.* (2017) realiza um relato do caso de um homem de 62 anos com transtorno bipolar, em tratamento com lítio anteriormente estável por duas décadas. O paciente apresentou uma recaída maníaca e sinais de toxicidade por lítio com níveis séricos dentro da normalidade. O autor ressalta que nem sempre pacientes em um quadro de toxicidade irão apresentar níveis séricos de lítio aumentados. A explicação se deve ao fato de que o lítio, principalmente se utilizado em dosagens mais altas e de forma crônica, se acumulará nos tecidos do organismo gradualmente, como por exemplo no sistema nervoso central, podendo causar convulsões, coma e efeitos neurológicos permanentes, como demência. Foulser destaca que pacientes com doença renal crônica e pacientes idosos, principalmente com uso de medicamentos que aumentam o nível sérico de lítio, devem ter, como o alvo, o nível de lítio sérico abaixo da terapêutica para evitar toxicidade.

Soni (2018) relatou um caso semelhante envolvendo uma paciente, mulher de 50 anos com deficiência intelectual moderada e transtorno bipolar, que estava em tratamento com lítio há 25 anos.

A paciente desenvolveu doença renal e hipotireoidismo como efeitos colaterais da terapia prolongada com lítio. Além disso, ela apresentou quadro de demência e neurotoxicidade que não foi diagnosticado por 18 meses, devido aos níveis séricos de lítio permanecerem normais e a neurotoxicidade só foi identificada após a redução da dosagem do medicamento. Ademais, Findling e Chang (2018), em sua revisão de literatura, descrevem que, nas últimas duas décadas, houve um aumento no diagnóstico do transtorno bipolar pediátrico em crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade. Esse diagnóstico está associado a um curso mais grave da doença, maior resistência ao tratamento, maior risco de abuso de substâncias e suicídio, além de piores resultados psicossociais. Por isso, o estudo evidencia a importância de um diagnóstico correto e de um tratamento que considere a tolerabilidade, a segurança, a eficácia e o risco de efeitos adversos, além do monitoramento durante todo o curso do tratamento.

Efeitos Adversos do uso Agudo e Crônico de Lítio

Zyoud *et al* (2017) em sua revisão de literatura, assim como Soni *et al* (2019) e Foulser *et al.* (2017), identificou a ocorrência de efeitos adversos em decorrência da utilização do lítio. Os principais a serem destacados são: ganho de peso, tremor, poliúria e comprometimento cognitivo. Outras complicações de longo prazo incluem hipotireoidismo, diabetes insípido e insuficiência renal. O autor destaca a correlação dos eventos adversos com a dose e as concentrações do fármaco e por essa razão, algumas pessoas podem apresentar uma toxicidade tardia, devido principalmente ao tempo necessário para o acúmulo do fármaco nos tecidos. Lind *et al.* (2023) em seu estudo de coorte destacou altas taxas de comorbidades e reações adversas a medicamentos em pacientes com transtorno bipolar. No estudo, o lítio foi apontado pelos pacientes como medicamento com maior número de reações adversas, no entanto apenas um terço dos usuários pararam de utilizá-lo devido a este motivo. Cerca de 84,1% pacientes relataram que, embora existam os efeitos adversos, a medicação apresentou bons resultados. De igual

modo, Hayes *et al.* (2016) teve como objetivo de seu estudo de coorte determinar as taxas de eventos adversos durante o tratamento no transtorno bipolar com o uso de lítio, valproato, olanzapina e quetiapina.

O estudo destacou que em comparação aos outros estabilizadores de humor, os pacientes em uso de lítio apresentaram taxas mais altas de doenças renais crônicas no estágio três ou mais grave, além de problemas endócrinos. Semelhante caso também foi relatado por Tan *et al.* (2021) envolvendo uma mulher de 46 anos com transtorno bipolar que deu entrada em um serviço médico após comportamento alterado por duas semanas, depois de ter ingerido um frasco inteiro de comprimidos de lítio, caracterizando intoxicação aguda por lítio. Durante a internação, um exame de eletroencefalograma (EEG) revelou atividade de onda Theta difusa assíncrona de alta amplitude. Apesar da interrupção da medicação e da hidratação, a paciente não apresentou melhora significativa. Foi necessária hemodiálise de mais de quatro horas, que resultou em uma melhora do estado de consciência e dos tremores, além de uma redução dos níveis séricos de lítio para menos de 0,1 mmol/L. O EEG realizado após a diálise também demonstrou melhora da atividade elétrica. Este estudo demonstrou que o EEG pode ser uma ferramenta útil para fornecer evidências de suporte no diagnóstico e tratamento da neurotoxicidade. Iszak *et al.* (2021) em seu estudo experimental buscou entender como o lítio influencia diretamente na função neuronal humana após atravessar a barreira hematoencefálica e chegar ao parênquima cerebral. O estudo destacou diferentes padrões de atividade da rede neuronal em concentrações terapêuticas e de overdose de lítio, ao aplicar a tecnologia de microeletrodos (MEA) com neurônios corticais iPSC humanos para avaliar a função da rede neuronal humana. Essas tecnologias são consideradas chips de sensores neuronais humanos, auxiliando na captação de informações importantes a cerca das funções neuronais, tanto fisiológicas como patológicas. Demonstrando assim, que em concentrações terapêuticas do lítio a excitabilidade neuronal é aumentada, enquanto em concentrações de overdose de lítio aumenta a razão excitatória para inibitória. Completando essa ideia de toxicidade por superdosagem, Zyoud *et al.* (2017) em sua revisão da literatura observou que a toxicidade por lítio em casos de overdose é menor em pacientes sem uso prévio de lítio, em comparação com aqueles que fazem uso

crônico. Isso ocorre porque, em pacientes sem uso prévio, as altas concentrações iniciais se dissipam rapidamente devido à diluição em um grande volume de fluido extracelular.

Assim como Damri, Inoue *et al.* (2020) também observou uma conexão com a diabetes insipidus nefrogênica induzida por lítio (NDI), em seu relato de caso. No estudo, ele descreve o caso de uma mulher de 81 anos com transtorno bipolar e sem histórico prévio de diabetes insípido. A paciente estava em tratamento com lítio há três décadas e foi diagnosticada após hospitalização devido a um distúrbio de consciência e tremor no membro superior direito. O lítio, ao entrar nas células principais do ducto coletor, causa nos ductos coletores e dos túbulos distais uma incapacidade de responder à vasopressina, resultando na NDI caracterizada pela incapacidade de concentrar a urina, dessa forma, pacientes com NDI são mais propensos à toxicidade pelo lítio. Martínez e Mejía (2023), em seu relato de caso, descreveram uma paciente de 55 anos com transtorno afetivo bipolar, que após três dias do aumento da dose de lítio, apresentou um quadro de encefalopatia posterior reversível (PRES), levando ao seu falecimento após treze dias de internação devido à falha multiorgânica. A encefalopatia posterior reversível é uma síndrome clínica associada a déficits neurológicos focais e ao achado radiológico que apresenta edema cerebral. No estudo, os autores apontam o lítio como uma possível causa da PRES devido à alteração da expressão do fator de crescimento endotelial vascular (VEGF), sugerindo-o causa provável.

Diav-Citrin *et al.* (2014) realizou um estudo prospectivo observacional referente a gestantes com transtorno bipolar que utilizaram o lítio durante o primeiro trimestre. O estudo evidenciou um aumento na probabilidade de anomalias cardiovasculares e um possível crescimento no número de abortos espontâneos. No entanto, devido ao alto risco de recidiva de episódios da doença em mulheres que descontinuam o tratamento, torna a decisão de usar o lítio ser individualizada, sendo importante considerar que outros estabilizadores de humor, como o ácido valproico e a carbamazepina, são teratogênicos.

Interações Medicamentosas

Concernente, Uwai e Nabekura (2022) em um estudo retrospectivo

sobre eventos adversos a medicamentos em pacientes com transtorno bipolar, observaram que o uso de carbonato de lítio estava associado a um aumento dos riscos de rash, interações medicamentosas e doenças tubulointersticiais.

Ferreira *et al.* (2014), em seu estudo retrospectivo, também identificou potenciais riscos do lítio relacionados a efeitos adversos por interações medicamentosas com fármacos, como haloperidol, carbamazepina, captopril, hidroclorotiazida, clozapina e risperidona. Os principais efeitos adversos identificados foram sonolência, tontura seguida de cefaléia e poliúria. O estudo evidenciou que a litemia é dose-dependente e que a monitorização das potenciais interações diminui os riscos de complicações, aumentando a adesão ao tratamento e a qualidade de vida do paciente. Esse caso de interação medicamentosa foi também estudado por Laliberté *et al.* (2015) em seu relato sobre um paciente de 72 anos com Transtorno Afetivo Bipolar, estabilizado por mais de duas décadas com o uso de lítio. O paciente apresentou marcha instável após iniciar o tratamento com hidroclorotiazida para sua hipertensão.

Ni *et al* (2022) evidenciou em seu estudo experimental que a exposição crônica ao lítio atenua o estado de mania induzida pela cetamina, através da via de sinalização PI3K-AKT. A cetamina é um indutor anestésico e recentemente foi associado a um aumento do risco de mania, mesmo em pacientes sem histórico psiquiátrico. Masiran e Aziz (2017), em seu relato de caso, também evidenciaram essa relação entre o uso do lítio e doenças renais. Eles descreveram uma paciente com transtorno bipolar, tratada com lítio e haloperidol por duas décadas, que desenvolveu uma insuficiência renal aguda como resultado da toxicidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da revisão integrativa da literatura realizada, ficou evidente que o lítio, apesar de ser uma medicação consolidada no manejo do Transtorno Afetivo Bipolar (TAB), apresenta um perfil complexo que requer cuidadosa individualização no tratamento. Os benefícios do lítio são evidentes em termos de estabilização do humor, prevenção de episódios maníacos e depressivos, além de sua ação neuroprotetora e eficácia na prevenção de suicídio em pacientes com TAB. No entanto, o potencial tóxico do lítio, associado ao seu

estreito índice terapêutico, reforça o monitoramento rigoroso de sua dosagem e dos níveis séricos. A toxicidade do lítio, com efeitos adversos agudos e crônicos, como disfunções renais e tireoidianas, comprometem o uso prolongado, especialmente em pacientes idosos e com comorbidades.

Além disso, a interação medicamentosa deve ser uma preocupação constante, uma vez que pode potencializar os efeitos associados ao uso crônico. Portanto, o uso seguro e racional do lítio não depende apenas do conhecimento de seus benefícios terapêuticos, mas deriva também da habilidade em conhecer e mitigar seus riscos, o que ressalta a importância de um manejo multidisciplinar e personalizado do tratamento. A evolução de novas abordagens, como o projeto R-LiNK, que combina biomarcadores para prever a resposta e segurança ao lítio, oferece uma perspectiva promissora para o futuro do tratamento do TAB, otimizando a eficácia e minimizando os efeitos colaterais.

REFERÊNCIAS

BHALLA, I. P.; WILKINS, K. M.; MOADEL, T.; WONG, A. H.; TREVISAN, L. A.; FUEHRLEIN, B. **Alcohol Withdrawal and Lithium Toxicity: A Novel Psychiatric Mannequin-Based Simulation Case for Medical Students.** MedEdPORTAL, v. 13:10649, p. 1-5, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15766/mep_2374-8265.10649>;

COUSINS, D. A.; SQUARCINA, L.; BOUMEZBEUR, F.; YOUNG, A. H.; BELLIVIER, F. **Lithium: past, present, and future.** The Lancet: Psychiatry, v. 7, 2020. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30365-7](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30365-7)>;

DAMRI, O.; SHEMSH, N.; AGA M, G. **Is There Justification to Treat Neurodegenerative Disorders by Repurposing Drugs? The Case of Alzheimer's Disease, Lithium, and Autophagy.** Int. Journal of Molecular Science, v.22, n. 189, p. 2-17, 2021. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.3390/ijms22010189>>;

DIAS, V. T.; TREVIZOL, F.; ROVERSI, K.; KUHN, F. T.; PASE, C. S.; BARCELOS, R. C. S.; EMANUELLI, T.; BURGER, M. E. **Trans-fat supplementation over two generations of rats exacerbates behavioral and biochemical damages in a model of mania: Co-treatment with lithium.** Life Sciences, v. 132, p. 6-12, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.lfs.2015.04.013>>;

DIAB-CITRIN, O.; SHECHTMAN, S.; TAHOVER, E.; FINKEL-PEKARSKY, V.; ARNON, J.; KENNEDY, D.; EREBARA, A.; EINARSON, A.; ORNOY, A. **Pregnancy Outcome Following In Utero Exposure to Lithium: A**

Prospective, Comparative, Observational Study. The American journal of psychiatry, v. 171, n. 7, p. 785–794, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2014.12111402>>;

FERREIRA, C. A. A.; GUIMARÃES, H. A. A.; AZEVEDO, M. A. G.; MENZES, F. G. **Identificação dos potenciais riscos de reações adversas ao carbonato de lítio em um hospital público de Minas Gerais.** REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA DO SUS/MG, v.2, n.1, p. 43-51, 2017. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/coleciona-sus/2014/34402/34402-871.pdf>>;

FINDLING, R. L.; CHANG. **Improving the Diagnosis and Treatment of Pediatric Bipolar Disorder.** The Journal of clinical psychiatry, v. 79, n.2, su17023ah3c, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.4088/JCP.su17023ah3c>>;

FOULSER, P.; ABBASI, Y.; MATHILAKATH, A.; NILFOROOSHAN, R. **Do not treat the numbers: lithium toxicity.** BMJ case reports, 2017, bcr2017220079. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bcr-2017-220079>>;

HAYES, J. F.; MARSTON, L.; WALTERS, K. GEDDES, J. R.; KING, M.; OSBORN, D. P. J. **Adverse Renal, Endocrine, Hepatic, and Metabolic Events during Maintenance Mood Stabilizer Treatment for Bipolar Disorder: A Population-Based Cohort Study.** PLOS MED. v 13, n. 8, e1002058, 2016. Disponível em: <<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002058>>;

INOUE, M.; NAKAI, K.; MITSUIKI, K. **Triamterene in lithium-induced nephrogenic diabetes insipidus: a case report.** CEN Case Reports, v. 10, p. 64–68, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13730-020-00517-2>>;

IZSAK, J.; SETH, H.; ILJIN, M.; THEISS, S.; ÅGREN, H.; FUNA, K.; AIGNER, L.; HANSE, E.; ILLES, S. **Differential acute impact of therapeutically effective and overdose concentrations of lithium on human neuronal single cell and network function.** Translational psychiatry, v. 11, n. 281, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41398-021-01399-3>>;

LALIBERTÉ, V.; YU, C.; REJ, S. **Acute renal and neurotoxicity in older lithium users: How can we manage and prevent these events in patients with late-life mood disorders?.** Journal of psychiatry & neuroscience, v. 40, n. 4, p.29-30, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1503/jpn.140359>>;

LIND, P. A.; SISKIND, D. J.; HICKIE, I. B.; COLODRO-CONDE, L.; CROSS, S.; PARKER, R.; MARTIN, N. G.; MEDLAND, S. E. . **Preliminary results from the Australian Genetics of Bipolar Disorder Study: A nation-wide cohort.** The Australian and New Zealand Journal of Psychiatry, v. 57, n. 11, p. 1428–1442, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/00048674231>>;

LÓPEZ-MUÑOZ F.; SHEN, W. W.; D'OCON, P.; ROMERO, A.; ÁLAMO, C. A. **History of the Pharmacological Treatment of Bipolar Disorder.** Int J Mol Sci., v. 19, n. 7, p. 2123-2143, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/ijms19072143>>;

MALHI G, Masson M, Bellivier F. **The Science and Practice of Lithium Therapy**. 1st Edition. Springer, 2017.

McKNIGHT, R. F.; VAUVERT, S. J. G. N. M. B.; CHESNEY, E.; AMIT, B. H.; GEDDES, J.; CIPRIANI, A. **Lithium for acute mania**. The Cochrane database of systematic reviews, v. 6, n. 6, CD004048, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/14651858.CD004048.pub4>>;

MARTINOTTI G.; PETORRUSO, M; DE BERARDIS, D.; DELL'OSSO B.; DI SCIASCIO G.; FIORILLO A.; SANI, G.; ALBERT, U. **Clinical use of lithium and new retard formulation: results of a survey on italian psychiatrists**. Riv Psichiatr, v. 55, n. 5, p.269-280, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1708/3457.34459>>;

MASIRAN, R.; AZIZ, M. F. A. **Hypertensive bipolar: chronic lithium toxicity in patients taking ACE inhibitor**. BMJ case reports, bcr2017220631, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bcr-2017-220631>>;

NI, R. J.; GAO, T. H.; WANG, Y. Y.; TIAN, Y.; WEI, J. X.; ZHAO, L. S.; NI, P. Y.; MA, X. H.; LI, T. **Chronic lithium treatment ameliorates ketamine-induced mania-like behavior via the PI3K-AKT signaling pathway**. Zoological research, v. 43, n. 6, p. 989–1004, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.24272/j.issn.2095-8137.2022.278>>;

SAMPOGNA, G.; JANIRI, D.; ALBERT, U.; CARACI, F.; MARTINOTTI, G.; SERAFINI, G.; TORTORELLA, A.; ZUDDAS, A.; SANI, G.; FIORILLO, A. . **Why lithium should be used in patients with bipolar disorder? A scoping review and an expert opinion paper**. Expert review of neurotherapeutics, v. 22, n.11, p. 923–934, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14737175.2022.2161895>>;

SONI, S. **Lithium neurotoxicity presenting as dementia with therapeutic serum lithium levels**. BMJ Case Rep, v. 12, e227741, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bcr-2018-227741>>;

TAN, H. J.; LIM, K. Y.; RAJAH, R.; NG, C. F.. **Lithium neurotoxicity with electroencephalogram changes**. BMJ case reports, v. 14, n. 11, e246499, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bcr-2021-246499>>;

UWAI, Y.; NABEKURA, T. **Analysis of adverse drug events in patients with bipolar disorders using the Japanese Adverse Drug Event Report database**. Pharmazie, v. 77, n. 7, p. 255–261, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1691/ph.2022.2386>>;

VALVASSORI, S. S.; DAL-PONT, G. C.; RESENDE, W. R.; VARELA, R. B.; PERTELE, B. R.; GAVA, F. F.; MINA, F. G.; CARARO, J. H.; CARVALHO, A. F.; QUEVEDO, J. **Lithium and Tamoxifen Modulate Behavior and Protein Kinase C Activity in the Animal Model of Mania Induced by Ouabain**. The international journal of neuropsychopharmacology, v. 20, n. 11, p. 877–885, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/ijnp/pyx049>>;

ZYOD, S. H.; WARING, W. S.; SWEILEH, W. M.; AL-JABI, S. W.
Global Research Trends in Lithium Toxicity from 1913 to 2015: A Bibliometric Analysis. *Basic & clinical pharmacology & toxicology*, v.121, n. 1, p. 67–73, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/bcpt.12755>>.